



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 480/2013

Cria o Programa Família Paranaense, destinado ao atendimento e promoção de famílias por meio da oferta de um conjunto de ações intersetoriais.

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituído o Programa Família Paranaense, a ser executado pelo Governo do Estado do Paraná e pelos municípios, por meio da articulação integrada de órgãos e instituições, em regime de cooperação mútua e com a participação das famílias e da comunidade, mediante programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira e mobilização social, visando promover melhorias nas condições de vida das famílias do Paraná que vivem em situação de vulnerabilidade social.

Art. 2º O Programa Família Paranaense destina-se à proteção e promoção das famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social em todo o Estado e efetiva-se através da integração de ações de várias áreas, tais como assistência social, habitação, segurança pública, agricultura e abastecimento, trabalho, saúde, educação, ciência e tecnologia, esporte e lazer, cultura, segurança alimentar e nutricional, infraestrutura, meio ambiente e direitos humanos.

Art. 3º O Programa Família Paranaense deve ser executado de forma integrada pelos órgãos e entidades estaduais com atribuição nas áreas envolvidas e pelos municípios que a ele se vincularem voluntariamente mediante instrumento de cooperação.

Art. 4º São objetivos do Programa Família Paranaense:

I - promover a melhoria das condições de vida e o protagonismo das famílias em situação de vulnerabilidade social, através da oferta de um conjunto de ações, serviços e benefícios planejados de acordo com a realidade de cada família e do

território onde ela reside;

II - promover a integração entre as políticas públicas de Estado;

III - estabelecer diretrizes, orientar e assessorar os municípios para o acompanhamento familiar intersetorial;

IV - cofinanciar ações, serviços e benefícios;

V - fomentar a integração das políticas sociais de âmbito municipal, com vistas a promover, aprimorar e desenvolver ações e serviços intersetoriais voltados às famílias beneficiárias;

VI - promover a busca ativa, o cadastramento e o acompanhamento das famílias em situação de vulnerabilidade social;

VII - contribuir para a autonomia das famílias, através da transferência de renda e da execução de projetos complementares, da qualificação profissional e do acompanhamento familiar intersetorial;

VIII - promover estudos, pesquisas e indicadores sobre as condições de vida das famílias e sobre a gestão dos serviços no Estado e nos municípios.

Art. 5º A coordenação e a execução do Programa Família Paranaense serão realizadas pela Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social com a participação dos demais órgãos e entidades estaduais integrantes da Unidade Gestora Estadual do Programa, bem como pelos municípios participantes, na forma estabelecida em regulamento.

Parágrafo único. A Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social poderá, na forma da legislação pertinente e sem prejuízo da execução realizada pelos demais partícipes, firmar convênios, acordos de cooperação, ajustes ou outros instrumentos congêneres com órgãos e entidades públicas ou privadas para execução do Programa Família Paranaense.

Art. 6º O arranjo de gestão do Programa Família Paranaense será composto por instâncias intersetoriais instituídas e organizadas por nível de abrangência, nos seguintes termos:

I - Unidade Gestora Estadual, coordenada pela Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social;

II - Comitês Intersetoriais Regionais, coordenados pelos Escritórios Regionais da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social;

III - Comitês Intersetoriais Municipais, coordenados preferencialmente pela Secretaria Municipal de Assistência Social ou congênere;

IV - Comitês Intersetoriais Locais, coordenados preferencialmente pelas

Unidades descentralizadas da Política de Assistência Social – CRAS (Centros de Referência de Assistência Social) e CREAS (Centros de Referência Especializados de Assistência Social).

Art. 7º A Unidade Gestora Estadual do Programa Família Paranaense é vinculada à Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social, sendo composta por representantes dos órgãos e entidades estaduais com atribuição nas áreas envolvidas, indicados pelos respectivos gestores, sendo facultativa a participação de instituições não-governamentais, conforme estabelecido em regulamento.

Parágrafo único. Cabe à Unidade Gestora Estadual articular a execução do Programa Família Paranaense por meio de um arranjo intersetorial e da conjunção de esforços entre Estado e municípios, observadas as diversidades regionais e locais, a intersetorialidade, o controle social e a autonomia dos sujeitos envolvidos, bem como monitorar e divulgar as ações executadas, devendo, ainda, regulamentar:

I - os procedimentos e as condições necessárias para adesão dos municípios ao Programa Família Paranaense;

II - os procedimentos e as condições necessárias para seleção e inclusão das famílias beneficiárias;

III - os instrumentos, parâmetros e procedimentos de avaliação e controle da execução do Programa.

Art. 8º Para aderir ao Programa Família Paranaense, o município deve aceitar as seguintes condições, sem prejuízo do disposto nas legislações aplicáveis e do previsto no respectivo instrumento de cooperação:

I - implantar um Comitê Intersetorial Municipal, composto pelos órgãos gestores das políticas públicas de assistência social, saúde, educação, agricultura e segurança alimentar, trabalho, dentre outras indicadas pelo município;

II - implantar Comitês Intersetoriais Locais, compostos pelos profissionais que atuam diretamente com as famílias no território, em número suficiente para atender às demandas do acompanhamento familiar;

III - garantir a participação das famílias na elaboração das ações a serem desenvolvidas em seus respectivos planos de ação individualizados para a superação das vulnerabilidades sociais;

IV - utilizar os instrumentos de gestão padronizados do Programa Família Paranaense;

V - manter atualizado o Cadastro Único do Governo Federal das famílias;

VI - capacitar os profissionais dos Comitês Intersetoriais Municipal e Local e divulgar as ações desenvolvidas pelo Programa Família Paranaense;

VII - inserir as ações abrangidas pelo Programa Família Paranaense nas

ações estratégicas e orçamentárias municipais;

VIII - adotar os procedimentos relativos à avaliação de impacto e outras avaliações requeridas pela Unidade Gestora Estadual do Programa Família Paranaense.

CAPÍTULO II FAMÍLIAS ELEGÍVEIS

Art. 9º A identificação das famílias em situação de vulnerabilidade social é realizada através do Índice de Vulnerabilidade das Famílias Paranaenses (IVF/PR).

§ 1º O Índice de Vulnerabilidade das Famílias Paranaenses (IVF/PR) é um indicador sintético elaborado pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, cuja fórmula será aplicada na base de dados do Cadastro Único – CadÚnico – do Governo Federal.

§ 2º A Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social deve, periodicamente, aplicar o índice, classificar as famílias de acordo com o grau de vulnerabilidade social e disponibilizar a lista aos municípios participantes do programa tratado nesta Lei.

Art. 10. Para a participação no Programa Família Paranaense, a família deve cumprir as seguintes condições:

I - residir em município participante do Programa;

II - estar inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal;

III - encontrar-se em situação de vulnerabilidade social conforme o Índice de Vulnerabilidade das Famílias Paranaenses (IVF/PR);

IV - aderir ao Programa Família Paranaense, de maneira voluntária, comprometendo-se com a participação na elaboração de seu plano de ação intersetorial individualizado.

CAPÍTULO III PROJETOS COMPLEMENTARES

Art. 11. Ficam instituídos os seguintes projetos complementares do Programa Família Paranaense:

I - implantação de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS);

II - Regularização Fundiária de Assentamentos Precários e Produção ou Melhorias de Moradias Urbanas e Rurais;

III - Bolsa-Agricultor.

§ 1º A escolha dos participantes e beneficiários dos projetos previstos nos incisos I a III deste artigo deve ser feita com base em critérios objetivos e impessoais, estabelecidos pela Unidade Gestora Estadual do Programa Família Paranaense e deliberados pelo Conselho Estadual de Assistência Social.

§ 2º A implantação dos projetos complementares previstos nos incisos I a III deste artigo depende da disponibilidade orçamentária e financeira do Estado do Paraná e do que for disposto em regulamento.

Art. 12. O projeto Implantação de CRAS e CREAS consiste na construção dessas unidades nos municípios participantes do Programa Família Paranaense, em cooperação com os entes municipais e mediante contrapartida destes.

§ 1º É de responsabilidade dos municípios beneficiários, ao menos, a disponibilização do terreno onde será realizada a obra, a manutenção do equipamento e a designação de equipe de referência, tudo em conformidade com as diretrizes das Políticas Nacional e Estadual de Assistência Social.

§ 2º As metas de implantação para cada exercício financeiro devem observar o disposto no § 2º do art. 11 desta Lei e ser definidas mediante proposta da Secretaria da Família e Desenvolvimento Social e deliberação do Conselho Estadual de Assistência Social.

Art. 13. O Projeto Regularização Fundiária de Assentamentos Precários e Produção ou Melhorias de Moradias Urbanas e Rurais é destinado às famílias em situação de vulnerabilidade social, conforme o Índice de Vulnerabilidade das Famílias Paranaenses (IVF/PR), atendidas pelo Programa Família Paranaense, moradoras em regiões consideradas prioritárias nos diagnósticos contidos no Plano Estadual de Habitação de Interesse Social, elaborado e executado pela Companhia de Habitação do Paraná.

§ 1º O Projeto Complementar de que trata este artigo tem como objetivos:

I - elaborar, implantar e implementar ações de regularização fundiária e habitacionais para as famílias atendidas pelo Programa Família Paranaense, em conformidade com a política estadual de habitação de interesse social do Estado do Paraná, promovendo a melhoria das condições habitacionais e a redução do Índice de Vulnerabilidade das Famílias Paranaenses (IVF/PR);

II - promover a cooperação dos Governos Federal, Estadual e Municipais e a sociedade civil organizada na formulação e execução de ações habitacionais voltadas às famílias em situação de vulnerabilidade social;

III - promover audiências públicas com a população beneficiária, para apresentar à comunidade as propostas de melhorias a serem realizadas, coletar sugestões e definir as prioridades para atendimento;

IV - promover, em parceria com organismos governamentais e não-governamentais, nacionais e internacionais, a identificação de indicadores para monitorar as atividades relacionadas com o desenvolvimento habitacional das famílias em situação de vulnerabilidade social;

V - repassar recursos em caráter provisório às famílias, para que possam providenciar moradia por período de tempo determinado, enquanto aguardam a conclusão de sua moradia definitiva.

Art. 14. As ações desenvolvidas pelo Projeto Regularização Fundiária de Assentamentos Precários e Produção ou Melhorias de Moradias Urbanas e Rurais, no âmbito do Programa Família Paranaense, serão implementadas nos territórios de abrangência do Programa, por meio de:

I - construção e melhorias de casas;

II - produção de infraestrutura básica e construção de equipamentos comunitários;

III - regularização fundiária de áreas prioritárias, em conformidade com o Plano Estadual de Habitação de Interesse Social;

IV - urbanização ou reurbanização de áreas degradadas e assentamentos informais;

V - aquisição e doação de materiais para construção, ampliação e reforma de moradias inadequadas;

VI - repasse de recursos diretamente às famílias para pagamento de Aluguel Social.

Art. 15. As famílias beneficiadas com o Aluguel Social tratado no inciso VI do art. 14 desta Lei são aquelas que, em função da intervenção habitacional recebida, necessitam sair temporariamente de seu atual local de moradia.

§ 1º O auxílio financeiro tem duração de até um ano, podendo ser prorrogado por igual período.

§ 2º O Aluguel Social repassado às famílias beneficiárias, quando concedido, terá seu valor definido em conformidade com estudo técnico e de condições de mercado realizado pela Companhia de Habitação do Paraná, observado o valor mensal mínimo de R\$ 200,00 (duzentos reais) e máximo de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) mensais.

Art. 16. Para fins de execução do Projeto Complementar Regularização Fundiária de Assentamentos Precários e Produção ou Melhorias de Moradias Urbanas e Rurais, fica a Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social autorizada a firmar parceria com a Companhia de Habitação do Paraná, que por sua vez poderá firmar convênios e contratos com instituições públicas e privadas, para sua execução.

Art. 17. Nos casos de construção de novas moradias, ou de reformas e melhorias em moradias já existentes, fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a cessão do imóvel ou do bem produzido ao responsável familiar da família beneficiária, com ônus para o beneficiário, de acordo com as exigências das normativas de cada ação habitacional prevista.

§ 1º A família beneficiária do Projeto Complementar Regularização Fundiária de Assentamentos Precários e Produção ou Melhorias de Moradias Urbanas e Rurais será representada sempre pelo seu responsável familiar, definido de acordo com as informações previstas no Cadastro Único.

§ 2º Fica vedada a transferência, cessão, locação ou venda do imóvel cedido na forma do *caput* deste artigo, pelo período mínimo de cinco anos.

Art. 18. O projeto Bolsa-Agricultor é destinado à qualificação profissional e ao incentivo à produção para o autossustento, sendo voltado às famílias em situação de vulnerabilidade social, identificadas pelo Índice de Vulnerabilidade das Famílias Paranaenses (IVF/PR), incluídas no Programa Família Paranaense e moradoras nas regiões rurais atendidas.

§ 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder, nos termos de regulamento e da disponibilidade orçamentária e financeira, auxílio financeiro aos participantes deste projeto, nos seguintes valores:

I - R\$ 2.000,00 (dois mil reais), divididos em duas parcelas iguais, para as famílias em situação de vulnerabilidade social com renda *per capita* superior a R\$ 100,00 (cem reais) e igual ou inferior a R\$ 140,00 (cento e quarenta reais);

II - R\$ 3.000,00 (três mil reais), divididos em três parcelas iguais, para as famílias em situação de vulnerabilidade social com renda *per capita* inferior a R\$ 100,00 (cem reais).

§ 2º A concessão do auxílio financeiro depende da comprovação da assiduidade ao projeto e do comprometimento com as atividades estabelecidas no âmbito do Programa Família Paranaense, além de outras condições previstas em regulamento, sob pena de exclusão do participante.

CAPÍTULO IV TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Art. 19. Fica o Poder Executivo autorizado a realizar, por meio do Programa Família Paranaense, a transferência direta de renda com condicionalidades às famílias em situação de vulnerabilidade social que atendam aos critérios de habilitação específicos estabelecidos neste artigo, independente de residirem em município participante do Programa.

§ 1º Para a transferência de renda de que trata este artigo, são consideradas famílias em situação de vulnerabilidade social aquelas com renda familiar

per capita inferior a R\$ 80,00 (oitenta reais).

§ 2º O valor do benefício a ser transferido para cada família corresponde ao valor necessário para que a soma da renda familiar mensal e os benefícios financeiros disponibilizados pelo Estado do Paraná e pela União atinja o valor de R\$ 80,00 (oitenta reais) *per capita*.

§ 3º O valor mínimo do benefício pago pelo Estado a cada família é de R\$ 10,00 (dez reais) por mês.

§ 4º A concessão dos benefícios depende do cumprimento, no que couber, das condicionalidades previstas no Programa Bolsa Família, sem prejuízo de outras previstas em regulamento estadual.

§ 5º Deve ser de acesso público a relação dos beneficiários e dos respectivos benefícios do Programa.

§ 6º Os benefícios financeiros devem ser repassados à família através de instituição financeira oficial e sacados por meio de cartão magnético com a identificação do respectivo responsável.

§ 7º No caso de benefícios disponibilizados indevidamente ou com prescrição do prazo de movimentação definido em regulamento, os créditos reverterão automaticamente para a conta do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS.

§ 8º Na gestão e execução da ação de transferência de renda do Programa Família Paranaense aplicam-se, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004, e respectivos regulamentos.

§ 9º A transferência de renda ora tratada também pode ser repassada, desde que se cumpram os critérios estabelecidos neste artigo, aos beneficiários dos projetos contidos nos incisos II e III do art. 11 desta Lei.

§ 10. A transferência de renda ora tratada deve ser, preferencialmente, complementar ao Programa Bolsa Família, criado pela Lei Federal nº 10.836, de 2004.

CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20. A percepção dos auxílios financeiros previstos por esta Lei não implica filiação do beneficiário ao Regime Geral de Previdência Social de que tratam as Leis Federais nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, ou ao Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Estaduais de que trata a Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998.

Art. 21. Os auxílios financeiros referentes ao inciso III do art. 11 e ao inciso VI do art. 14 desta Lei devem ser repassados aos beneficiários por meio de instituição financeira oficial.

Art. 22. Os valores indicados no art. 15, § 2º, no art. 18, § 1º, incisos I e II, e no art. 19, § 1º, § 2º e § 3º, podem ser majorados por ato do Chefe do Poder Executivo, em razão da dinâmica socioeconômica do Estado e de estudos técnicos sobre o tema, observada a disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 23. As despesas do Programa Família Paranaense correrão a conta do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS, fundos vinculados às outras políticas públicas do Estado e outras dotações do orçamento do Estado que vierem a ser consignadas ao Programa.

Parágrafo único. O Poder Executivo deve sempre compatibilizar o número de benefícios concedidos pelo Programa Família Paranaense com as dotações orçamentárias existentes.

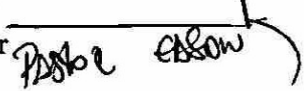
Art. 24. O Poder Executivo deve regulamentar esta Lei no prazo de noventa dias a contar da data da sua publicação.


Art. 25. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 28 de outubro de 2013.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator


Relator

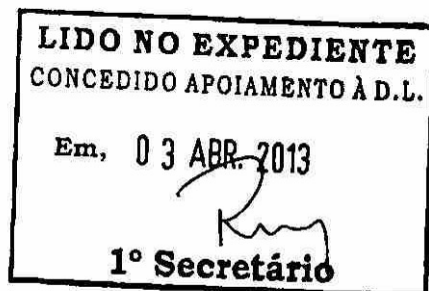

Prof. Lemos



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

PROJETO DE LEI Nº 115 / 2013



Dispõe sobre recapacitação da Central Geradora Hidrelétrica – CGH, localizada no Município de Jaguariaíva.

Art. 1º Fica autorizado a recapacitação da Central Geradora Hidrelétrica – CGH, localizada no Município de Jaguariaíva.

Art. 2º A Central Geradora Hidrelétrica – CGH denominada Usina Velha (24º15'18,5"S, 43º42'11,0"O) está localizada no Município de Jaguariaíva, utilizando como fonte hídrica o Rio Capivari. A Central Geradora Hidrelétrica está instalada/construída em uma área de 10,19 alq. ou 246.487,71m², às margens do Parque Linear do Rio Capivari. A CGH Usina Velha pertence ao quadro urbano do município de Jaguariaíva, com divisas, limites e confrontações descritas na matrícula nº 11.516 do Registro de Imóveis da Comarca de Jaguariaíva-PR.

Art. 3º A recapacitação da Central Geradora Hidrelétrica – CGH, está sujeita ao cumprimento das normas ambientais, observadas as legislações municipal, estadual e federal.

Art. 4º Esta Lei entra vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

ALEXANDRE CURI

Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por objetivo, a recapacitação da Central Geradora Hidrelétrica – CGH, localizada no Município de Jaguariaíva.

Com base na premissa de que a economia do Brasil depende, em grande medida, do aproveitamento adequado do potencial de geração de energia elétrica para sustentar o seu crescimento, pode-se afirmar que o Setor Elétrico Brasileiro - SEB tem uma responsabilidade estratégica no desenvolvimento do país. A história tem confirmado a necessidade de expansão do parque gerador nacional em atendimento à crescente demanda por energia elétrica.

Nesse contexto e levando em consideração que será aproveitada a estrutura física original da CGH Usina Velha com restrita readequação, a recapacitação é extremamente vantajosa, pois implicará em drástica redução de impactos meio ambiente, comparados à construção de novas estruturas e áreas alagadas.

Sendo assim contamos com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente propositura.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI nº 115/2013

Projeto de Lei nº 115/2013

Autor: Deputado Estadual Alexandre Curi

Súmula: Dispõe sobre a recapacitação da central geradora hidrelétrica – CGH, localizada no Município de Jaguariaíva.

EMENTA: RECAPACITAÇÃO DE CENTRAL HIDRELÉTRICA GERADORA (CGH) LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE JAGUARIAÍVA. POSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE AUTORIZAÇÃO DA ASSEMBLÉIA. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 65 E 209 CE. ARTS. 33 E 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTS. 2º E 9º RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMAIAP Nº 09/10. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Alexandre Curi visa autorizar a recapacitação da Central Geradora Hidrelétrica (CGH) localizada no Município de Jaguariaíva.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Entende-se por Central Geradora Hidrelétrica a unidade geradora de energia com potencial hidráulico igual ou inferior a 1 (um) megawatt, normalmente com barragem somente de desvio, em rio com acidente natural que impede a subida de peixes, nos termos do artigo 2º da Resolução Conjunta SEMA/IAP nº 09/2010:

Art. 2º Para efeito desta Resolução entende-se por:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



a. CGH - Central Geradora Hidrelétrica - unidade geradora de energia com potencial hidráulico igual ou inferior a 1 MW (um megawatt), normalmente com barragem somente de desvio, em rio com acidente natural que impede a subida de peixes.

Ainda, a Resolução supramencionada dispõe que empreendimentos caracterizados como Central Geradora Hidrelétrica – CGH necessitam para obter a licença de instalação de diversos documentos, entre eles a autorização da Assembleia Legislativa:

Art. 9º Empreendimentos caracterizados como CENTRAL GERADORA HIDRELÉTRICA – CGH e como PEQUENA CENTRAL HIDRELÉTRICA – PCH , com potência instalada de até 10 MW, deverão efetuar o requerimento de licenciamento ambiental da sua unidade geradora de energia através dos documentos dispostos no Art. 8º, acrescidos dos seguintes documentos:

II LICENÇA-DE INSTALAÇÃO – LI

a) Cadastro de Obras Diversas – COD;

b) Aprovação pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, conforme Art. 209 da Constituição Estadual;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



- c) Despacho da ANEEL aprovando o Projeto Básico, no caso de PCH;
- d) Relatório de Detalhamento dos Programas Ambientais – RDPA;
- e) Apresentação da outorga prévia dos recursos hídricos;
- f) Apresentação do pedido (protocolo) de autorização para supressão vegetal emitido pelo órgão competente, caso se aplique;
- g) Apresentação do pedido (protocolo) de autorização para manejo (estudos e resgate) da fauna emitida pelo órgão competente;

Neste sentido, a Constituição Estadual estabelece em seu artigo 209 que a construção de centrais termelétricas e hidrelétricas dependerá da aprovação desta Assembleia Legislativa:

Art. 209. Observada a legislação federal pertinente, a construção de centrais termoelétricas e hidrelétricas dependerá de projeto técnico de impacto ambiental e aprovação da Assembléia Legislativa; a de centrais termonucleares, desse projeto, dessa aprovação e de consulta plebiscitária.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Desta forma, considerando-se que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o projeto de lei está em consonância aos ditames constitucionais.

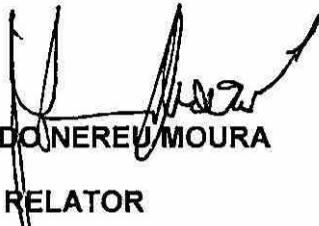
Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do acima exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 08 de julho de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO NEREU MOURA
RELATOR

Proj. Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

09.07.13



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANA

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Parecer ao Projeto de Lei nº 115/2013

Súmula: Projeto de Lei nº 115/2013, que dispõe sobre a recapacitação da Central Geradora Hidrelétrica – CGH, localizada no município de Jaguaraíva.

PREÂMBULO:

O presente Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Alexandre Curi, dispõe sobre a recapacitação da Central Geradora Hidrelétrica – CGH, Usina Velha localizada no município de Jaguaraíva.

FUNDAMENTAÇÃO:

Partindo da premissa de que a economia do País depende do aproveitamento do potencial gerador de energia elétrica, é louvável a iniciativa do eminente autor na solicitação de ampliação da capacidade da Central Geradora ora citada.

A implantação do empreendimento gerará significativo desenvolvimento ao Estado com impactos positivos à economia da região, além do aumento da confiabilidade do suprimento de energia elétrica.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANA


Centro Legislativo Presidente Anibal Khury




Estabelecidas as razões quanto da legalidade e em especial sobre os aspectos ambientais da proposta, o Projeto de Lei nº 115/2013 deve seguir seu trâmite.

Nosso Parecer é **FAVORÁVEL**.

Sala das comissões, 20 de agosto de 2013.

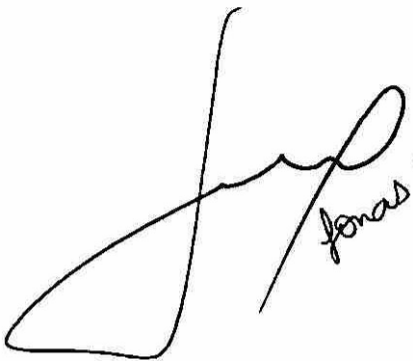

Dep. CAÍTO QUINTANA

Presidente da CEMA



Wilson Quinteiro


Dep. RASCA RODRIGUES

Relator


Jonas Guimarães


Elton Welton


Roberto Lupion



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 115/2013

Projeto de Lei nº 115/2013

Autor: Deputado Alexandre Curi

Súmula: Dispõe sobre recapitação da Central Geradora Hidrelétrica CGH, localizada no Município de Jaguariaíva.

I – PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei 115/2013, de autoria do Deputado Alexandre Curi, dispõe sobre a recapitação da Central Geradora Hidrelétrica – CGH, localizada no Município de Jaguariaíva, no Estado do Paraná.

Em justificativa apresentada em seu mérito, destaca-se a importância da recapitação da CGH no Município, trazendo benefício para as indústrias e movimentação financeira local, com a possibilidade de um processo de implementação em uma estrutura antiga, não produzindo impactos nocivos ao meio ambiente.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no Projeto de Lei nº 115/2013, na qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, uma vez que o projeto sugere a recapitação da Central Geradora Hidrelétrica – CGH no município de Jaguariaíva, Estado do Paraná, utilizando-se uma estrutura já existente em prol da necessidade e demanda gerada pelo próprio município. A ação sugerida para a Recapitação da CGH denominada Usina Velha, condiz com a realidade inserida neste cenário, já que nos dias de hoje, o mercado consumidor e os grandes centros instalados, exigem uma carga de energia cada vez mais elevada para suprir a necessidade populacional. A Usina Velha está implantada em uma região em franco desenvolvimento e sua ação de recapitação justifica-se pelo interesse público que frisa os



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Deputado Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



ganhos com o crescimento regional e os investimentos voltados para o bem estar de toda população.

Cabe ressaltar que a CGH – Usina Velha será recapacitada em uma área já padronizada, aproveitando-se de uma estrutura física original já existe e com delimitações em terra que não impedirão o suficiente funcionamento da Central Geradora.

Cumpra a nós destacar que *“Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral”*, nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Ocorre que a proposição em síntese analisada, encontra uma linha importante em sua defesa, ao vir de encontro ao interesse público meramente justificado e a necessidade de se trabalhar métodos que favoreçam o crescimento populacional, sem deixar de lado a preocupação direta com o meio ambiente e o bem estar populacional. Conforme cita a Constituição Federal em seu artigo 225º no Capítulo VI, no que diz respeito à competência da União em relação ao Meio Ambiente e a qualidade de vida:

Art. 225º Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.
(Artigo 225º - Capítulo VI da Constituição da República Federativa do Brasil)

Desta forma, afere-se uma abrangência grandiosa voltada ao mérito desta proposição, lembrando que o referido projeto de lei condiciona claramente a necessidade do cumprimento das normas ambientais e legais para a recapacitação da CGH de Jaguariaíva.

III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, ainda concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com a União em razão ao bem comum: *“A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do*



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhrer; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Deputado Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal". (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar claramente a preservação do meio ambiente, os direitos humanos e a busca de mecanismos que beneficiem a população, por esta razão tal proposição encontra fortes respaldos em seu mérito para seguir sua tramitação e ser apoiado por esta comissão.

IV - VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se impedimentos no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, neste ato em relatoria pelo Deputado Nereu Moura, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição encontra fortes respaldos para ser aprovado em razão de seus benefícios ao Município de Jaguariaíva, merecendo de forma indiscutível total apoio desta Comissão.

Sendo o posto e em virtude da manifestação positiva em seu mérito analisado, esta Comissão opta pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 115/2013, em sua forma apresentada.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.
Sala das Comissões em 09 de setembro de 2013.

Elton Welter
Tercílio Turini
FRANCISCO BUHRER
Presidente da Comissão
Adelino Ribeiro
TERUO KATO
Relator

Jonas Guimarães
Pastor Edson Praczyk



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria de Assistência ao Plenário



Emenda de Plenário nº	01
DAP	14 OUT. 2013
Visto	Glaucia

EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 115/2013

Nos termos do art. 137, § 1º, do Regimento Interno, apresenta-se a presente emenda a fim de suprimir o art. 2º do Projeto de Lei nº 115/2013, procedendo a devida renumeração dos artigos posteriores.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 14 de outubro de 2013.

① Dep. Rose "Lito"
② Dep. JONAS GUIMARÃES

Deputado ALEXANDRE CURI

③ W. Justus

③ L. J. J. J.
④ DR. BATISTA
⑤ M. T. T. T.

JUSTIFICATIVA

A necessidade da presente emenda se dá pelo fato de o art. 2º conter informações pertinentes à justificativa do Projeto de Lei, não podendo ser considerado norma legal.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 115/2013

Projeto de Lei nº 115/2013

Emenda Supressiva apresentada em Plenário

Súmula: Dispõe sobre recapacitação da Central Geradora Hidrelétrica – CGH, localizada no Município de Jaguariaíva.

EMENTA: EMENDA SUPRESSIVA. POSSIBILIDADE. ARTS. 137, §1º, E 141, I, DO REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO DA EMENDA SUPRESSIVA.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Deputado Alexandre Curi,, tem por objetivo dispor sobre recapacitação da Central Geradora Hidrelétrica – CGH, localizada no Município de Jaguariaíva.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Ocorre que, em data de 14 de outubro de 2013, em segunda discussão, o referido projeto de lei recebeu Emenda Supressiva de Plenário. Por esta razão, é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II – nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento.

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

No mesmo contexto, o art. 137 do Regimento Interno classifica as emendas como supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas. O §1º, do referido dispositivo, prevê a possibilidade de uma proposição mandar erradicar qualquer parte de outra pelo meio de Emenda Supressiva, senão vejamos:

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

(...)

§ 1º Emenda supressiva é a proposição que manda erradicar qualquer parte de outra. (grifo nosso)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Desta forma, verifica-se que a emenda apresentada em Plenário está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais, não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, por estarem presentes todos os requisitos legais, opina-se pela **APROVAÇÃO** da **Emenda Supressiva**, haja vista estar em consonância com o Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, 22 de outubro de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO PEDRO LUPION

RELATOR


APROVADO

22/10/13



ANTEPROJETO DE LEI Nº 383/13

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Súmula: Autorizada a instituição da E-Paraná Comunicação, conforme especifica.

***A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:***

TÍTULO I DA CARACTERIZAÇÃO

Art. 1º Fica autorizada a instituição da E-Paraná Comunicação, pessoa jurídica de direito privado, sob a modalidade de serviço social autônomo, organização sem fins lucrativos, de interesse coletivo, com a finalidade de desenvolver atividades dirigidas à produção de conteúdos e imagens e a prestação de serviços de produção e distribuição de material audiovisual com as finalidades educativas, artísticas, culturais, científicas, informativas e de utilidade pública, com sede e foro na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, e prazo de duração indeterminado.

§ 1º O exercício financeiro da E-Paraná Comunicação coincide com o ano civil.

§ 2º A E-Paraná Comunicação reger-se-á por essa Lei e por seu Estatuto.

Art. 2º A E-Paraná Comunicação, como Serviço Social Autônomo, vincular-se-á por cooperação à Secretaria de Estado da Comunicação Social, a cujo órgão caberá o controle de suas atividades fins, bem como a supervisão do contrato de gestão.

TÍTULO II DOS OBJETIVOS E DA ORGANIZAÇÃO

CAPÍTULO I DOS OBJETIVOS

Art. 3º A entidade visa atender o interesse público, prover a comunidade com a criação, produção e distribuição de material audiovisual com finalidades educativas, artísticas, culturais, científicas, informativas e de utilidade pública.

Art. 4º São objetivos da E-Paraná Comunicação:

I - criar, produzir e distribuir material audiovisual e noticioso, com finalidades educativas, artísticas, culturais, científicas, informativas e de utilidade pública, para veículos de comunicação tradicionais e novas mídias da *internet*;

II - criar e produzir programação informativa, educativa, artística, cultural, científica, de cidadania e de recreação;

III - prestar serviços de produção de conteúdo e de imagens;

IV - desempenhar outras atividades compatíveis com a sua finalidade.



CAPÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO

Art. 5º A E-Paraná Comunicação terá a seguinte estrutura organizacional:

- I - Conselho de Administração;
- II – Conselho Fiscal; e
- III - Diretoria Executiva.

SEÇÃO I DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 6º O Conselho de Administração, de caráter normativo, deliberativo, consultivo e de controle, é composto por sete membros, não remunerados, nomeados pelo Governador do Estado, conforme a seguir:

- I – o Diretor-Presidente da E-Paraná Comunicação;
- II – um representante da Secretaria de Estado da Comunicação Social – SECS;
- III - um representante da Secretaria de Estado da Educação – SEED;
- IV – um representante da Secretaria de Estado da Cultura – SEEC;
- V- um representante da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI;
- VI – um representante do Sindicato da Indústria Audiovisual do Paraná – SIAPAR;
- VII – um representante do Fórum das Entidades Culturais Curitiba.

§ 1º Os membros que compõem o Conselho de Administração poderão ser substituídos nas suas faltas e impedimentos por suplentes indicados pelos titulares das respectivas entidades ou órgãos representados nesse Conselho.

§ 2º O Conselho de Administração terá como Presidente o Diretor Presidente da E-Paraná Comunicação, a quem caberá o exercício do voto de qualidade.

Art. 7º Compete ao Conselho de Administração, o exercício das seguintes atribuições:

- a) aprovar o Estatuto da E-Paraná Comunicação, que será submetido à homologação do Governador do Estado;
- b) aprovar o seu Regimento Interno;
- c) estabelecer diretrizes, políticas e metas e apreciar sua execução;
- d) analisar e aprovar o plano de trabalho apresentado pela Diretoria Executiva;
- e) aprovar o orçamento econômico e financeiro;
- f) aprovar Planos de Cargos e Salários;
- g) aprovar o Regulamento de Compras e Serviços; e
- h) deliberar sobre casos omissos nesta Lei e no Estatuto.

SEÇÃO II DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 8º A Diretoria Executiva é constituída por um Diretor Presidente e dois Diretores Auxiliares, de livre nomeação e exoneração pelo Governador do Estado, sob a indicação do Conselho de Administração.

Art. 9º O detalhamento das atribuições e das competências específicas e do funcionamento da Diretoria Executiva será estabelecido no Estatuto da entidade.

SEÇÃO III DO CONSELHO FISCAL

Art. 10. O Conselho Fiscal será composto por três membros titulares e três membros suplentes, não remunerados, todos com formação de nível superior, qualificação contábil ou econômica e experiência na área ou em outra área afim, assim indicados :

- I – um efetivo e um suplente pelo Governador do Estado;
- II – um efetivo e um suplente pelo Conselho de Administração da entidade;
- III – um efetivo e um suplente pelo Conselho Regional de Contabilidade.

Art. 11. Ao Conselho Fiscal compete:

- I - emitir parecer sobre os balancetes mensais, o Balanço e as Contas Anuais da Instituição, assim como sobre os demais documentos contábeis e financeiros, encaminhando-os ao Conselho de Administração para deliberação;
- II - opinar sobre assuntos de natureza econômico-financeira e contábil que lhes sejam submetidos pelo Conselho de Administração ou pelo Diretor-Presidente da E-Paraná Comunicação;
- III - comunicar ao Conselho de Administração os fatos relevantes que apurar no exercício de suas atribuições.

Parágrafo único. No desempenho de suas funções, o Conselho Fiscal poderá examinar livros e documentos, bem como, se eventualmente necessário, indicar, justificadamente, a contratação de perito independente.

TÍTULO III Do Contrato de Gestão

Art. 12. O Serviço Social Autônomo E-Paraná Comunicação, criado por esta Lei, fica autorizado a celebrar contrato de gestão com a Administração Pública do Estado do Paraná.

**TÍTULO IV
DO REGIME JURÍDICO DOS EMPREGADOS**



Art. 13. A E-Paraná Comunicação contará com um plano próprio de cargos e salários, devendo as relações com seus empregados serem regidas pelo Regime da Legislação Trabalhista, de que trata a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, contratados mediante teste seletivo.

**TÍTULO V
DO PATRIMÔNIO E DAS RECEITAS**

Art. 14. Constituem receitas da E-Paraná Comunicação:

- I - recursos provenientes da venda de seus produtos e da prestação de serviços;
- II - rendimentos provenientes da aplicação dos recursos da E-Paraná Comunicação no mercado financeiro e outros pertinentes ao patrimônio sob a sua administração;
- III - aporte de recursos municipais, estaduais e federais de qualquer natureza, atendida a legislação vigente;
- IV - empréstimos, doações, legados, auxílios, contribuições e outras de entidades públicas ou particulares e de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou internacionais;
- V - recursos provenientes de acordos, convênios, ajustes ou contratos celebrados com pessoas de direito público ou privado; e
- VI - outras rendas eventuais e outros recursos que venham a lhe ser destinados.

Art. 15. A E-Paraná Comunicação poderá receber transferências voluntárias, recursos de fundos especiais de pesquisa e tecnologia, de bolsas de pesquisa e de outros repasses de verbas públicas para a consecução de seus objetivos.

Art. 16. A E-Paraná Comunicação poderá receber doações de bens móveis e imóveis e firmar convênios, acordos, contratos de gestão com outros Países, com a União, Estados e Municípios, seus órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta.

Art. 17. Ocorrendo a dissolução da entidade seus bens móveis e imóveis serão transferidos ao patrimônio do Estado e seus recursos ao Tesouro do Estado do Paraná.

**TÍTULO VI
DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

Art. 18. Os recursos públicos geridos pela E-Paraná Comunicação e a execução do Contrato de Gestão estarão sujeitos ao controle externo do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas do Estado, sem prejuízo, no que couber, do contido no Art. 71 da Constituição Federal e no Art. 75 da Constituição do Estado do Paraná.



**TÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Art. 19. A E-Paraná Comunicação será constituída com recursos do Tesouro Geral do Estado mediante a abertura de Créditos Adicionais até o limite de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), servindo como recurso qualquer das formas previstas no § 1º do Artigo 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Parágrafo único. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir os Créditos Adicionais de que trata este artigo.

Art. 20. A E-Paraná Comunicação poderá estabelecer parcerias, consórcios, convênios, contratos, acordos e ajustes com pessoas naturais e empresárias, nacionais e internacionais, com a finalidade de realizar seus objetivos.

Art. 21. A E-Paraná Comunicação destinará a totalidade de seus resultados líquidos apurados contabilmente para o desenvolvimento dos seus objetivos e atividades, sendo vedada a distribuição ou rateio de dividendos entre seus empregados e membros da Diretoria.

Art. 22. O Poder Executivo fica autorizado a regulamentar a presente Lei no prazo de até cento e oitenta dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 23. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 26 de agosto de 2013.


CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

MENSAGEM

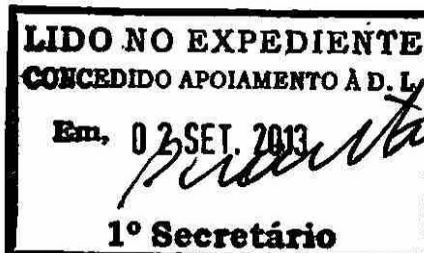
Nº084 /2013

Curitiba, 26 de agosto de 2013.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador



Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar a instituição, conforme especifica, da E-Paraná Comunicação, pessoa jurídica de direito privado, sob a modalidade de serviço social autônomo, organização sem fins lucrativos, de interesse coletivo, com a finalidade de desenvolver atividades dirigidas à produção de conteúdos e imagens e a prestação de serviços de produção e distribuição de material audiovisual com as finalidades educativas, artísticas, culturais, científicas, informativas e de utilidade pública, com sede e foro na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, e prazo de duração indeterminado.

Estamos diante da oportunidade real de estabelecer um divisor de águas na história do Sistema de Comunicação do Estado e modernizar o modo de operação da RTVE.

A atual gestão pode, efetivamente, inaugurar um novo tempo para esta organização e fixar um marco exemplar para as atividades de rádio e televisão pública do Brasil.

Para tanto, proponho, através da presente medida, a criação do ente social autônomo denominado E-Paraná Comunicação, com os seguinte objetivos:

1. criar, produzir e distribuir material audiovisual e noticioso, com finalidades educativas, artísticas, culturais, científicas, informativas e de utilidade pública, para veículos de comunicação tradicionais e novas mídias da internet;
2. criar e produzir programação informativa, educativa, artística, cultural, científica, de cidadania e de recreação;
3. prestar serviços de produção de conteúdo e de imagens;
4. desempenhar outras atividades compatíveis com a sua finalidade.

A E-Paraná Comunicação vincular-se-á, por cooperação, à Secretaria de Estado da Comunicação Social – SECS e destinar-se-á a suprir a carência da RTVE na área de criação e produção.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot. 12.079.349-7

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em, 28/08/2013.

Presidente



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Gabinete do Governador

Referido ente será remunerado, principalmente, pela venda de seus produtos e pela prestação de seus serviços.

Com esse formato flexível, auto-renovável, adaptável às mudanças do dinâmico ambiente da comunicação, a E-Paraná Comunicação reunirá todas as condições para alcançar seus grandes objetivos e realizar plenamente a sua missão.

Diante do exposto é que apresento o anexo Anteprojeto de Lei para apreciação dessa Casa de Leis.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 383/2013

Projeto de Lei nº. 383/13

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 084/2013

Súmula: Mensagem Nº 084/2013 – Autorizada a instituição da E-Paraná Comunicação, conforme especifica.

EMENTA: AUTORIZAÇÃO INSTITUIÇÃO PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO PARA ATIVIDADE ESTATAL. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 65, 66, IV E 87, VI DA CE. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE. PARECER PELA APROVAÇÃO.

RELATÓRIO

O projeto em pauta trata de instituição de Empresa denominada E-Paraná Comunicação, a fim de que se alcance objetivamente a produção e distribuição de material áudio visual e noticioso, com finalidades educativas, artísticas, culturais, científicas, informativas e de utilidade pública, para veículos de comunicação tradicionais e novas mídias de internet.

VISTA EM

Pericles Mello

Gondim
CCJ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Também, objetiva a criação e produção de programas informativos, educativos, artísticos, culturais, científicos, de cidadania e recreação.

A E-Paraná, será vinculada, por cooperação à Secretaria de Estado e Comunicação Social – SECS suprimindo a carência da RTVE na área de produção e criação.

Ao analisar o conteúdo do Projeto em questão, não se observou qualquer tipo de inconstitucionalidade ou ilegalidade que possivelmente inviabilizaria o seu prosseguimento.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

“Art. 33 - A – Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores. “



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

"Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. "

Ainda, em matéria de iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

"Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição."



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Por fim, quanto à técnica legislativa, o Projeto de Lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 10 de setembro de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR









APROVADO

14/09/13



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 383/13

RELATÓRIO

O presente Projeto de Lei em análise é oriundo do Poder Executivo – Mensagem nº 084/13, que autoriza a instituição denominada E-Paraná Comunicação, pessoa jurídica de direito privado, sob a modalidade de serviço social autônomo, organização sem fins lucrativos, de interesse coletivo, com a finalidade de desenvolver atividades dirigidas à produção de conteúdo e imagens e a prestação de serviços de produção e distribuição de material audiovisual com as finalidades educativas, artísticas, culturais, científicas, informativas e de utilidade pública.

Procedida a análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do Nobre Deputado Fernando Scanavaca, que exarou o devido parecer favorável.

FUNDAMENTAÇÃO

A Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei em tela a esta Comissão Permanente de Finanças, para análise, o que passará a fazer.

Procedida a análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta, encontra amparo legal quanto a sua iniciativa, nos arts. 65, 66 e 87 da Constituição Estadual.

Vale observar que a proposta em epígrafe não fere a Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Insta observar ainda que, o autor da proposta em seu art. 19, esclarece que a E-Paraná Comunicação será constituída com recursos do Tesouro Geral do Estado, e para tanto será aberto crédito adicional até



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

o limite de R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) em observância ao que dispõe a Lei Orçamentária Anual nº 4320, de 17 de março de 1964.

CONCLUSÃO

Diante do acima explicitado, não encontramos nada que possa obstar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 09/10/13


DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE


DEPUTADO ELIO RUSCH
RELATOR


Dep. Roglieri


Dep. Enio



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Deputado Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 383/2013

Projeto de Lei nº 383/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 084/2013

Súmula: Autoriza a instituição da E-Paraná Comunicação, conforme específica.

I – PREÂMBULO

O presente **Projeto de Lei 383/2013**, de autoria do Poder Executivo, através da mensagem 084/2013, objetiva autorizar a instituição da E-Paraná Comunicação, pessoa jurídica de direito privado, sob a modalidade de serviço social autônomo, organização sem fins lucrativos, de interesse coletivo, vinculada à Secretaria de Estado da Comunicação Social, conforme específica. Sua finalidade apresenta em foco, uma fundamentação voltada para o desenvolvimento de atividades dirigidas à produção de conteúdos, imagens e a prestação de serviços de produção e distribuição de material audiovisual com as finalidades educativas, artísticas, culturais, científicas, informativas e de utilidade pública, com sede e foro na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, e prazo de duração indeterminado.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 383/2013**, na qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que a instituição da E-Paraná Comunicação, como pessoa jurídica, de direito privado, sob a modalidade de serviço social autônomo, tem por objetivo principal o trabalho pela transparência e a unificação de informações em relação ao processo de comunicação no Estado. A E-Paraná Comunicação tem em seus objetivos principais o atendimento à comunidade por meio da criação, produção e distribuição de material audiovisual, objetivando finalidades educativas, artísticas, culturais, científicas, informativas e de utilidade pública, o que traz sem dúvida a comunicação de informações de forma mais centralizada, precisa e transparente.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Deputado Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



Cumpra a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral"*, nos termos do disposto no **Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.**

Cabe salientar que a constitucionalidade desta matéria já foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça ao se basear na competência exalada pelo Poder Executivo para apresentar esta proposição. Seu mérito, já recebeu também parecer favorável da Comissão de Finanças desta Casa de Leis, que em uma análise abrangente se referiu aos recursos utilizados para a implantação e manutenção da E-Paraná Comunicação. Sua proposta de parecer observou em epígrafe o não ferimento da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), assentindo-se os pontos favoráveis da matéria.

Cabe a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, analisar o mérito desta Proposição em relação direta ao processo de Comunicação e ao interesse público nele apresentado. A E-Paraná Comunicação oferece um método dinâmico e flexível em seu funcionamento, o que propicia um modo mais ágil em relação ao processo de informação atual. Sua independência como pessoa jurídica, sob a modalidade de serviço social autônomo, permite com que seu funcionamento torne-se extremamente adaptável às mudanças necessárias e sua vinculação junto à Secretaria de Estado da Comunicação Social, faz com que suas atividades sejam supervisionadas, objetivando assim uma qualidade maior em relação ao seu trabalho.

Este processo vem de encontro à Lei da Transparência, estabelecendo informações cada vez mais seguras e precisas à população, além de cobrir uma carência efetiva apontada pela RTVE, para a necessidade de criação e produção, ainda servirá como um marco histórico no processo de comunicação do Estado. Os trabalhos ao serem centralizados e geridos por uma entidade supervisionada pela Secretaria de Estado da Comunicação Social, trarão uma abrangência maior à comunicação, com a agilidade necessária para acompanhar as mudanças exigidas por esta nova era.

Vale a pena citar o trabalho relativo da União e os Estados para trabalhar a comunicação, a ordem, o avanço e transparência nas ações como um processo necessário de informação, conforme cita o Artigo 206 da Constituição Estadual, em que se refere ao estímulo para um processo de informação seguro, mas agregado diretamente aos princípios da



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Bührer; Vice-Presidente: Deputado Tércio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Deputado Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



Constituição Federal, ou seja, sem sombra de dúvidas, um processo comunicacional que acaba sendo de comum interesse de todos.

Art. 206. O Estado, dando prioridade à cultura regional, estimulará a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, as quais não sofrerão restrição, observados os princípios da Constituição Federal.

*(Artigo 206º -Capítulo IV Da Comunicação Social –
Constituição do Estado do Paraná – grifo nosso)*

Desta forma, ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância desta proposição ao vir de encontro ao interesse público voltado ao repasse amplo de informações de qualidade, aliando-se à real necessidade da instituição da E-Paraná Comunicação como pessoa jurídica, sob a modalidade de serviço social autônomo, a ser direcionada para atender estes parâmetros. O **Projeto de Lei 383/2013** em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um peso indiscutível no mérito analisado por esta comissão, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 084/2013 que vem de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, ao citar a modernização de um processo comunicacional como um fator primordial para a sua implantação. Um trabalho de readaptações necessárias que atenderão sem sombra de dúvidas um interesse público voltado diretamente para a necessidade da busca contínua pela informação.

III – CONCLUSÕES

Ao analisarmos o seu mérito proposto a esta Comissão, verificamos que este processo faz referência à implantação da Lei de Informação, momento este em que a sociedade passou a ter o acesso à informação de forma direta, cada vez mais precisa e abrangente, necessitando se adequar continuamente em busca da qualidade da comunicação necessária.

Conforme citou-se, a Carta Magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar claramente os direitos humanos e a busca de mecanismos que beneficiem a população. Desta forma, o **Projeto de Lei 383/2013**,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Deputado Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



ao tratar do acesso direto à informação, depara-se com um mérito de resgate ético, profissional e de necessidade de adaptações de forma transparente, única e exclusivamente em benefícios de todos.

Assim, a instituição da E-Paraná Comunicação, reúne as condições necessárias em relação ao mérito analisado nesta Comissão, para alcançar os objetivos almejados pela Comunicação no Estado do Paraná, reunindo as condições necessárias para ser apoiado por esta Comissão.

IV – VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, na ocasião em parecer apresentado pelo Deputado Fernando Scanavaca, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição encontra fortes respaldos para ser aprovado, em razão de seus benefícios trazidos ao processo de Comunicação no Estado, merecendo de forma indiscutível total apoio desta Comissão.

Sendo o posto e em virtude da manifestação positiva em seu mérito analisado, esta Comissão opta pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 383/2013, em sua forma apresentada.

*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.
Sala das Comissões em 16 de outubro de 2013.*

Jonas Guimarães
FRANCISCO BUHRER
Presidente da Comissão
Elton Welter
Abstensão ao parecer
TERCÍLIO TURINI
Relator

Teruo Kato
Edson Praczyk



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
LIDERANÇA DO GOVERNO



REQUERIMENTO



Requer "*Regime de Urgência*" para a tramitação e votação do Projeto de Lei 383/13, de autoria do Poder Executivo.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e conforme o artigo 181 do Regimento Interno desta Casa, requer, após ouvido o Douto Plenário, "*Regime de Urgência*" para a tramitação e votação do Projeto de Lei 383/13, oriundo da Mensagem Governamental nº 084/13.

Sala das Sessões, em 14 de outubro de 2013.

Deputado **Ademar Traiano**

14:57 14/10/2013 008763 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Anote-se e encaminhe-se
Para Providências
DL, 15/10/13

Alcides



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Emenda de Plenário nº <u>01</u>
DAP <u>23 OUT. 2013</u>
Visto <u>claudia</u>

PROJETO DE LEI Nº _____

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

EMENDAS DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 383/2013

BANCADA DO PT

Decreta:

EMENDA Nº 1

Emenda Aditiva

Adite-se inciso ao Art. 5º do PL 383/2013, incluindo inciso III e renumerando como inciso IV o atual inciso III, ficando da seguinte forma:

Art. 5º A E-Paraná Comunicação terá a seguinte estrutura organizacional:

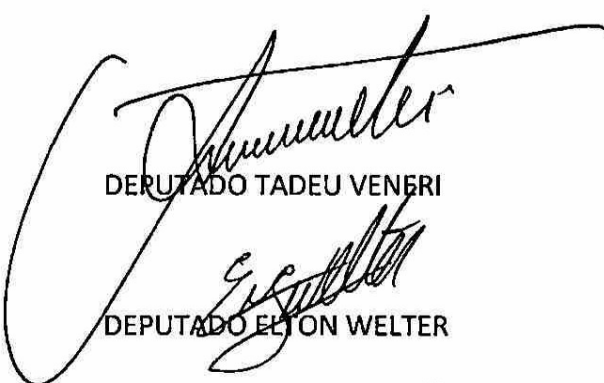
I – Conselho de Administração;

II – Conselho Fiscal;

III – Conselho Curador e

IV – Diretoria Executiva.

Sala das Sessões, 23 de Outubro de 2013


DEPUTADO TADEU VENERI


DEPUTADO ELTON WELTER


DEPUTADO PÉRICLES DE MELLO


DEPUTADO TONINHO WANDSCHEER


DEPUTADA LUCIANA RAGFAGNIN


DEPUTADO ENIO VERRI


DEPUTADO PROFESSOR LEMOS



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI Nº _____

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

JUSTIFICATIVA

A inclusão do conselho curador na estrutura organizacional da E-Paraná: Comunicação, como órgão deliberativo e de fiscalização, é importante e fundamental instrumento de participação da sociedade no serviço de comunicação do Estado.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI Nº _____

Emenda de Plenário nº	02
DAP	23 OUT, 2013
Visto	laudo

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

EMENDA Nº 2

Emenda Aditiva

Inclua-se, no Título II, do PL 383/2013, Capítulo I, renumerando os capítulos e artigos seguintes, ficando da seguinte forma:

Título II

DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS

Capítulo I

DOS PRINCÍPIOS

Art. 3º A prestação dos serviços de comunicação através da Instituição E-Paraná Comunicação deverá observar os seguintes princípios:

- I - complementaridade entre os sistemas privado, público e estatal;
- II - promoção do acesso à informação por meio da pluralidade de fontes de produção e distribuição do conteúdo;
- III - produção e programação com finalidades educativas, artísticas, culturais, científicas e informativas;
- IV - promoção da cultura nacional, estímulo à produção regional e à produção independente;
- V - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

DAP

Fis. 31

PROJETO DE LEI Nº _____

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

VI - não discriminação-religiosa, político partidária, filosófica, étnica, de gênero ou de opção sexual;

Decreta:

VII - observância de preceitos éticos no exercício das atividades de radiodifusão;

VIII - autonomia em relação ao Governo do Estado para definir produção, programação e distribuição de conteúdo no sistema público de radiodifusão; e

IX - participação da sociedade civil no controle da aplicação dos princípios do sistema público de radiodifusão, respeitando-se a pluralidade da sociedade brasileira.

Sala das Sessões, 23 de Outubro de 2013

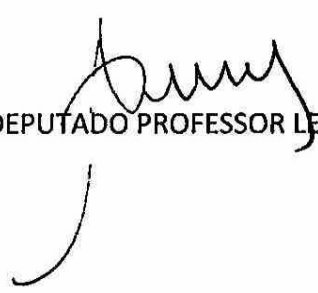

DEPUTADO TADEU VENERI


DEPUTADA LUCIANA RAGAGNIN


DEPUTADO ELTON WELTER


DEPUTADO ENIO VERRI


DEPUTADO PÉRICLES DE MELLO


DEPUTADO PROFESSOR LEMOS


DEPUTADO TONINHO WANDSCHEER



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

DAP

Fls. 32

PROJETO DE LEI Nº _____

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

JUSTIFICATIVA

O serviço de comunicação deve ter suas ações norteadas por princípios, de acordo com os elencados nesta emenda.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Emenda de Plenário nº <u>03</u>
DAP <u>23 OUT. 2013</u>
Visto <u>Cláudio</u>

PROJETO DE LEI Nº _____

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

EMENDA Nº 3

Emenda Aditiva

Decreta:

Inclua-se a Seção IV no Capítulo II, do PL 383/2013, renumerando os artigos seguintes.

SEÇÃO IV

DO CONSELHO CURADOR

Art. 12. O Conselho Curador, órgão de natureza consultiva e deliberativa, será integrado por 22 (vinte e dois) membros, designados pelo Governador do Estado do Paraná.

§1º Os titulares do Conselho Curador serão escolhidos dentre brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, de reputação ilibada e reconhecido espírito público, da seguinte forma:

- I – quatro Secretários de Estado;
- II – um representante indicado pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná;
- III – um representante dos funcionários, escolhido na forma do Estatuto;
- IV – quinze representantes da sociedade civil, indicados na forma do Estatuto, segundo critérios de diversidade cultural e pluralidade de experiências profissionais, sendo que, cada uma das regiões do Estado deverá ser representada por pelo menos um conselheiro.

Art. 13. Ao Conselho Curador compete:

- I - deliberar sobre as diretrizes educativas, artísticas, culturais e informativas integrantes da política de comunicação propostas pela Diretoria Executiva da E-Paraná Comunicação;
- II - zelar pelo cumprimento dos princípios e objetivos previstos nesta Lei;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI Nº _____

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

III - opinar sobre matérias relacionadas ao cumprimento dos princípios e objetivos previstos nesta Lei;

Decreta:

IV - deliberar sobre a linha editorial de produção e programação proposta pela Diretoria Executiva da E-Paraná Comunicação e manifestar-se sobre sua aplicação prática.

Sala das Sessões, 23 de Outubro de 2013

DEPUTADO TADEU VENERI

DEPUTADO ELTON WELTER

DEPUTADO PÉRICLES DE MELLO

DEPUTADO TONINHO WANDSCHEER

DEPUTADA LUCIANA RAGFAGNIN

DEPUTADO ENIO VERRI

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS

JUSTIFICATIVA

O Conselho curador tem, nesta emenda, sua composição e competência determinadas.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

DAP

Fis.

35

Emenda de Plenário nº 04
DAP 23 OUT. 2013
Visto Claudio

PROJETO DE LEI Nº _____

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

EMENDA Nº 4

Emenda aditiva

Decreta:

Inclua-se a Seção V no Capítulo II, do PL 383/2013, renumerando os artigos seguintes.

SEÇÃO V

DA OUVIDORIA

Art. 14. A E-Paraná Comunicação contará com uma Ouvidoria, dirigida por um Ouvidor, nomeado pelo Diretor-Presidente da E-Paraná Comunicação, para mandato de dois anos, admitida uma recondução, a quem compete exercer a crítica interna da programação por ela produzida ou veiculada, com respeito à observância dos princípios e objetivos dos serviços de comunicação social e radiodifusão pública, bem como, examinar e opinar sobre as queixas e reclamações de leitores, telespectadores e ouvintes, referentes à programação.

Sala das Sessões, 23 de Outubro de 2013

DEPUTADO TADEU VENERI

DEPUTADA LUCIANA RAGFAGNIN

DEPUTADO ELTON WELTER

DEPUTADO ENIO VERRI

DEPUTADO PERICLES DE MELLO

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS

DEPUTADO TONINHO WANDSCHEER



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

DAP

Fls. 36

PROJETO DE LEI Nº _____

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

JUSTIFICATIVA

A ouvidoria é um importante serviço de atendimento interno e externo ~~Deputado~~ ^{Deputada}:
atribuições de ouvir, encaminhar e acompanhar críticas e sugestões.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

DAP

Fls.

37

Emenda de Plenário nº 05

DAP 23 OUT. 2013

Visto

Claudio

PROJETO DE LEI Nº _____

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

EMENDA Nº 5

Emenda Modificativa

Decreta:

Modifique-se o Art. 13 do PL 383/2013, *in fine*, com a seguinte redação:

Art. 13. A E-Paraná Comunicação contará com um plano próprio de cargos e salários, devendo as relações com seus empregados serem regidas pelo Regime da Legislação Trabalhista, de que trata a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, contratados mediante concurso público.

Sala das Sessões, 23 de Outubro de 2013

[Assinatura]
DEPUTADO TADEU VENERI

[Assinatura]
DEPUTADA LUCIANA RAGFAGNIN

[Assinatura]
DEPUTADO ELTON WELTER

[Assinatura]
DEPUTADO ENIO VERRI

[Assinatura]
DEPUTADO PÉRICLES DE MELLO

[Assinatura]
DEPUTADO PROFESSOR LEMOS

DEPUTADO TONINHO WANDSCHEER



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

DAP

Fis. 38

PROJETO DE LEI Nº _____

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

JUSTIFICATIVA

A exemplo do Serviço Social Autônomo Paranaeducação que contrata através de concurso público, sendo que, os contratados ficam sujeitos ao regime trabalhista da CLT, o serviço de comunicação pública que será prestado pela E-Paraná Comunicação, criada como Serviço Social Autônomo, também deva efetuar concurso público para o provimento de seus cargos.



Emenda de Plenário nº 06
DAP 23 OUT 2013
Visto Claudio

PROJETO DE LEI Nº _____

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

EMENDA Nº 6

Emenda Aditiva

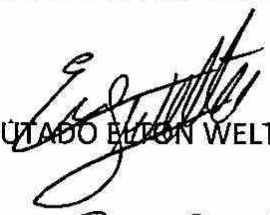
Decreta:

Inclua-se artigo no Título IV do PL 383/2013, com a seguinte redação:

Art. 14. A E-Paraná Comunicação sucederá a Rádio e Televisão Educativa do Paraná-RTVE nos seus direitos e obrigações e absorverá, mediante sucessão trabalhista, os empregados integrantes do seu quadro próprio de pessoal.

Sala das Sessões, 23 de Outubro de 2013


DEPUTADO TADEU VENERI


DEPUTADO EUDON WELTER


DEPUTADO PÉRICLES DE MELLO


DEPUTADO TONINHO WANDSCHEER


DEPUTADA LUCIANA RAGAGNIN


DEPUTADO ENIO VERRI


DEPUTADO PROFESSOR LEMOS

JUSTIFICATIVA

Esta emenda se faz necessária para garantir eventuais direitos dos empregados da RTVE.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Liderança do Governo



PARECER ÀS EMENDAS APRESENTADAS AO PROJETO DE LEI Nº 383/2013

Projeto de Lei nº 383/2013

Emenda nº 01 - aditiva; Emenda nº 02 - aditiva; Emenda nº 03 - aditiva; Emenda nº 04 - aditiva; Emenda nº 05 - modificativa; e Emenda nº 06 - aditiva.

Autores das emendas: Deputados Elton Welter, Enio Verri, Luciana Rafagnin, Péricles de Mello, Professor Lemos, Tadeu Veneri e Toninho Wandscheer

Súmula: Autoriza a instituição da E-Paraná Comunicação, conforme especifica.

EMENTA: ARTS. 33 E 141, I, DO REGIMENTO INTERNO ALEP. ART.66 E 87, IV DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL ART. 2º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. IMPOSSIBILIDADE. PARECER PELA REJEIÇÃO DAS SEIS EMENDAS APRESENTADAS EM PLENÁRIO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade autorizar a instituição da E-Paraná Comunicação, conforme especifica.

Ocorre que, em data de 23 de outubro de 2013, em segunda discussão, o referido projeto recebeu seis emendas de plenário. Por essa razão é que as referidas Emendas submetem-se agora à análise de constitucionalidade por esta Comissão.

REGIME DE URGÊNCIA

VISTA EM 28/10/2013

Dep. Péricles Mello

CCJ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Liderança do Governo



Emenda nº 01 - Aditiva

A emenda nº. 01, em síntese, pretende "adicionar o inciso III ao artigo 5º do projeto de lei e renumerando como inciso IV o atual inciso III.

A inclusão sugerida é de adicionar à estrutura organizacional o Conselho Curador. Na justificativa, aponta-se que é importante e fundamental instrumento de participação da sociedade no serviço de comunicação do Estado.

Emenda nº 02 - Aditiva

A emenda nº. 02, em síntese, possui o objetivo de incluir o art. 3º, estabelecendo princípios a serem seguidos pela E-Paraná.

Emenda nº 03 - Aditiva

A emenda nº. 03, em síntese, tem por finalidade incluir na estrutura da E-Paraná um Conselho Curador, órgão de natureza consultiva e deliberativa, integrado por 22 (vinte e dois) membros.

Emenda nº 04 - Aditiva

A emenda nº. 04, em síntese, visa incluir dispositivo para criação de uma ouvidoria na estrutura da E-Paraná.

Quanto à justificativa, aponta-se que a Ouvidoria é um importante serviço de atendimento interno e externo com atribuições de ouvir, encaminhar e acompanhar críticas e sugestões.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Liderança do Governo



Emenda nº 05 - Modificativa

A emenda nº. 05, em síntese, tem por desígnio "modificar o art. 13, com a seguinte redação "A E-Paraná Comunicação contará com um próprio de cargos e salários, devendo as relações com seus empregados serem regidas pelo Regime da Legislação Trabalhista de que trata a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, contratados mediante concurso público.

Descreve na justificativa que, a exemplo do Serviço Social Autônomo Paraná Educação, a E-Paraná Comunicação, criada como Serviço Autônomo, também deva efetuar concurso público para o provimento de seus cargos.

Emenda nº 06 - Aditiva

A emenda nº. 06, em síntese, tem por objetivo incluir o art. 14 com a seguinte redação "A E-Paraná Comunicação sucederá a Rádio e Televisão Educativa do Paraná-RTVE nos seus direitos e obrigações e absorverá, mediante sucessão trabalhista, os empregados integrantes do seu quadro próprio de pessoal."

Na justificativa, a emenda apresentada menciona que se faz necessária para garantir eventuais direitos dos empregados da RTVE.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, cumpre esclarecer que compete a esta Comissão de Constituição e Justiça a análise inicial de verificação quanto à legalidade e constitucionalidade das Emendas de Plenário,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Liderança do Governo



com a devida verificação de legitimidade e técnica legislativa, conforme tutela o Regimento Interno desta Assembleia Legislativa:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II – nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que as seis emendas foram propostas em 2º Discussão na Sessão Plenária, em data de 23 de outubro, apoiadas por cinco Deputados.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Liderança do Governo



Todavia, a **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ**, em seu artigo 87, prevê a competência privativa do Governador para dispor sobre a administração estadual, adiante transcrito:

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração estadual, na forma da lei; (grifo nosso)

No mesmo sentido, o artigo 66 do mesmo diploma legal estabelece que são de iniciativa privativa do Governador do Estado leis que disponham sobre criação de cargos, servidores públicos do Poder Executivo e estruturação das secretarias.

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais militares para a reserva;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Liderança do Governo



IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Em análise de Lei Similar, o Supremo Tribunal Federal, declarou inconstitucional Lei do Estado do Paraná, pela não observância do Princípio da Reserva de Iniciativa, conforme disposições da Constituição Federal, consoante menciona a Ministra Ellen Gracie:

“O artigo 61, parágrafo primeiro, II, c da Constituição Federal prevê a iniciativa privativa do Chefe do Executivo na elaboração de leis que disponham sobre servidores públicos, regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria. Por outro lado, é pacífico o entendimento de que as regras básicas do processo legislativo da União são de observância obrigatória pelos Estados, 'por sua implicação com o princípio fundamental da separação e independência dos Poderes'. Precedente: ADI 774, rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJ 26.02.99. A posse, matéria de que tratou o Diploma impugnado, complementa e completa, juntamente com a entrada no exercício, o provimento de cargo público iniciado com a nomeação do candidato aprovado em concurso. É, portanto, matéria claramente prevista no artigo 61, parágrafo primeiro, II, c da Carta Magna, cuja reserva legislativa foi inegavelmente desrespeitada.” (ADI 2.420, Rel. Min. Ellen Gracie, DJ 25/04/05). (grifo nosso)

Nesse sentido, cumpre salientar que a **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA** em seu artigo 2º expõe que os Poderes são independentes e harmônicos entre si, entendendo que cada qual é



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Liderança do Governo



responsável e autônomo para as suas atividades administrativas, não podendo um Poder interferir no outro, sendo, que no caso em tela, o Poder Legislativo não tem a prerrogativa em legislar na administração interna dos servidores públicos do executivo.

Art. 2º. São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. (grifo nosso)

Segundo o constitucionalista **JOSÉ AFONSO DA SILVA**, essa separação, também denominada de divisão de poderes, fundamenta-se, pois, em dois elementos: *especialização funcional*, significando que cada órgão é especializado no exercício de uma função; e *independência orgânica*, significando que, além da *especialização funcional*, é necessário que cada órgão seja *efetivamente independente dos outros, o que postula ausência de meios de subordinação*. Trata-se, pois, como se vê, de uma forma de organização jurídica das manifestações do Poder¹.

Assim, observa-se que legislar sobre a matéria é competência privativa do Poder Executivo.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, verifica-se que as Emendas apresentadas em Plenário, encontram-se em dissonância com ditames constitucionais e legais, tendo em vista a competência privativa do

¹ SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*, São Paulo: Ed. Malheiros, 2006. 29ª ed., pg. 109.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Liderança do Governo



Governador para legislar sobre o tema. Portanto, opina-se pela rejeição das emendas apresentadas.

Sala das Comissões, 28 de outubro de 2013.

DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

DEPUTADO ADEMAR TRAIANO

RELATOR



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI 460/13

Súmula: Dispõe sobre a extinção de cargos de provimento em comissão, e a instituição da Função de Gestão Pública – FG, a serem atribuídas exclusivamente a servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo e dá outras providências.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:**

Art. 1º Ficam extintos um mil cargos de provimento em comissão no âmbito do Poder Executivo, conforme disposto no Anexo I desta Lei.

Art. 2º Fica instituída a Função de Gestão Pública - FG, que se destina às atribuições de direção, de chefia e de assessoramento, com símbolo e remuneração constantes do Anexo II desta Lei.

Parágrafo único. A Função de que trata o *caput* será exercida exclusivamente por servidores titulares de cargo de provimento efetivo.

Art. 3º As Funções de Gestão Pública ficam criadas no quantitativo equivalente aos cargos em comissão extintos pelo art. 1º, existentes na estrutura organizacional do Poder Executivo.

Parágrafo único. O cargo de provimento em comissão e a função de gestão pública correspondem a mesma atribuição na estrutura organizacional e não poderão ser preenchidos, ocupados ou exercidos concomitantemente.

Art. 4º A designação para o exercício da Função de Gestão Pública será feita por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 5º As Funções de Gestão Pública serão submetidas ao regime de tempo integral e dedicação exclusiva e são incompatíveis com:

- I - o exercício de cargo de provimento em comissão;
- II - a Gratificação por Desempenho de Atividade Fazendária – GDAF; e
- III - outras vantagens de mesma natureza.

Art. 6º A designação para o exercício de Função de Gestão Pública independe da lotação do servidor.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Art. 7º A Função de Gestão Pública incidirá no cálculo da remuneração de férias e décimo terceiro salário.

Art. 8º A Função de Gestão Pública não é incorporável à remuneração do cargo de provimento efetivo, não integrará os proventos de aposentadoria, não será computada para fins de acréscimos ulteriores, bem como não servirá de base de cálculo para a concessão de outras vantagens.

Art. 9º Será devida a remuneração pelo exercício da Função de Gestão Pública, assim como a remuneração de cargo de provimento em comissão em caso de substituição do titular decorrente de gozo de férias e afastamentos legais, exclusivamente para as atribuições de direção e de chefia.

Art. 10. A denominação ou nomenclatura e a vinculação das funções de gestão pública e dos cargos de provimento em comissão à estrutura organizacional dos Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual, poderão ser alteradas, por ato do Chefe do Poder Executivo, mediante prévia manifestação formal da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL.

Art. 11. A função de que trata esta Lei será reajustada no mesmo percentual e nas mesmas datas em que forem reajustados os cargos de provimento em comissão.

Art. 12. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a editar os regulamentos necessários à execução desta Lei.

Art. 13. Ficam extintas ao vagar as funções gratificadas previstas nos artigos 15 a 17 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, bem como as gratificações de chefia, previstas no artigo 5º, do Decreto nº 2.260, de 27 de abril de 1993, ao deixarem de ser percebidas pelos atuais beneficiários.

Art. 14. Às disposições desta Lei serão implementadas se comprovada a disponibilidade orçamentária e financeira para atendimento de forma conjunta de todas as suas disposições, nos termos da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 15. Esta Lei entra vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 27 de setembro de 2013.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

**ANEXO I – RELAÇÃO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM
COMISSÃO EXTINTOS**

SIMBOLO	TOTAL
1-C	280
2-C	185
3-C	44
4-C	30
5-C	126
6-C	22
7-C	19
8-C	1
9-C	30
10-C	15
11-C	8
12-C	0
13-C	1
14-C	5
15-C	14
DAS-1	4
DAS-2	12
DAS-3	12
DAS-4	38
DAS-5	154
TOTAL	1.000



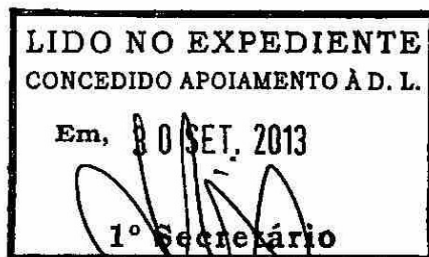
PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Gabinete do Governador

ANEXO II – FUNÇÕES DE GESTÃO PÚBLICA
TABELA DE REMUNERAÇÃO POR SÍMBOLO

SÍMBOLO	VALOR UNITÁRIO
FG-1	7.725,00
FG-2	6.820,00
FG-3	6.365,00
FG-4	5.460,00
FG-5	5.004,00
FG-6	4.883,00
FG-7	4.409,00
FG-8	3.641,00
FG-9	3.349,00
FG-10	3.149,00
FG-11	2.715,00
FG-12	2.327,00
FG-13	1.984,00
FG-14	1.703,00
FG-15	1.595,00
FG-16	1.494,00
FG-17	1.401,00
FG-18	1.311,00
FG-19	1.228,00
FG-20	1.160,00
FG-21	1.097,00
FG-22	1.037,00
FG-23	1.012,00
FG-24	933,00



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Palácio Iguaçu – Curitiba, 30 de setembro de 2013
OF CEE/G 159/13

I – À DAP para leitura no expediente.
II – À DL para providências.

Em, 30/09/2013

Presidente

Senhor Presidente,

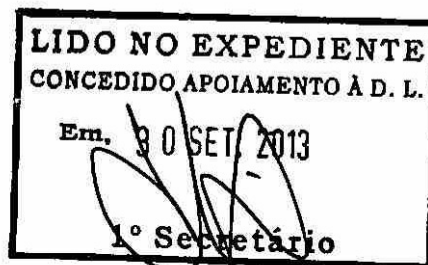
Com fulcro nas disposições contidas no art. 66, § 1.º da Constituição Estadual e no art. 198 do Regimento Interno dessa Casa de Leis, solicito regime de urgência para tramitação dos Anteprojeto de Lei encaminhados para apreciação, por meio das Mensagens Governamentais n.ºs 114, 115, 116 e 117, datadas do dia 27/09/2013.

Atenciosamente,

CARLOS ALBERTO RICH
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente das Assembleia Legislativa do Estado
CURITIBA – PR

CEE/SRGVF/JLI



PARANÁ

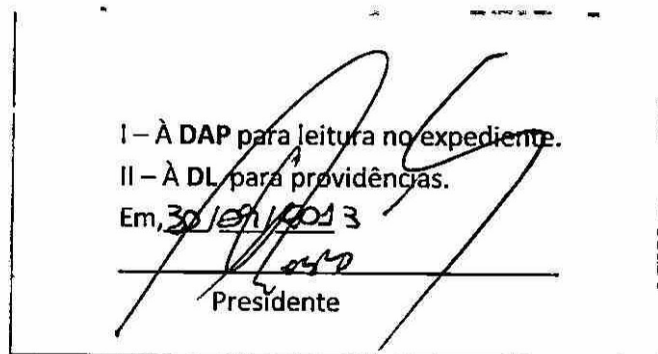
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

MENSAGEM

Nº 116/2013

Curitiba, em 27 de setembro de 2013.

Senhor Presidente,



Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que dispõe sobre extinção de cargos de provimento em comissão e a instituição de Função de Gestão Pública – FG, a ser atribuída exclusivamente aos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo.

A Constituição Estadual impõe ao Administrador Público, dentre outros princípios agir com eficiência e economicidade, demandando constante preocupação com a estrutura de cargos e de remuneração dos servidores públicos, visando uma melhor adequação aos valores constitucionais.

Sob o aspecto da eficiência, considera-se que há uma orientação expressa na Constituição do Estado direcionada ao fortalecimento da atuação dos servidores titulares de **cargos efetivos**, de modo a conferir maior estabilidade no exercício das atribuições públicas. Tal orientação é evidenciada especialmente na norma expressa pelo artigo 27, inciso V, que dispõe que “as funções de confiança exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento”.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 11.000.019-3



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Gabinete do Governador

Em que pese a relevância dos denominados cargos de provimento em comissão que possibilitam ao gestor público escolher a equipe técnica de sua confiança para implementar as políticas públicas integrantes de planos de governo, é fundamental que seja privilegiada a formação de um corpo técnico funcional permanente, constituído de servidores de carreira, objetivando o aumento da eficiência na Administração Pública Estadual.

É importante destacar alguns aspectos técnicos relevantes: a FG não poderá ser cumulada com a remuneração de cargo de provimento em comissão; com a gratificação por desempenho de atividade fazendária ou outras vantagens de mesma natureza; não será incorporada à remuneração do servidor; não integrará proventos de aposentadoria e nem servirá de base de cálculo para outras vantagens.

Ademais, a FG foi definida a partir de critérios e estudos técnicos que concluíram pela conveniência e oportunidade de edição de uma lei que prestigiasse as estruturas permanentes e efetivas do funcionalismo público, valorizando a profissionalização do serviço público.

Vale ressaltar que a proposta teve como diretriz a não geração de impacto financeiro em sua implantação. Haverá a extinção de cargos em comissão em atendimento aos dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal, na medida em que reduzirá em 21,5% o número atual de cargos em comissão, demonstrando o comprometimento do Governo com a austeridade na gestão dos recursos públicos.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 460/2013

Projeto de Lei nº. 460/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 116/13

Súmula: Dispõe sobre a extinção de cargos de provimento em comissão, e a instituição da função de gestão pública – FG, a serem atribuídas exclusivamente a servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo e das outras providências.

EMENTA: EXTINÇÃO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E INSTITUIÇÃO DA FUNÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA. POSSIBILIDADE. REGIMENTO INTERNO ART. 124. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 65; 66 e 87 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ. CONSTITUCIONALIDADE. LEGALIDADE. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo, através da mensagem nº 116/2013, tem por finalidade extinguir cargos de provimento em comissão e instituir a função de gestão pública – FG, para cargos de provimento efetivo.

VISTA EM 01/10/13

Toduverson Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba – Paraná

[Assinatura]

CCJ -



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no Art. 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Em consonância com o Regimento Interno desta Casa, a Constituição Estadual, em seu Art. 65, estabelece que:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Deste modo, resta-se evidenciada a capacidade de iniciativa do Governador para realizar a propositura do referido Projeto de Lei.

Além do mais, a Constituição do Estado aborda como **tema de competência privativa do Governador do Estado** leis que disponham sobre a criação de cargos, função ou empregos públicos na Administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração e, bem como, funcionamento da administração estadual:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - a criação de cargos, função ou empregos públicos na Administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

No mesmo sentido, o art. 87 da Constituição do Estado vem estabelecer:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

(vide ADIN 979-6)

(...)

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei;

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém o poder de iniciativa e a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Com relação ao cumprimento da Lei Complementar Federal nº. 101/00 observa-se da justificativa anexa ao presente Projeto, que não haverá acréscimos de despesa, eis que serão extintos 21,5% do número atual de cargos em comissão existentes no governo.

Por fim, no tocante à Lei Complementar Federal nº 95/98, o Projeto de Lei não apresenta nenhum óbice.

CONCLUSÃO

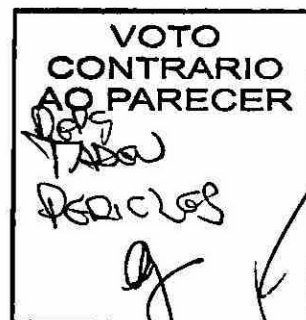
Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 01 de outubro de 2013.

APROVADO
02.10.2013

DEP. CAITO QUINTANA
Presidente

DEP. PEDRO LUPION
Relator



Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 460/13

RELATÓRIO

O presente Plano de Lei em análise é oriundo do Poder Executivo – Mensagem nº 116/13, que objetiva dispor sobre a extinção de cargos de provimento em comissão, e a instituição da Função de Gestão Pública – FG, a serem atribuídas exclusivamente a servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo e dá outras providências.

Procedida a análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do Nobre Deputado Pedro Lupion, que exarou o devido parecer favorável, em virtude de sua constitucionalidade e legalidade, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

FUNDAMENTAÇÃO

A Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei em tela a esta Comissão Permanente de Finanças, para análise, o que passará a fazer.

Procedida a análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta, objetiva modernizar a gestão pública com a reunião de estruturas organizacionais de Secretarias afetas às áreas financeira e orçamentária.

Vale ressaltar que a proposta em epígrafe, encontra amparo legal nos arts. 65, 66 e 87 da Constituição Estadual.

Conforme constata-se na justificativa do autor, a proposta deriva de estudos sobre o planejamento institucional com a finalidade de transformação, fusão e extinção de órgãos da administração direta e de unidades administrativas, visando uma melhor otimização da máquina governamental.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

É importante destacar que o autor da matéria justifica que haverá a extinção de cargos em comissão, o que fatalmente reduzirá em 21,5% (vinte e um virgula cinco) por cento o número dos referidos cargos.

De igual modo, em relação a Lei Complementar Federal nº 101/00, existe a Informação nº 590/2013, subscrita pela Senhora Elizabeth Cristina de Azevedo, Coordenadora da Coordenação de Orçamento e Programação da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, esclarecendo que a matéria proposta não acarretará impacto orçamentário e financeiro.

CONCLUSÃO

Isto posto, nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim, o devido parecer FAVORÁVEL.

É o parecer.

Sala das Comissões, 08/10/13


DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE


DEPUTADO ~~WILSON GUIMARÃES~~
RELATOR


DEP. PUBL. IGSI


DEP. ACIDALI



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria Legislativa - Coordenadoria de Apoio às Comissões

296

De: Diretoria Legislativa

Para: Comissão de Finanças

Conforme Questão de Ordem nº 5/2013, estamos restituindo o Projeto de Lei nº 460/2013, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 116/2013 a essa Comissão para o cumprimento dos requisitos regimentais.

Curitiba, 16 de outubro de 2013.

Maria Henrique de Paula
Mat. 40.668

1. Ciente;
2. Retorne-se à Comissão de Finanças.

Lucília Felicidade Dias
Diretora Legislativa



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Diretoria de Assistência ao Plenário



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 16 OUT. 2013


1º Secretário

COMUNICADO

COMUNICO AOS SENHORES DEPUTADOS QUE O PROJETO DE LEI Nº 460/2013 FOI RETIRADO DA ORDEM DO DIA EM RAZÃO DA QUESTÃO DE ORDEM APRESENTADA PELO DEPUTADO ENIO VERRI. INFORMO, AINDA, QUE SOLICITEI, ATRAVÉS DE OFÍCIO, A MANIFESTAÇÃO DO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS. TÃO LOGO RECEBA AS INFORMAÇÕES, DECIDIREI A QUESTÃO DE ORDEM.

SALA DAS SESSÕES, 16 DE OUTUBRO DE 2013.


VALDIR ROSSONI
PRESIDENTE

Anote-se e archive-se

DL, 17/10/13





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Diretoria Legislativa



Curitiba, 16 de outubro de 2013.

Senhor Presidente:

Na Sessão Ordinária de quinze de outubro de 2013, o Deputado Enio Verri apresentou Questão de Ordem argumentando que não fora convocado, bem como o respectivo suplente, para a reunião da Comissão de Finanças que apreciou o Projeto de Lei nº 460/2013, de autoria do Poder Executivo, o que tornaria nula referida reunião e, consequentemente, a primeira discussão da matéria em Plenário.

Isto posto, na forma do art. 20, inciso XXVII, do Regimento Interno, solicito a manifestação de V. Exa. sobre a existência de comprovação da mencionada convocação.

Sendo o que tenho para a oportunidade, firmo o presente atenciosamente.


Deputado VALDIR ROSSONI
PRESIDENTE

Exmo. Sr.
Deputado JONAS GUIMARÃES
Presidente da Comissão de Finanças
NESTA CASA

Recebido C.F.
Em 16/10/13
WM.



SESSÃO ORDINÁRIA Questão de Ordem Ênio Verri 15.10.2013

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): O projeto tem parecer favorável da CCJ, Comissão de Finanças, e Comissão de Indústria e Comércio. Em discussão. Em votação. Votando. Vamos concluir. Encerrada: 42 votos.
Aprovado.

Item 14 - 1ª Discussão do Projeto de Lei nº 398. Autoria Poder Executivo. "Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel ao Município de Nova Aliança do Ivaí." Tendo parecer favorável das Comissões. Em votação. Vamos concluir. Encerrada: 44 votos.

Item 15 - 1ª Discussão do Projeto de Lei nº 460. Autoria Poder Executivo. "Dispõe sobre a extinção de cargos de provimento em Comissão e a instituição da função de gestão pública (FG), a ser atribuída exclusivamente a servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo." Tem parecer da CCJ, favorável, e Comissão de Finanças.

DEPUTADO ENIO VERRI (PT): "Questão de ordem", Sr. Presidente

DEPUTADO RASCA RODRIGUES (PV): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): "Questão de ordem", Deputado Enio Verri.

DEPUTADO ENIO VERRI (PT): Baseado nos arts. 42, 46 e 47, Sr. Presidente, do Regimento, trata do seguinte...

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Nem vou buscar os artigos, porque sei que V. Exa. tem conhecimento.

DEPUTADO ENIO VERRI (PT): Sr. Presidente, tratam-se, esses três artigos - sou titular da Comissão de Finanças e tenho como suplente o Deputado Professor Lemos - a reunião da Comissão de Finanças, que aprovou esse projeto, ela não foi convocada respeitando o Regimento, na medida em que nem eu, nem meu suplente, fomos convocados, e segundo o Regimento, tem que ser convocado oficialmente, com alguma antecedência. Dessa maneira,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria Legislativa – Coordenadoria de Revisão



como não fui convocado, a reunião foi no dia 8 de outubro, estavam presentes nessa reunião - tenho aqui os nomes - os Deputados: Jonas, Quinteiro, Pugliesi, Elio e Aciolli. Como eu não fui convidado oficialmente, de acordo com o Regimento, peço que seja nula a reunião da Comissão de Finanças, que seja chamada cumprindo o Regimento.

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Peço a V. Exa. que coloque essa "*questão de ordem*". Tenho aqui em minhas mãos o parecer da Comissão de Finanças, assinado pelo Presidente Jonas Guimarães e pelo Relator, e de mais três Deputados, dia 8.10.13.

DEPUTADO ENIO VERRI (PT): Sim. Exatamente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Não posso colocar em dúvida. Caso V. Exa. coloque em dúvida, faz uma "*questão de ordem*", vamos reunir a Comissão.

DEPUTADO ENIO VERRI (PT): De maneira nenhuma, Sr. Presidente, estou colocando em dúvida a assinatura dos Deputados, e muito menos de que houve ou não a reunião. Estou dizendo que não foi cumprido o Regimento, na medida em que eu não fui convidado para essa reunião, como de praxe. Quero dizer, inclusive, com todo respeito, ao Sr. Presidente Jonas Guimarães, que é a primeira vez que isso não ocorreu; eu participo de todas as reuniões da Comissão de Finanças, e quando, uma vez ou outra, eu não posso, meu suplente está presente. Então, dizer o seguinte: o que não foi cumprido no artigo é a exigência da convocação.

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Olha, Deputado, V. Exa...

DEPUTADO ENIO VERRI (PT): Sr. Presidente, e me desculpe...

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): V. Exa. deve questionar o Presidente da Comissão. Eu...

DEPUTADO ENIO VERRI (PT): Sr. Presidente, o senhor me desculpe, quem sou eu para...

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): O parecer está regular. Eu não tenho o que decidir.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria Legislativa – Coordenadoria de Revisão



DEPUTADO ENIO VERRI (PT): Segundo o Regimento, me desculpe a insistência, quando se levanta uma “*questão de ordem*”, cabe ao Presidente tomar essa decisão. Estou fazendo uma afirmação e volto a insistir: é simples.

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Mas veja, V. Exa. poderia ter recorrido da decisão em três dias. Faz sete dias que teve o parecer da Comissão, mas não quero entrar nessa questão; vou oficiar o Presidente da Comissão para que ele dê as devidas explicações. Não cabe a este Presidente dar explicações.

DEPUTADO ENIO VERRI (PT): Não, não. De maneira nenhuma.

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Até porque não sei.

DEPUTADO ENIO VERRI (PT): Não, não Presidente, desculpe, talvez este Deputado não tenha sido claro. Longe de mim pedir explicações ao Presidente da Assembleia.

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Ao Presidente da..

DEPUTADO ENIO VERRI (PT): O que cabe a este que vos pede, que retire. Tendo em vista que estou dizendo que não fui convidado, salvo que o Presidente da Comissão confirme que eu fui, e que por algum motivo eu não recebi esse convite, que V. Exa. retire de pauta e que seja chamada uma nova reunião. É só isso que eu peço, a não ser que seja provado que houve algum engano e a minha assessoria não me convidou, que tenho certeza que isso não ocorreu.

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): A Ata da Comissão é publicada no Diário Oficial. V. Exa. tem todo direito de entrar com recurso na Comissão; não tenho o que decidir, porque a assinatura tem fé pública. Tenho aqui o parecer.

DEPUTADO ENIO VERRI (PT): O senhor me desculpe pela insistência, não estou questionando o direito dos nobres Deputados de opinarem na Comissão de Finanças, não tenho esse direito. Também não estou questionando se estiveram ou não. Também não cabe a mim, tem fé pública, V. Exa. tem razão.



Só estou dizendo que, para ter uma reunião da Comissão de Finanças, tem que haver convocação. Como não fui convocado basta, nesse caso, se a Comissão de Finanças provar que fui convocado, elimina-se a minha “*questão de ordem*”. Caso não seja confirmado isso, tem que ser feito uma reunião da Finanças, devidamente convocados todos os membros, para que seja colocado em votação. É só isso, de maneira nenhuma questiono o direito dos nobres Parlamentares de votarem o que quiserem.

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Deputado Enio, passo a decidir.

DEPUTADO ENIO VERRI (PT): Sim.

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Vou encaminhar a sua “*questão de ordem*” ao Presidente da Comissão, para que ele se manifeste até que o projeto venha em 2ª discussão. Ele está em 1ª, estamos discutindo a sua constitucionalidade e vou dar o prazo para que o Presidente se manifeste até o projeto vir em 2ª discussão. Agradeço a V. Exa. Para encaminhar, Deputado Tadeu Veneri, e convido o Vice-Presidente Artagão para assumir a Presidência. Tenho um compromisso.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, nós, desde o início, temos dito que o Projeto de Lei nº 460/13, na verdade, não passa de um grande golpe de marketing. Um projeto que extingue 1 mil cargos com a pretensão nominal de fazer uma economia de R\$48 milhões, mas um projeto que extingue 1 mil cargos que não são preenchidos. Portanto, não há que se falar em economia daquilo que não é gasto. Falar na economia de R\$48 milhões quando, na realidade, segundo o Líder do Governo, porque não temos esses dados, apenas 600 dos 1 mil cargos estão preenchidos, não é falar em economia de R\$48 milhões. Nesses 15 dias, Deputado Enio, ainda com estas considerações que V. Exa. acabou de fazer aqui também, a impressão que nos dá é que o Governador Carlos Alberto foi induzido a erro e, num golpe de mídia, seus assessores e Secretários resolveram fazer uma mágica contábil. Quando o governo atingiu o



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Diretoria Legislativa – Coordenadoria de Revisão



limite determinado por lei, pela Lei nº 101 que estabelece que, a partir dali não é possível nenhuma contratação, ao contrário, é necessário que se faça no mínimo 20% de corte nos comissionados, o que o governo faz. Isso, depois, justamente por coincidência não tão coincidente assim, justamente no dia em que veio aqui o ex-Secretário Hauly. Lembramos que foi após a fala do ex-Secretário Hauly admitindo que, pelo terceiro quadrimestre consecutivo, o governo já estava em uma situação que não lhe permitia fazer contratações, o governo mandou o projeto para cá. A lei diz que deveria cortar 20%. O governo anunciou no sábado, o Governador anunciou no sábado, esteve aqui durante a semana o Secretário Hauly - na quarta-feira - no sábado o Governador anunciou na Rede de Televisão



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

Curitiba, 16 de outubro de 2013.

Exmo. Sr. Presidente Deputado Valdir Rossoni.

Consoante o solicitado por Vossa Excelência, em razão da questão de ordem apresentada pelo Deputado Enio Verri, esta Comissão Permanente de Finanças tem a esclarecer o seguinte:

O Projeto de Lei nº 460/13, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº116/13, que dispõe sobre a extinção de cargos de provimento em comissão, e a instituição da Função de Gestão Pública – FG, a serem atribuídas exclusivamente a servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo e dá outras providências. **EM REGIME DE URGÊNCIA, por solicitação do Senhor Governador.**

Designei como Relator da matéria o Deputado Wilson Quinteiro. Como de praxe determinei também, a elaboração de parecer prévio e o consequente envio ao Relator na data de 08/10/13 (terça-feira).

Ressalto que, esta Comissão Permanente adotou o costume de fazer a convocação dos membros de maneira verbal em Sessão Plenária, em razão da celeridade processual.

Desta forma, convoquei no dia 08/10/13, os membros da Comissão, para a realização da 9ª Reunião Extraordinária, na Sala de Reuniões do Plenário. No momento da convocação estavam presentes na Sessão, os Deputados Wilson Quinteiro, Elio Rusch, Waldyr Pugliesi e Roberto Aciolli. Ausentes os Deputados: Enio Verri e seu Suplente Prof. Lemos; e Francisco Buhner e seu Suplente Evandro Júnior. Tendo como pauta os itens: 01) Projeto de Lei nº 458/13 – Poder Executivo – Mensagem nº 114/13; 02) Projeto de Lei nº 459/13 – Poder Executivo – Mensagem nº 115/13; e, **03) Projeto de Lei nº 460/13 – Poder Executivo – Mensagem nº 116/13.**

Importante salientar também que, no dia 09/10/13, esta Comissão realizou a 16ª Reunião Ordinária, na Sala de Reuniões do Plenário, e da mesma forma, convoquei os membros da Comissão que naquele momento estavam presentes na Sessão, os Deputados: Enio Verri, Elio Rusch e Waldyr Pugliesi. Ausentes os Deputados: Francisco Buhner e seu Suplente,





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



Wilson Quinteiro e seu Suplente e Roberto Aciolli e seu Suplente. Tendo como pauta os itens: 01) Projeto de Lei nº 480/13 – Poder Executivo – Mensagem nº 118/13; e, 02) Projeto de Lei nº 383/13 – Poder executivo – Mensagem nº 084/13.

Limitado ao exposto, atenciosamente.


DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Paraná



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 460/13

RELATÓRIO

O presente Plano de Lei em análise é oriundo do Poder Executivo – Mensagem nº 116/13, que objetiva dispor sobre a extinção de cargos de provimento em comissão, e a instituição da Função de Gestão Pública – FG, a serem atribuídas exclusivamente a servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo e dá outras providências.

Procedida a análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do Nobre Deputado Pedro Lupion, que exarou o devido parecer favorável, em virtude de sua constitucionalidade e legalidade, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

FUNDAMENTAÇÃO

A Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei em tela a esta Comissão Permanente de Finanças, para análise, o que passará a fazer.

Procedida a análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta, objetiva modernizar a gestão pública com a reunião de estruturas organizacionais de Secretarias afetas às áreas financeira e orçamentária.

Vale ressaltar que a proposta em epígrafe, encontra amparo legal nos arts. 65, 66 e 87da Constituição Estadual.

Conforme constata-se na justificativa do autor, a proposta deriva de estudos sobre o planejamento institucional com a finalidade de transformação, fusão e extinção de órgãos da administração direta e de unidades administrativas, visando uma melhor otimização da máquina governamental.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

É importante destacar que o autor da matéria justifica que haverá a extinção de cargos em comissão, o que fatalmente reduzirá em 21,5% (vinte e um virgula cinco) por cento o número dos referidos cargos.

De igual modo, em relação a Lei Complementar Federal nº 101/00, existe a Informação nº 590/2013, subscrita pela Senhora Elizabeth Cristina de Azevedo, Coordenadora da Coordenação de Orçamento e Programação da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, esclarecendo que a matéria proposta não acarretará impacto orçamentário e financeiro.

CONCLUSÃO

Isto posto, nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim, o devido parecer FAVORÁVEL.

É o parecer.

Sala das Comissões,

21/10/13

[Assinatura]
DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE

[Assinatura]
DEPUTADO WILSON QUINTEIRO
RELATOR

[Assinatura]
Ass. Elia

[Assinatura]
Ass. Paulo

[Assinatura]
Ver. contrário



COMUNICADO

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.


Em, 21 OUT. 2013

1º Secretário

DIANTE DA QUESTÃO DE ORDEM Nº 5/2013, FORMULADA PELO DEPUTADO ENIO VERRI, INFORMO AOS SENHORES DEPUTADOS QUE MEDIANTE A INFORMAÇÃO PRESTADA PELO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS E EM CONFORMIDADE COM § 5º DO ARTIGO 123 DO REGIMENTO INTERNO, DETERMINO QUE O PROJETO DE LEI Nº 460/2013 RETORNE À COMISSÃO DE FINANÇAS PARA CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS REGIMENTAIS.

SALA DAS SESSÕES, 17 DE OUTUBRO DE 2013.


VALDIR ROSSONI
PRESIDENTE


CONFERE COM O ORIGINAL



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal K

Emenda de Plenário nº 01
DAP 22 OUT 2013
Visto laudois

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 460/2013



O Paragrafo Único do artigo 3º do Projeto de Lei nº 460/2013 passa a contar com a seguinte redação:

"Paragrafo único. Os cargos de Função de Gestão Pública não poderão ser designados para preencher, ocupar ou substituir os cargos em comissão extintos por esta lei".

Sala das Sessões, 22 de outubro de 2013.

LUCIANA RABELO

GILBERTO MARTIN

Tadeu Veneri
Deputado Estadual

ELTON WELTER

EDU VIRA



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Liderança do Governo



PARECER À EMENDA MODIFICATIVA DE PLÊNÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 460/13

Projeto de Lei nº 460/2013

Emenda Modificativa

Dispõe sobre a extinção de cargos de provimento em comissão, e a instituição da função de gestão pública – FG, a serem atribuídas exclusivamente a servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo e dá outras providências.

**EMENTA: EMENDA MODIFICATIVA.
ART. 87, IV DA CONSTITUIÇÃO
ESTADUAL. IMPOSSIBILIDADE.
PARECER PELA REJEIÇÃO DA
EMENDA.**

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo dispor sobre a extinção de cargos de provimento em comissão, e a instituição da função de gestão pública – FG, a serem atribuídas exclusivamente a servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo.

Em 22 de outubro de 2013, durante a segunda discussão na Sessão Plenária, a proposição recebeu Emenda Modificativa de Plenário. Por essa razão, a referida emenda submete-se agora à análise de constitucionalidade por esta Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Liderança do Governo



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições. A emenda em análise foi apresentada na forma do art. 141, I do RIALEP:

Art. 141 As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

Portanto, o ato legislativo foi produzido em conformidade com o procedimento regimental. Contudo, a Constituição do Estado do Paraná, em seu artigo 87, IV, prevê a competência privativa do Governador para dispor sobre a administração estadual. Vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Liderança do Governo



Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração estadual, na forma da lei;

A proposta do Deputado Tadeu Veneri é vedar que os servidores que exercem cargos em comissão possam ser nomeados nas Funções de Gestão Pública criadas pelo projeto.

Dessa forma, o parlamentar fere frontalmente as disposições do art. 87, VI, uma vez que as funções criadas devem ser de livre nomeação pelo Chefe do Poder Executivo, órgão responsável pela administração, remuneração e estabelecimento de atribuições aos seus servidores.

Ademais, a interferência do legislador estadual no Poder Executivo, ultrapassando os limites estabelecidos pela Constituição, também nos leva a concluir que a emenda viola o Princípio da Separação dos Poderes, o qual determina que os Poderes são independentes e harmônicos entre si, de acordo com o art. 2º da Carta Magna:

Art. 2º - São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Por outro prisma de raciocínio, também não se pode impedir a nomeação daqueles que já exercem cargo em comissão, sob pena de afronta aos princípios da isonomia e da universalidade de acesso aos cargos e funções públicas.

O art. 5º da Constituição Federal consagra o princípio da isonomia, ao mencionar que: "Todos são iguais perante a lei, sem



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Liderança do Governo



distinção de qualquer natureza". Trata-se da igualdade de direitos em todas as esferas, em decorrência da qual se afasta qualquer forma de discriminação. Se todos são iguais perante a lei, não se pode diferenciar aqueles que já exercem cargos em comissão daqueles que ainda não exercem. Ademais, o princípio da universalidade de acesso ou ampla acessibilidade aos cargos públicos constitui direito de todos os cidadãos, de buscar oportunidade de trabalho independentemente do cargo que exerce ou já exerceu.

No Estado do Sergipe, uma norma que vedava os servidores em estágio probatório de exercer função de confiança foi declarada inconstitucional, justamente por criar uma diferenciação que atenta contra o princípio da isonomia.

Constitucional - Mandado de Segurança - Declaração incidental de inconstitucionalidade dos incisos I e II do art. 59-A, do estatuto dos funcionários públicos do Estado de Sergipe (lei estadual n.º 2.148/1977) - nova redação dada pela lei complementar estadual n.º 149/2007 - proibição de o servidor efetivo, em estágio probatório, ocupar função de confiança - violação aos princípios da isonomia, do substantive due process of law, e da norma inscrita no art. 37, V, da Lei Maior. Verba retroativa. Impossibilidade. Direito subjetivo à nomeação. Inexistência em face da discricionariedade administrativa. Concessão parcial da segurança.

I - o art. 59-A, incisos I e II, da Lei 2.148/77, introduzido pela Lei Complementar nº 149/2007, viola os princípios constitucionais da isonomia (art. 5º), da razoabilidade - dimensão material da cláusula do devido processo (art. 5º, LIV)- substantive due process of law, e afronta o critério preferencial eleito pelo art. 37, inciso V, sobre servidores efetivos para o preenchimento de cargos comissionados e/ou funções de confiança;
(...)

(TJSE, ACÓRDÃO Nº: 9003/2008, MANDADO DE SEGURANÇA Nº0141/2008, PROCESSO Nº: 2008109483, IMPETRANTE: MARCO ANTONIO CAMILO DOS SANTOS, ADVOGADO: ANA PAULA BEZERRA PONCIN, IMPETRADO: PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTICA DE SERGIPE, RELATOR: DESA. CLARA LEITE DE REZENDE)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Liderança do Governo




Resta claro, portanto, que a emenda não merece prosperar, tanto por invadir competência privativa do Poder Executivo quanto por violar princípios constitucionais.

CONCLUSÃO

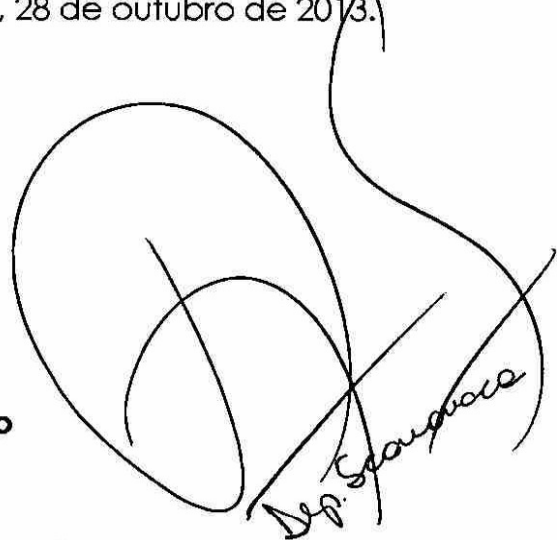
Diante do exposto, **opina-se pela rejeição da Emenda Modificativa**, tendo em vista a inconstitucionalidade apontada.

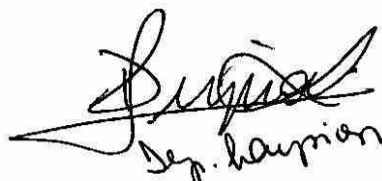
Sala das Comissões, 28 de outubro de 2013.


Deputado Nelson Justus
Presidente


Deputado Ademir Traiano
Relator


Dep. Carli


Dep. Scarpone


Dep. Laurion


Dep. Turiani


Dep. Couto

VOTO
CONTRARIO
AO PARECER
Dep.
Leites
Mello
28/10


Dep. Leites


Dep. Niren

APROVADO

28/10/13


Dep. Am


Dep. Baston



Súmula: Inclui o dispositivo que especifica,
na Lei nº 17.014, de 2011.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou
e eu sanciono a seguinte lei:**

Art. 1º Fica incluído o inciso V no art. 1º da Lei nº 17.014, de 16 de dezembro de 2011, com a seguinte redação:

"V – A coordenação das ações de interesse do Estado do Paraná que envolvam eventos esportivos de repercussão regional, nacional e internacional realizados em seu território;"

Parágrafo único. Os atuais incisos V e VI do art. 1º da Lei nº 17.014, de 2011, ficam renumerados para VI e VII, respectivamente.

Art. 2º Ficam transferidos, da Secretaria de Estado de Governo para a Secretaria de Estado do Esporte, os seguintes cargos de provimento em comissão:

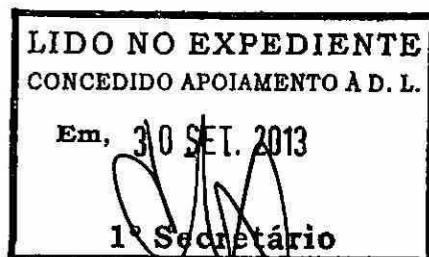
- a) 01 (um) cargo de Assessor, símbolo DAS-5;
- b) 01 (um) cargo de Assistente, símbolo 1-C;
- c) 03 (três) cargos de Assessor Administrativo, símbolo 1-C, alterando-se a denominação para Assistente, mantida a mesma simbologia;
- d) 01 (um) cargo de Assistente, símbolo 3-C;
- e) 01 (um) cargo de Assistente, símbolo 4-C;
- f) 01 (um) cargo de Assistente, símbolo 5-C; e
- g) 01 (um) cargo de Assistente, símbolo 15-C.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 27 de setembro de 2013.

CARLOS ALBERTO RICHÁ

Governador do Estado



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Palácio Iguaçu – Curitiba, 30 de setembro de 2013
OF CEE/G 159/13

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em, 30/09/2013

Presidente

Senhor Presidente,

Com fulcro nas disposições contidas no art. 66, § 1.º da Constituição Estadual e no art. 198 do Regimento Interno dessa Casa de Leis, solicito regime de urgência para tramitação dos Anteprojeto de Lei encaminhados para apreciação, por meio das Mensagens Governamentais n.ºs 114, 115, 116 e 117, datadas do dia 27/09/2013.

Atenciosamente,


CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

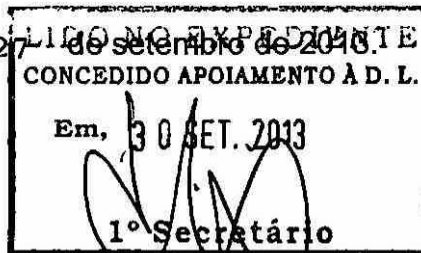
Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente das Assembleia Legislativa do Estado
CURITIBA – PR

CEE/SRGVF/JLI

MENSAGEM

Nº 115/2013

Curitiba, em 27



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva incluir inciso V no art. 1º da Lei nº 17.014, de 16 de dezembro de 2011 (Lei de criação da Secretaria de Estado do Esporte).

Por meio da inclusão do inciso V, supracitado, visa-se atribuir à Secretaria de Estado do Esporte, as funções atualmente realizadas pela Secretaria Especial para Assuntos da COPA 2014, que será extinta por meio de decreto governamental.

Desta feita, o presente Anteprojeto de Lei está inserido no contexto maior de iniciativas de otimização da gestão pública e de racionalização de gastos, iniciativas contidas no princípio constitucional da eficiência administrativa previsto no artigo 37, *caput*, da Constituição da República Federativa do Brasil e na Lei de Responsabilidade Fiscal.

A proposta legislativa tem por escopo a criação de mecanismo legal para que a Secretaria de Estado do Esporte tenha, também, as atribuições de coordenar as ações que envolvam, inclusive, estratégias para realização da Copa do Mundo da FIFA no Brasil em 2014, englobando a cidade-sede Curitiba e os demais municípios paranaenses, além dos demais eventos esportivos de repercussão regional, nacional e internacional a serem realizados no Paraná.

Por fim, insta destacar que o projeto não implica no aumento de despesas, tampouco na criação de novos cargos públicos, mantendo-se a estrutura da Secretaria de Estado do Esporte.

Certo de que o presente Anteprojeto de Lei receberá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICH

Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado VALDIR ROSSONI

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado

N/CAPITAL

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em, 30/09/2013

Presidente

SECRETARIA DE
ESTADO DE GOVERNO

Sistema Estadual de Legislação



Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato



Página para Impressão

Lei 17014 - 16 de Dezembro de 2011

Alterado Compilado Original ①

Publicado no Diário Oficial nº. 8611 de 16 de Dezembro de 2011

Súmula: Cria a Secretaria de Estado do Esporte - SEES, na estrutura organizacional básica do Poder Executivo.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica criada, na estrutura organizacional básica do Poder Executivo, a Secretaria de Estado do Esporte - SEES, tendo por finalidade:

I - o planejamento, a organização, o acompanhamento e a manutenção das políticas e diretrizes do Governo do Estado para o esporte, lazer e qualidade de vida;

II - o incentivo, o apoio e a orientação para a realização de atividades e eventos recreativos e esportivos, profissionais ou amadores, quer no âmbito da Administração Estadual ou da iniciativa privada;

III - a articulação com Órgãos e Entidades Federais, Estaduais, Municipais e Internacionais de sua área de atuação;

IV - a articulação com Órgãos e Entidades Federais, Estaduais, Municipais e Internacionais de sua área de atuação;

V - o cumprimento da legislação esportiva;

VI - o estímulo e elaboração de estudos e pesquisas sobre assuntos relacionados à sua esfera de competência; e

VII - o desempenho de outras atividades correlatas.

Art. 2º. A entidade autárquica Paraná Esporte, criada pela Lei nº 11.066, de 1º de fevereiro de 1995, passa a denominar-se Instituto Paranaense de Ciência do Esporte - IPCE, ficando vinculada à Secretaria de Estado do Esporte, tendo como competência básica:

I - a execução dos programas e projetos definidos pela Secretaria de Estado do Esporte, voltado à área científica do esporte; e

II - acompanhamento dos projetos de detecção de talentos esportivos e de atletas de alto rendimento.

Art. 3º. Ficam criados, no âmbito da Secretaria de Estado do Esporte - SEES, os seguintes cargos de provimento em comissão: 01 (um) cargo de Secretário de Estado, AE-1; 01 (um) cargo de Diretor-Geral, DAS-1; 03 (três) cargos de Chefe de Coordenadoria, DAS-2; 03 (três) cargos de Assessor Técnico, DAS-2; 01 (um) cargo de Assessor Técnico, DAS-3; 01 (um) cargo de Assessor Técnico, DAS-4; 01 (um) cargo de Chefe de Gabinete, DAS-5; 07 (sete) cargos de Assessor Técnico, DAS-5; 07 (sete) cargos de Assistente Técnico, 1-C; 12 (doze) cargos de Chefe de Escritório Regional, 1-C; 09 (nove) cargos de Assistente, 2-C.

Parágrafo único Os ocupantes do cargo de provimento em comissão de Chefe de Escritório Regional devem, preferencialmente, ter formação superior em Educação Física com habilitação em bacharelado, licenciatura ou esporte.

Art. 4º. Ficam criados os seguintes cargos de provimento em comissão:

I - na Secretaria de Estado da Administração e da Previdência: 01 (um) cargo de Chefe de Grupo Administrativo Setorial, símbolo 1-C; 01 (um) cargo de Chefe de Grupo de Recursos Humanos Setorial, símbolo 1-C; 01 (um) cargo de Assistente Técnico de Grupo Administrativo Setorial, símbolo



2-C e 01 (um) cargo de Assistente Técnico de Grupo de Recursos Humanos Setorial, símbolo 2-C;

II - na Secretaria de Estado da Fazenda: 01 (um) cargo de Chefe de Grupo Financeiro Setorial, símbolo 1-C e 01 (um) cargo de Assistente Técnico de Grupo Financeiro Setorial, símbolo 2-C;

III - na Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral: 01 (um) cargo de Chefe de Grupo de Planejamento Setorial, símbolo 1-C e 01 (um) cargo de Assistente Técnico de Grupo de Planejamento Setorial, símbolo 2-C;

IV - Na Procuradoria Geral do Estado: 01 (um) cargo de Procurador- Chefe de Núcleo Jurídico da Administração, símbolo DAS-5, a ser ocupado por membro da carreira de Procurador do Estado.

Art. 5º. Fica a cargo da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência proceder à readequação e os ajustes administrativos necessários, decorrentes dos dispositivos desta Lei, no que se refere à movimentação de servidores e a carga patrimonial.

Art. 6º. Para implementação do disposto nesta Lei, fica autorizada a expedição de decretos regulamentares e a abertura de créditos adicionais, utilizando como recursos as formas previstas no § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 7º. Caberá à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral a elaboração dos atos para a regulamentação e implantação do órgão e da entidade, objetos desta Lei, nos termos do art. 117 da Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987.

Art. 8º. O art. 2º, da Lei nº 11.832, de 12 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º O imóvel de que trata o art. 1º será cedido à entidade autárquica Instituto Paranaense de Ciência do Esporte - IPCE."

Art. 9º. Fica revogada a Lei nº 14.074, de 04 de julho de 2003, bem como o art. 7º da Lei nº 11.066, de 01 de fevereiro de 1995.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 16 de dezembro de 2011.

Carlos Alberto Richa
Governador do Estado

Cassio Taniguchi
Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

Durval Amaral
Chefe da Casa Civil

AJB/Prot. 11.003.352-4

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

© 2013 - Secretaria de Estado de Governo (SEEG)
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



SECRETARIA DE
ESTADO DE
GOVERNO





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 459/2013

Projeto de Lei nº. 459/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 115/2013

Súmula: Inclui o dispositivo que especifica, na Lei 17.014 de 16 de dezembro 2011 (Lei de criação da Secretaria de Estado do Esporte).

EMENTA: INCLUI O DISPOSITIVO QUE ESPECIFICA, NA LEI 17.014 DE 2011. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. ARTS. 124 E 137, §7º, III DO REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTIGOS 13, 65, 66 E 87 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. CONSTITUCIONAL. LEGAL. PARECER PELA APROVAÇÃO NA FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA EM ANEXO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo tem por objetivo incluir o dispositivo que especifica - inciso V - na Lei 17.014 de 2011 de 16 de dezembro de 2011.

Por meio de tal iniciativa, visa-se atribuir à Secretaria de Estado do Esporte, as funções atualmente realizadas pela Secretaria

VISTA EM

01/10/13

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

Dep. Tadeu Venen

CCJ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Especial para Assuntos da Copa 2014, que será extinta por meio de decreto governamental.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

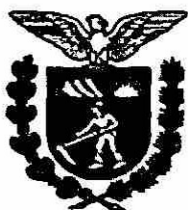
Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A Iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifos nossos)

Neste mesmo sentido, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifos nossos)

Inclusive importante destacar que o Poder Executivo possui plena competência para legislar sobre o assunto a que se refere o presente projeto de lei, de acordo com o que preceitua o inciso IX, do art. 13 da Constituição do Estado do Paraná, vejamos:

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

(...)

IX - educação, cultura, ensino e desportos;

Insta salientar que o projeto em questão aborda assunto de competência da Secretaria de Estado do Esporte do Paraná, assim sendo, a Constituição Estadual aduz que a iniciativa de Leis que



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

disponham sobre criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública, a organização e funcionamento da administração estadual, **são de iniciativa privativa do Governador do Estado**, nos termos dos artigos 66, IV, e 87, IV e VI, vejamos:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

IV - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei.

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

No entanto, com o objetivo de dar melhor técnica legislativa ao projeto, propõe esta Comissão, a inclusão da emenda MODIFICATIVA ao final anexa, nos termos do artigo 29, § 1º, III, do **Regimento Interno** desta Casa de Leis.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 29. A Assembléia, depois de eleita a Mesa, organizará as comissões permanentes, dentro de quinze dias.

§ 1º Às comissões permanentes, na respectiva área de atuação, compete entre outras:

III – apresentar substitutivos, emendas e subemendas.
(grifos nossos)

Com efeito, a presente emenda se faz necessária, uma vez que é vedado pelo art. 12, I, "b", da **Lei Complementar nº. 95/98**, a renumeração de dispositivos de lei já existentes, senão vejamos:

Art. 12. A alteração da lei será feita:

I - mediante reprodução integral em novo texto, quando se tratar de alteração considerável;

b) é vedada, mesmo quando recomendável, qualquer renumeração de artigos e de unidades superiores ao artigo, referidas no inciso V do art. 10, devendo ser utilizado o mesmo número do artigo ou unidade imediatamente anterior, seguido de letras maiúsculas, em ordem alfabética, tantas quantas forem suficientes para identificar os acréscimos;

Neste sentido, dispõe o art. 137, §7º, III, do referido diploma legal:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas,
aditivas ou modificativas.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do
presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos
Constitucionais, legais e de técnica legislativa, na forma da **EMENDA**
CORRETIVA em anexo.

Sala das Comissões, 01 de outubro de 2013.

DEP. CAITO QUINTANA
Presidente

DEP. Ademir Traiano
Relator

DEP. Carlos

DEP. Tullio

DEP. ...

DEP. ...

DEP. ...

Praça Nossa Senhora da Saleta s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

02/10/13



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

EMENDA CORRETIVA AO PROJETO DE LEI Nº 459/2013

De acordo com o que determina o Artigo 137, §7º, III, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o artigo 1º do Projeto de Lei nº 459/2013, passa a contar com a seguinte redação:

Art. 1º. Fica incluído o **inciso VIII** no artigo 1º da Lei nº. 17.014 de 16 de setembro de 2011, que dispõe a seguinte redação:

"VIII. A coordenação das ações de interesse do Estado do Paraná que envolvam eventos esportivos de repercussão regional, nacional e internacional realizados em seu território".

Sala das Comissões, 01 de outubro de 2013.

DEP. CAITO QUINTANA
Presidente

DEP. ADEMAR TRAIANO
Relator

Praça Nossa Senhora da Saíete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 459/13

RELATÓRIO

O presente Plano de Lei em estudo é oriundo do Poder Executivo – Mensagem nº 115/2013, que objetiva incluir inciso V no art. 1º da Lei nº 17.014, de 16 de dezembro de 2011 (Lei de criação da Secretaria de Estado do Esporte).

Preliminarmente observamos que a matéria foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Ademar Traiano exarou o devido parecer favorável, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa, na forma da Emenda Corretiva.

FUNDAMENTAÇÃO

A Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei em tela a esta Comissão Permanente de Finanças, para análise, o que passará a fazer.

Procedida a análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida busca atribuir à Secretaria de Estado do Esporte, as funções atualmente realizadas pela Secretaria Especial para Assuntos da COPA 2014, que será extinta por meio de decreto governamental.

Em relação ao impacto orçamentário-financeiro a proposta não apresenta aumento de despesas, pois manterá a estrutura da Secretaria de Estado do Esporte. Desta forma não há desrespeito a Lei Complementar Federal nº 101/00. Ainda consta o Ofício nº 297/GS/SEPL, datado de 04 de outubro de 2013, assinado pelo Senhor Cassio Taniguchi, Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, informando



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



que o presente Plano de Lei não acarretará impacto orçamentário ou financeiro.


CONCLUSÃO


Diante do exposto, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

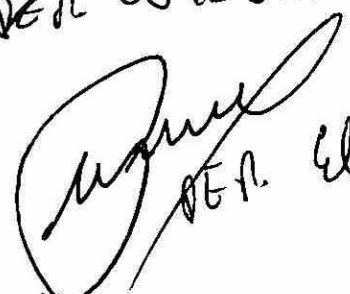
É o parecer.

Sala das Comissões, 08/10/13


DEPUTADO JONAS GUMARÃES
PRESIDENTE


DEPUTADO MARCELO DA PUBLICESI
RELATOR


DEP. WILSON


DEP. ELCIO


DEP. ACIOLE



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



COMISSÃO DE ESPORTES

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 459/2013

O Projeto de Lei n.º 459/2013, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo incluir o dispositivo que especifica, na Lei nº 17.014, de 2011, a qual cria a Secretaria de Estado do Paraná – SEES, na estrutura organizacional básica do Poder Executivo.

Após parecer favorável com emenda corretiva da Comissão de Constituição e Justiça e parecer favorável da Comissão de Finanças, encaminhou-se a esta o presente para análise e parecer, o qual apresenta nos termos do Art. 42, parágrafo único, do Regimento Interno Desta.

ANÁLISE DO MÉRITO

O projeto em questão tem por finalidade adequar a Lei 17.014/11 sancionada em 16 de dezembro de 2011, a qual em sua redação final criou a Secretaria de Estado do Esporte – SEES, na estrutura organizacional básica do Poder Executivo. No entanto, faz-se necessária a inclusão do inciso V, apresentado pelo projeto 459/13, o qual visa atribuir à Secretaria de Estado do Esporte as funções que atualmente são realizadas pela Secretaria Especial para Assuntos da COPA 2014, que será extinta por meio de decreto governamental.

Medida que justifica-se pela proximidade dos eventos da Copa do Mundo 2014 e a necessidade de finalização das obras e adequações nas áreas de



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



COMISSÃO DE ESPORTES

esporte, turismo, hospedagem, saúde, meio ambiente, transporte, comércio, entre outras, para sua devida realização atendendo os critérios internacionais da FIFA.

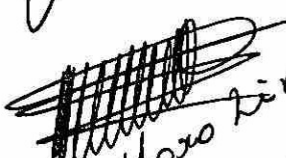
CONCLUSÃO

Diante do exposto, chamada esta relatoria a se manifestar, o parecer é pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei.

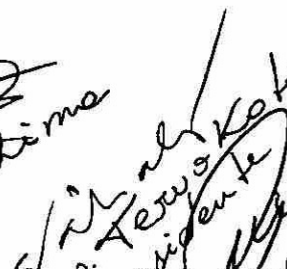
Sala das Comissões, 15 de outubro de 2013.

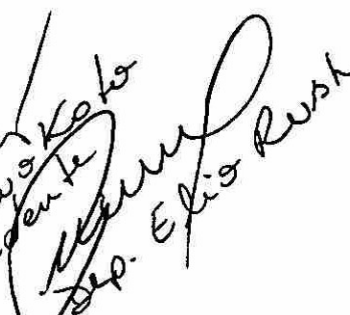

Deputado Ney Leprevost

Relator


Dep. Moro Lima


Dep. Elton Welter


Dep. Aníbal Kato
Presidente


Dep. Elcio Ruck



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 459/13

RELATÓRIO

O presente Plano de Lei em estudo é oriundo do Poder Executivo – Mensagem nº 115/2013, que objetiva incluir inciso V no art. 1º da Lei nº 17.014, de 16 de dezembro de 2011 (Lei de criação da Secretaria de Estado do Esporte).

Preliminarmente observamos que a matéria foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Ademar Traiano exarou o devido parecer favorável, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa, na forma da Emenda Corretiva.

FUNDAMENTAÇÃO

A Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei em tela a esta Comissão Permanente de Finanças, para análise, o que passará a fazer.

Procedida a análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida busca atribuir à Secretaria de Estado do Esporte, as funções atualmente realizadas pela Secretaria Especial para Assuntos da COPA 2014, que será extinta por meio de decreto governamental.

Em relação ao impacto orçamentário-financeiro a proposta não apresenta aumento de despesas, pois manterá a estrutura da Secretaria de Estado do Esporte. Desta forma não há desrespeito a Lei Complementar Federal nº 101/00. Ainda consta o Ofício nº 297/GS/SEPL, datado de 04 de outubro de 2013, assinado pelo Senhor Cassio Taniguchi, Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, informando



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

que o presente Plano de Lei não acarretará impacto orçamentário ou financeiro.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.


Sala das Comissões,


21/10/13


DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE


DEPUTADO WALDYR PUGLIESI
RELATOR


Dep. Elcio


Dep. Paulo


Dep. Elcio



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI

461/13

Súmula: Transfere as atividades que especifica, da estrutura organizacional da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL para a da Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º As atividades pertinentes à elaboração e acompanhamento da execução dos Planos Plurianuais, Leis de Diretrizes Orçamentárias e dos Orçamentos Anuais, fiscal e próprio da Administração Direta e Indireta e de Investimentos das empresas públicas e sociedades de economia mista estaduais, ficam transferidas da estrutura organizacional da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL para a da Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA, observados os princípios estabelecidos pela Constituição, pela legislação aplicada, inclusive as definidas abaixo:

- I. a alocação de recursos públicos nos projetos e programas governamentais;
- II. análise e a compatibilização das propostas setoriais de orçamento, consolidando-as no orçamento anual e no Plano Plurianual;
- III. o estabelecimento de normas e de procedimentos orçamentários que assegurem a aplicação de critérios técnicos, econômicos e administrativos entre as atividades governamentais;
- IV. orientação aos órgãos governamentais na elaboração de seus orçamentos;
- V. o acompanhamento da execução orçamentária, disciplinando a distribuição de créditos aos órgãos face aos planos e programas de trabalho e de conformidade com os elementos de natureza financeira;
- VI. a identificação de fontes e análise de recursos financeiros mobilizáveis para execução de planos e programas do Poder Executivo estadual;
- VII. o acompanhamento e o controle da execução física e financeira do orçamento anual e do Plano Plurianual em articulação com as unidades do Sistema Estadual de Planejamento;
- VIII. a elaboração da programação orçamentário-financeira dos recursos do tesouro estadual;
- IX. a determinação dos limites de capacidade de empenho para as Secretarias de Estado e entidades vinculadas;



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Gabinete do Governador

- X. a interação e atuação conjunta com as demais unidades da Secretaria sempre que a necessidade administrativa exigir;
- XI. a elaboração de parecer e realização de análise técnica sobre matéria que apresentar implicações nas ações de planejamento estadual;
- XII. a realização de estudos e análise de conveniência em conjunto com o órgão envolvido para a constituição, alteração ou extinção de fundos especiais;
- XIII. a participação e o acompanhamento da instituição e das atividades dos fundos estaduais;
- XIV. o monitoramento e a avaliação da execução dos fundos estaduais, analisando sistematicamente os resultados parciais e globais;
- XV. o desempenho de outras correlatas com a natureza da ação.

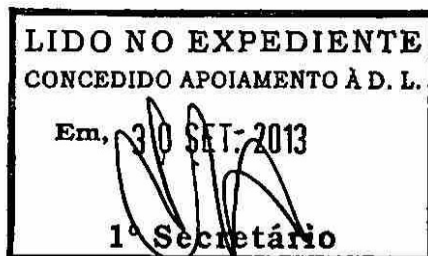
Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a extinguir ou alterar o Sistema de Planejamento de que tratam os artigos 55 e seguintes da Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987, podendo, inclusive, transferir, no que couber, atribuições dos respectivos Grupos Setoriais a unidades integrantes da estrutura da Secretaria de Estado da Fazenda.

Parágrafo único. Fica, ainda, autorizado o Poder Executivo a baixar atos de reformulação das estruturas organizacionais das Secretarias de Estado atingidas pela presente Lei, assim como proceder transferência de lotação de seus servidores, cargos, dotações orçamentárias e cargas patrimoniais, além de outros que forem necessários à fiel execução da medida.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o art. 6º da Lei nº 13.986, de 30 de dezembro de 2002.

Palácio do Governo, em 27 de setembro de 2013.

CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Palácio Iguaçu – Curitiba, 30 de setembro de 2013
OF CEE/G 159/13

I – À DAP para leitura no expediente.
II – À DL para providências.

Em, 27/09/2013

Senhor Presidente,

Presidente

Com fulcro nas disposições contidas no art. 66, § 1.º da Constituição Estadual e no art. 198 do Regimento Interno dessa Casa de Leis, solicito regime de urgência para tramitação dos Anteprojeto de Lei encaminhados para apreciação, por meio das Mensagens Governamentais n.ºs 114, 115, 116 e 117, datadas do dia 27/09/2013.

Atenciosamente,

CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente das Assembleia Legislativa do Estado
CURITIBA – PR

CEE/SRGVF/JLI

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências

Em, 30/09/2013

Presidente



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

MENSAGEM

Nº117 /2013

Curitiba, em 27 de setembro de 2013.



Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva transferir, da estrutura organizacional da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL para a da Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA, as atividades pertinentes à elaboração e acompanhamento da execução dos Planos Plurianuais, Leis de Diretrizes Orçamentárias e dos Orçamentos Anuais, próprios da Administração Direta e Indireta e de Investimentos das empresas públicas e sociedades de economia mista estaduais.

A presente proposta atende plenamente aos interesses públicos eis que objetiva modernizar a gestão pública institucional com a reunião de estruturas organizacionais de Secretarias afetas às áreas financeira e orçamentária.

Trata-se de projeto lastreado em estudos sobre planejamento institucional com a finalidade de transformação, fusão e extinção de órgãos da administração direta e de unidades administrativas, visando uma melhor otimização da máquina governamental.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICHÁ

Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 461/2013

Projeto de Lei nº. 461/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 117/2013

Súmula: Transfere as atividades que especifica, da estrutura organizacional da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL para a da Secretaria de Estado da Fazenda.

EMENTA: TRANSFERE AS ATIVIDADES QUE ESPECIFICA, DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL – SEPL PARA A DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDÁ. LEGITIMIDADE AFERIDA. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. ART. 124 DOREGIMENTO INTERNO ALEP. ARTIGOS 13, 65, 66 E 87 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo tem por objetivo transferir as atividades que especifica, da estrutura organizacional da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL para a da Secretaria de Estado da Fazenda

Por meio de tal iniciativa, visa-se transferir, da estrutura organizacional da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação

VISTA EM

01/10/13

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

Dep. Tadeu Venen



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Geral – SEPL para a da Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA, as atividades pertinentes à elaboração e acompanhamento da execução dos Planos Plurianuais, Leis de Diretrizes Orçamentárias e dos Orçamentos Anuais, próprios da Administração Direta e Indireta e de Investimentos das empresas públicas e sociedades de economia mista estaduais.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos prolefos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifos nossos)

Neste mesmo sentido, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifos nossos)

Quanto ao objeto do projeto em análise, cumpre mencionar que é de competência do Governo, haja vista que a Constituição Estadual aduz que, consoante se infere nos artigos 66, IV, e 87, IV e VI da Constituição Estadual, a iniciativa de Leis que disponham sobre criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública, a organização e funcionamento da administração estadual, é de iniciativa privativa do Governador do Estado, senão vejamos:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

IV - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei.~

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Curitiba, 01 de outubro de 2013.

DEP. CAITO QUINTANA
Presidente

DEP. ADEMAR TRAIANO
Relator

APROVADO

02.10.2013

VOTO
CONTRARIO
AO PARECER

DEP. TADEU
DE RICLES

I - À DAP para leitura no expediente.

II - À DL para providências.

Em, 07/10/2013

Presidente



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.

Em, 07/OUT/2013

1º Secretário

Palácio Iguaçu – Curitiba, 7 de outubro de 2013
OF CEE/G 165/13



Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciada por essa Assembleia Legislativa, proposta de Emenda Substitutiva Geral ao texto do Projeto de Lei n.º 461/2013, encaminhado, através da Mensagem Governamental n.º 117, de 27 de setembro de 2013.

Com fulcro nas disposições contidas no art. 66, § 1.º, da Constituição Estadual e no art. 198 do Regimento Interno dessa Casa de Leis, solicito regime de urgência para tramitação do referido Projeto de Lei.

Atenciosamente,

CARLOS ALBERTO RICHIA
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
CURITIBA – PR

CEE/SEGVF/JLI

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530 909 | Curitiba | Paraná | Brasil
Fone: [41] 3350 2800 | Fax: [41] 3254 7345 | www.pr.gov.br

14:36 07/10/2013 008602 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 461/2013

Súmula: Transfere as atividades que específica, da estrutura organizacional da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL para a da Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º As atividades pertinentes à elaboração e acompanhamento da execução das Leis de Diretrizes Orçamentárias e dos Orçamentos Anuais, fiscal e próprio da Administração Direta e Indireta e de Investimentos das empresas públicas e sociedades de economia mista estaduais, ficam transferidas da estrutura organizacional da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação-Geral – SEPL para a Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA, observados os princípios estabelecidos pela Constituição, pela legislação aplicada, inclusive as definidas abaixo:

- I. a alocação de recursos públicos nos projetos e atividades orçamentárias;
- II. a análise e compatibilização das propostas setoriais de orçamento, consolidando-as no orçamento anual, em observância ao disposto no Plano Plurianual;
- III. o estabelecimento de normas e de procedimentos orçamentários que assegurem a aplicação de critérios técnicos, econômicos e administrativos entre as atividades governamentais;
- IV. a orientação aos órgãos governamentais na elaboração de seus orçamentos;
- V. o acompanhamento da execução orçamentária disciplinando a distribuição de créditos aos órgãos, face aos planos e programas de trabalho e de conformidade com os elementos de natureza financeira;
- VI. a identificação de fontes e análise de recursos financeiros mobilizáveis para execução de planos e programas do Poder Executivo estadual, em observância ao disposto no Plano Plurianual;
- VII. o acompanhamento e o controle da execução física e financeira do orçamento anual em articulação com as unidades do Sistema Estadual de Planejamento;

- VIII. a elaboração da programação orçamentário-financeira dos recursos do tesouro estadual;
- IX. a determinação dos limites de capacidade de empenho para as Secretarias de Estado e entidades vinculadas;
- X. a interação e atuação conjunta com as demais unidades da Secretaria sempre que a necessidade administrativa exigir;
- XI. a elaboração de parecer e realização de análise técnica sobre matéria que apresentar implicações orçamentárias e/ou financeiras;
- XII. a realização de estudos e análise de conveniência em conjunto com o órgão envolvido para a constituição, alteração ou extinção de fundos especiais;
- XIII. a participação e o acompanhamento da instituição e das atividades dos fundos estaduais;
- XIV. o monitoramento e a avaliação da execução dos fundos estaduais, analisando sistematicamente os resultados parciais e globais;
- XV. o desempenho de outras atribuições correlatas com ações de natureza orçamentária/financeira.

Art. 2.º Fica o Poder Executivo autorizado a extinguir ou alterar atribuições relativas às ações orçamentárias dos Grupos de Planejamento Setorial de que tratam os artigos 55 e seguintes da Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987, podendo, inclusive, transferi-las, no que couber, às unidades integrantes da estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Fazenda.

Art. 3.º Ao Chefe do Poder Executivo cabe a responsabilidade pela reformulação e implantação de todos os atos organizacionais, funcionais e administrativos necessários à implantação dos dispositivos desta Lei.

Art. 4.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o art. 6º da Lei nº 13.986, de 30 de dezembro de 2002.

Palácio do Governo, em 7 de outubro de 2013


CARLOS ALBERTO RICH
Governador do Estado



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER - EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 461/2013

Projetos de Lei nº 461/2013

Emenda Substitutiva Geral apresentada pelo Poder Executivo

Súmula: Transfere as atividades que especifica, da estrutura organizacional da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL para a da Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA.

EMENTA: EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL TRANSFERE AS ATIVIDADES QUE ESPECIFICA, DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL – SEPL PARA A DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA – SEFA. POSSIBILIDADE. ARTS. 137, §2º E §5º E ART. 141, §3º, DO REGIMENTO INTERNO DA ALEP. PARECER PELA APROVAÇÃO DA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL.

RELATÓRIO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade transferir as atividades que especifica, da estrutura organizacional da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL para a da Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA.

VISTA EM 08/10/2013

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

Scomatiko, Tadeu, Nereu
CCJ



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Em 07 de outubro de 2013, o Poder Executivo apresentou Emenda Substitutiva Geral ao projeto de lei em questão. Por esta razão, é que a referida emenda submete-se agora a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, inciso I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



§ 3º O Governador do Estado, o Presidente do Tribunal de Justiça e o Procurador Geral da Justiça poderão propor alterações aos projetos de sua iniciativa, enquanto estiver a matéria na dependência do parecer das comissões (grifo nosso).

Portanto, verifica-se que foi respeitado o §3º do artigo 141 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §2º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como *substitutivo* quando abranger o seu conjunto, bem como respeitando a relação direta com a matéria da proposição principal. Senão vejamos:

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto. (grifo nosso).

§ 5º. Não será admissível emenda substitutiva ou aditiva que não tenha relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal.

Dessa forma, verifica-se que o Substitutivo Geral apresentado pelo Poder Executivo encontra-se em consonância com ditames regimentais, haja vista haver relação direta com o projeto



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



inicial, não encontrando óbice ao seu prosseguimento, devendo o mesmo ser aprovado.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, uma vez obedecido o trâmite legal, opina-se pela **APROVAÇÃO** da presente emenda.


Sala das Comissões, em 08 de outubro de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS


PRESIDENTE


DEPUTADO ADEMAR TRAIANO

RELATOR

**VOTO
CONTRARIO
AO PARECER**
Dep. Pl Edson
Dep. Tadeu
Veneni
22/10/13 

APROVADO

22/10/13 

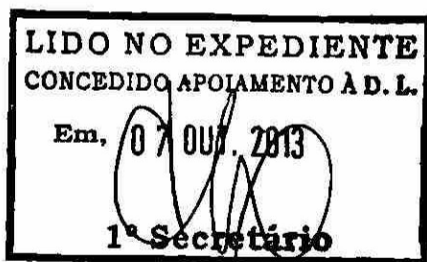
Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
17ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa



PROJETO DE LEI Nº 42/13



Súmula: Concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná à Senhora Delise Guarienti Almeida.

Art. 1º. Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná à Senhora Delise Guarienti Almeida.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 07 de setembro de 2013


Valdir Rossoni
Deputado Estadual


Antonio Carlos Belinati
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
17ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa



JUSTIFICATIVA

Delise Guarienti é gaúcha de Erechim, nasceu no dia 24 de setembro de 1.944.

Da união com seu falecido esposo, Carlos Antônio de Almeida Ferreira, com quem dividiu alegrias e desafios, teve um filho chamado André, com quem divide a administração do Grupo Diário que contempla os jornais Diário do Sudoeste e Diário de Guarapuava.

Iniciou sua carreira profissional ainda muito jovem, aos 14 anos. Delise, desde então, já desempenhava funções administrativo/financeira em um armazém na cidade de Pato Branco onde adquiriu seus primeiros conhecimentos de negócios.

Sua inserção ao segmento dos meios de comunicação ocorreu em 1994 quando assumiu o controle e direção de um jornal semanário, a Gazeta do Sudoeste, que mais tarde passou a ter circulação diária, assumindo o nome de Diário do Sudoeste.

Foi em 1998 que, com o espírito inovador, nasceu o Diário de Guarapuava, que atualmente contempla 28 municípios. Assim se formou o Grupo Diário. Foram inúmeros os avanços e investimentos feitos, sempre acompanhados de perto pela presidente Delise. Com essa visão e determinação, sempre buscando entregar um produto novo a cada dia, tanto o Diário do Sudoeste, quanto o Diário de Guarapuava, são referências no jornalismo do Sudoeste do Paraná e Oeste de Santa Catarina, bem como a região Centro-sul paranaense.

Ao longo de sua história à frente do Grupo, Delise presidiu ainda a Associação Paranaense de Jornais (APJ-PR), que tem como associados os principais jornais diários do interior do estado.

No âmbito social, desenvolveu e é atuante em projetos que visam à inclusão. Um destaque de sua atuação social é o projeto Diarinho, que tem por objetivo proporcionar aos alunos da rede municipal de ensino novos conhecimentos, potencializando o gosto pela leitura e o senso crítico.

Recebeu o título de cidadã honorária de Pato Branco, o título de Mulher Empreendedora, concedido pela Federação do Comércio do Paraná (Fecomércio-PR), e a maior comenda oferecida pelo Governo do Estado do Paraná, a Ordem Estadual do Pinheiro, aferida em 19 de dezembro de 2012.

Envolvida em todos os projetos propostos, podemos defini-la como alguém que ama o que faz e batalha como guerreira por seus sonhos e ideais, com muita humildade e a alegria que lhe é peculiar.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 482/2013

Projeto de Lei nº. 482/2013

Autores: Deputado Wilson Quinteiro e Deputado Antonio Carlos Belinati

Súmula: CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃ HONORÁRIA DO ESTADO DO PARANÁ À SENHORA DELISE GUARIENTI ALMEIDA.

EMENTA. TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO. LEI 13.115/01 ALTERADA PELAS LEIS 14.667/05 E 16.213/09. POSSIBILIDADE FACE AO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS EXIGIDOS. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria dos Deputados Valdir Rossoni e Antonio Carlos Belinati, tem por objetivo conceder o Título de Cidadã Honorária do Estado do Paraná à Senhora Delise Guarienti Almeida.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Dispõe a Lei 13.115 de 14/02/2001 alterada pelas Leis de nº 14.677 de 06/04/2005 e 16.213 de 17 de agosto de 2009:

Art. 1º. O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito será concedido à pessoa com reputação ilibada e conduta pessoal e profissional irrepreensíveis que tenha prestado relevantes serviços de abrangência estadual e de contribuição significativa para todo Estado do Paraná e que satisfaça ao menos 4 (quatro) das seguintes condições:

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

I - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

II - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

III - biografia com registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacional e da cidadania;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

IV - notório conhecimento e saber na área de atuação;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

V - publicações de abrangência estadual em periódicos, jornais, revistas ou outros meios de comunicação.

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

Parágrafo único. No momento da propositura devem ser anexadas certidões negativas e criminais, com a finalidade de comprovar sua reputação ilibada, conduta profissional e pessoal irrepreensíveis do homenageado e demais documentos para atendimento ao disposto no caput deste artigo.

(Incluído pela Lei 16213 de 17/08/2009)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Diante da previsão legal, verifica-se que cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento da Assembleia Legislativa apresentar projetos de lei concedendo título de cidadão honorário, de forma que o parlamentar subscritor possui legitimidade para propor o presente Projeto.

No mesmo sentido, diante da informação da liderança através do ofício em anexo, o partido ainda possui quotas para concessão do referido título de cidadão honorário.

No que tange aos requisitos exigidos pela Lei, estes restam preenchidos, com as certidões necessárias devidamente juntadas, não encontrando óbices para normal tramitação do presente projeto de lei.

CONCLUSÃO

Assim, diante da **LEGALIDADE** do presente projeto, opinamos pela sua **APROVAÇÃO**.

Sala das Comissões, 28 de outubro de 2013.

Dep. Pericles

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO NEREU MOURA
RELATOR

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

28/10/13



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI

485/13

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Umuarama.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Umuarama, do imóvel de propriedade do Estado do Paraná, localizado na Rua Gralha Azul, com área de 6.160,00 m², conforme a Matrícula nº 20.694 do Registro de Imóveis da Comarca de Umuarama.

Art. 2º O imóvel em questão, que fica gravado com as cláusulas de inalienabilidade, impenhorabilidade e imprescritibilidade, será usado exclusivamente para prestação de serviços públicos municipais.

Art. 3º A presente doação fica condicionada ao Município doar ao Estado do Paraná, no prazo de dois anos, um imóvel com área de 6.500,00 m² para a construção de uma Delegacia Cidadã.

Art. 4º O Município terá o prazo de dois anos para efetuar a regularização cartorial da titularidade do imóvel doado, caso contrário o mesmo retornará ao patrimônio do Estado.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 03 de outubro de 2013.



CARLOS ALBERTO RICH
Governador do Estado

MENSAGEM

Nº 122/2013

Curitiba, 03 de outubro de 2013.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 07/10/2013

1º Secretário

Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em, 07/10/2013

Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Umuarama, do imóvel de propriedade do Estado do Paraná, localizado na Rua Gralha Azul, com área de 6.160,00 m², conforme a Matrícula nº 20.694 do Registro de Imóveis da Comarca de Umuarama.

A presente proposta atende plenamente ao interesse público, eis que o referido imóvel será utilizado exclusivamente para a prestação de serviços públicos municipais.

É importante mencionar que no texto do Anteprojeto de Lei constam dispositivos expressos no sentido de que o imóvel em referência ficará gravado com as cláusulas de inalienabilidade, impenhorabilidade e imprescritibilidade, que será usado exclusivamente para o fim previsto, que a doação fica condicionada que o Município doe ao Estado do Paraná, no prazo de dois anos, um imóvel com área de 6.500,00 m² para construção de uma Delegacia Cidadã e que o Município terá o prazo de dois anos para efetuar a regularização cartorial da titularidade do bem doado, caso contrário o mesmo retornará ao patrimônio estadual.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICHÁ

Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot. 11.974.764-3

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530 909 | Curitiba | Paraná | Brasil
Fone: [41] 3350 2800 | Fax: [41] 3254 7345 | www.pr.gov.br

14131 07/10/2013 000508 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 485/2013

Projeto de Lei nº 485/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 122/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao município de Umuarama.

EMENTA: DOAÇÃO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE UMUARAMA. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. CONSTITUCIONAL. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. PARECER PELA APROVAÇÃO

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 122/2013, visa efetuar a doação ao município de Umuarama, do imóvel com área total de 6.160,00 m², de Matrícula nº 20,694, do Serviço de Registo de Imóveis da Comarca de Umuarama, de propriedade do Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Importante observar que a doação fica condicionada a uma contraprestação do Município, qual seja, a doação de um imóvel de 6.500 m² em favor do Estado, para a Instalação da Delegacia Cidadã, num prazo máximo de 2 anos.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-Aº, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ademais, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Ademais o Art. 17, I, "b" da lei n. 8.666/93, preceitua:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

(...)

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f, h e i;

Vislumbra-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para propor o Projeto de Lei ora em tela.

Ademais, verifica-se presente cláusula possibilitando o retorno do mesmo ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, conforme artigo 2º, da referida Lei.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça




CONCLUSÃO

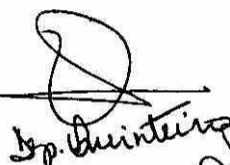
Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 15 de outubro de 2013.



DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR


Dep. Teles

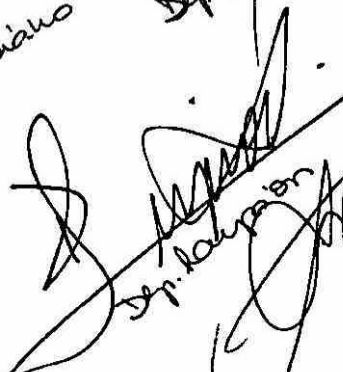

Dep. Quinteiro


Dep. Pinheiro


Dep. Tassinari


Dep. Pastor

APROVADO
15.10.2013


Dep. Tassinari


Dep. Curioni

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná


Dep. Neres



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 485/2013

Projeto de Lei nº 485/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 122/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao município de Umuarama.

I – PREÂMBULO

O presente **Projeto de Lei 485/2013**, de autoria do Poder Executivo, através da **mensagem 122/2013**, objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Umuarama, no Estado do Paraná, de área constituída de 6.160,00 m², conforme matrícula nº 20.694 do Registro de Imóveis da Comarca de Umuarama-PR.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 485/2013**, no qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que o projeto objetiva beneficiar o município de Umuarama no Estado do Paraná, com a doação de um imóvel destinado exclusivamente para utilização da Administração Pública Municipal. A área a que se refere será destinada especificamente para o desenvolvimento de atividades de prestação de serviço municipal, sendo que investimentos desta natureza atendem diretamente aos interesses dos moradores e prezam por um fortalecimento regionalizado em busca da realização e ampliação de ações de melhoria da qualidade de vida da população. Este será um investimento por intermédio da Prefeitura Municipal e Governo do Estado, que fortalecerá de forma direta o crescimento no município, sem que para isso haja interrupção ou limitação de qualquer atividade já desenvolvida.

Cumpra a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas,*



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral", nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância desta proposição. O Projeto de Lei 485/2013 em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 122/2013 que vem de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita a Lei Estadual 15.608/07 no que diz respeito à alienação de bens da Administração Pública Estadual:

Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:
I Existência de interesse público devidamente justificado;
(...)
(Artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07)

Lembrando que este imóvel poderá retornar ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, ficando gravado com cláusula de inalienabilidade, que obriga sua destinação de forma exclusiva ao bem comum de forma específica e devidamente justificada.

III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: "*A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal*". (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar claramente a qualidade de vida e a busca de mecanismos que beneficiem a população. Desta forma, o Projeto de Lei 485/2013, no que justifica-se, evidencia de forma clara o mérito proposto ao vir de encontro ao interesse de toda a população. Esta proposição faz referencia a um imóvel apontado exclusivamente



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



para uma destinação de consenso e benefício comum, restando assim, grande favorecimento na composição desta matéria para que possa ser aprovada por esta Comissão.

IV – VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à proposição, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, neste ato em relatoria pelo Deputado Fernando Scanavaca, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição encontra fortes respaldos para ser aprovado em razão de seus benefícios ao Município de Umuarama, merecendo de forma indiscutível total apoio desta Comissão.

Sendo o posto e em virtude da manifestação positiva em seu mérito analisado, esta Comissão opta pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 485/2013, em sua forma apresentada.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.
Sala das Comissões em 23 de outubro de 2013.

Francisco Buhner
FRANCISCO BUHRER
Presidente da Comissão

Teruo Kato
TERUO KATO

Elton Welter
ELTON WELTER

Jonas Guimarães
JONAS GUIMARÃES
Relator

Tercílio Turini
TERCÍLIO TURINI

Pastor Edson Praczyk
PASTOR EDSON PRACZYK



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI 499/13

Súmula: Aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado, conforme especifica.

***A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei.***

Art. 1º Fica aprovado um crédito especial ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 17.398, de 18 de dezembro de 2012, no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), conforme Anexo I desta Lei.

Art. 2º Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior a importância proveniente de cancelamento de dotação da Administração Geral do Estado – Recursos sob Supervisão da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL, conforme Anexo II desta Lei.

Art. 3º Em decorrência do contido nos artigos anteriores, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexos III e IV desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 10 de outubro de 2013.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

**PARANÁ**GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

I SUPLEMENTAÇÃO		A N E X O I		Fl. 01		I
I DE DESPESA		ANEXO A LEI Nº		R\$ 1,00		I
I	I	I Natureza		I	I	I
I Cód.	I	I da		I Fonte	I Gr	I IALOI
I	I	I Despesa		I	I Fonte	I
Especificação		Valor		I N.do		I
				I Proc		I
				I COP		I
I 3900	I SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA	I	I	I	I	I
I	I	I	I	I	I	I
I 3901	I GABINETE DO SECRETÁRIO	I	I	I	I	I
I 3014	I INVESTIMENTOS PARA O PARANÁ SEGURO	I 45906100	I 100	I 01	I L	I
		500.000		I 1324		I
T o t a l				500.000		I

I CANCELAMENTO		A N E X O I I		Fl. 01		I
I DE DESPESA		ANEXO A LEI Nº		R\$ 1,00		I
I	I	I Natureza		I	I	I
I Cód.	I	I da		I Fonte	I Gr	I IALOI
I	I	I Despesa		I	I Fonte	I
Especificação		Valor		I N.do		I
				I Proc		I
				I COP		I
I 2500	I ADMINISTRAÇÃO GERAL DO ESTADO - RECURSOS SOB	I	I	I	I	I
I	I SUPERVISÃO DA SEPL	I	I	I	I	I
I	I	I	I	I	I	I
I 2501	I PROGRAMAÇÕES ESPECIAIS, REGIONAIS E MULTISETORIAIS	I	I	I	I	I
I 9900	I RESERVA DE CONTINGÊNCIA	I 33999900	I 148	I 09	I O	I
		500.000		I 1325		I
T o t a l				500.000		I

I ACRÉSCIMO		A N E X O I I I		Fl. 02		I
I RECEITA CENTRALIZADA		ANEXO A LEI Nº		R\$ 1,00		I
I	I	I Fonte		I	I	I
I Código	I	I Gr		I	I	I
I	I	I Fonte		I	I	I
Especificação		Valor		I Processo		I
				I		I
I 1113.02.12	I Imp.s/Oper.Relat. A Circ. de Merc.e s/Prest. de	I	I	I	I	I
I	I Serv.da Transp.Interest.e Interm.e de Comun.-Parc.Estad	I 100	I 01	I	I	I
I 9113.02.12	I Dedução de Receita de ICMS para a Formação do FUNDEB	I 100	I 01	I	I	I
		625.000		I 1324		I
		125.000-		I 1324		I
T O T A L				500.000		I

I REDUÇÃO		A N E X O I V		Fl. 02		I
I RECEITA CENTRALIZADA		ANEXO A LEI Nº		R\$ 1,00		I
I	I	I Fonte		I	I	I
I Código	I	I Gr		I	I	I
I	I	I Fonte		I	I	I
Especificação		Valor		I Processo		I
				I		I
I 1990.22.00	I Receita da Terceirização de Folha de Pagamento dos	I	I	I	I	I
I	I Agentes Públicos (Intragovernamental)	I 148	I 09	I	I	I
		500.000		I 1325		I
T O T A L				500.000		I

MENSAGEM
Nº 123/2013

Curitiba, 10 de outubro de 2013.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

**LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.**

Em, 14 OUT. 2013

Marcelo
1º Secretário

Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente.
II – À DL para providências.

Em, 24/10/2013

Levy
Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva a aprovação de abertura de crédito especial, no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública - SESP, aprovado pela Lei Estadual nº 17.398, de 18 de dezembro de 2012, visando atender despesas com a aquisição de um terreno com 27.089 m² no município de Marechal Cândido Rondon, para a construção do Batalhão de Fronteira da Polícia Militar do Paraná.

Esclareço, também, que os recursos para cobertura da referida programação são provenientes de cancelamento de dotação da Administração Geral do Estado – Recursos sob Supervisão da Secretaria de Estado o Planejamento e Coordenação Geral - SEPL.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

Carlos Alberto Richa
CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 12.181.137-5

14/28 14/10/2013 008734 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 499/2013

Projeto de Lei nº. 499/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 123/2013

Súmula: Aprova crédito especial alterando o vigente Orçamento Geral do Estado.

EMENTA: APROVA CRÉDITO ESPECIAL NO VALOR DE R\$ 500.000,00 AO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 24 CF. ARTS. 65, 133 E 134 DA CE. ARTS. 40, 41, 42 43 E 46 DA LEI FEDERAL 4.320/64. ART. 14 LC 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 123/2013, tem como objetivo aprovar a abertura de crédito especial no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), ao vigente orçamento Geral do Estado.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade,

juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Com efeito, a Constituição Federal em seu artigo 24, inciso II estabelece:



Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

II - orçamento;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Além disso, podemos verificar a adequação do proponente às normas pertinentes, nesse ponto dispõe a Constituição do Estado do Paraná:

Art. 133. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

II - as diretrizes orçamentárias anuais;

III - os orçamentos anuais.

§ 3º. A lei de diretrizes orçamentárias, de caráter anual, compreenderá:

VI - os ajustamentos do plano plurianual decorrentes de uma reavaliação da realidade econômica e social do Estado;

Art. 134. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pela Assembléia Legislativa.

O projeto de lei ora em tela, que objetiva aprovar a abertura de crédito especial, nos termos do artigo 41, inciso II, da Lei Federal nº 4.320 de 1964:

Art. 40. São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

I - suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;

II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

III - extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

(...)

Art. 46. O ato que abrir crédito adicional indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa, até onde for possível.

Ademais, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira, tendo em vista que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação financeira da Administração Geral do Estado - SEPL, conforme planilhas anexadas.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 22 de outubro de 2013.

DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

DEPUTADO PEDRO LUPION

RELATOR

APROVADO

22.10.13

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 499/13

RELATÓRIO

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 123/13, que objetiva aprovar crédito especial, no valor de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), ao vigente Orçamento Geral do Estado.

Inicialmente denota-se que a proposta foi encaminhada a douda Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Pedro Lupion, exarou o competente parecer favorável, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais, e de técnica legislativa.

FUNDAMENTAÇÃO

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a observar que a iniciativa objetiva atender despesas com a aquisição de um terreno com 27.089 m² no Município de Marechal Cândido Rondon, para a construção do Batalhão de Fronteira da Polícia Militar do Paraná.

Também, observa-se que o objeto do Projeto em tela, esclarece em sua justificativa que servirá como recursos para cobertura do crédito mencionado, a importância proveniente de cancelamento de dotação da Administração Geral do Estado – Recursos sob Supervisão da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL.

Denota-se ainda, que a matéria objeto do presente Projeto de Lei, não fere os preceitos da Lei Complementar Federal nº 101/00.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

Oportuno observar, que a Carta Magna Federal, em seu art. 24, inciso II, assegura a competência concorrente aos Estados na questão orçamentária.

Vale ressaltar que a matéria está em consonância com os dispositivos constantes dos arts. 40, 41 inciso II, 43 e 46 da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

De igual modo, constata-se que a Constituição do Estado em seus arts. 65, 133 e 134, ressalta que a iniciativa privativa de matérias dessa natureza é do Governador do Estado.

CONCLUSÃO

Considerando o acima exposto, nada encontramos que possa obstar a normal tramitação processual legislativa, da matéria proposta nesta Casa Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 23/10/13

[Signature]
DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE

[Signature]
DEPUTADO ELIO RUSCH
RELATOR

[Signature]
Dep. Bührer

[Signature]
Dep. Erisio

[Signature]
Dep. Lupian



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 499/13

I — RELATÓRIO

O Projeto de Lei acima epigrafado foi encaminhado pelo chefe do Executivo Estadual, acompanhado da Mensagem n.º 123/2013, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelos pares desta Casa, e tem como proposta “*aprovar a abertura de crédito especial ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 17.398, de 18 de dezembro de 2012, no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil de reais)*” visando atender despesas com aquisição de terreno no município de Marechal Cândido Rondon, para a construção do Batalhão de Fronteira da Polícia Militar do Paraná.

Os recursos para cobertura da referida programação são provenientes de cancelamento de dotação da Administração Geral do Estado – Recursos sob Supervisão da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL, conforme Anexo II desta Lei.

Devido o contido no art. 2º fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme o anexo III, e anexo IV desta Lei.

II — DA FUNDAMENTAÇÃO DO PARECER

A proposta ora em análise tramitou pelas Comissões de Constituição e Justiça de Finanças, sendo que seus relatores exararam pareceres favoráveis pela constitucionalidade e legalidade, sendo aprovado por unanimidade naquelas comissões.

A autorização legislativa para este crédito especial ora proposto encontra-se embasado no inciso V e VI, do artigo 135 da Constituição Estadual que reza:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANÍBAL KHURY
COMISSÃO DE ORÇAMENTO



"Art. 135 São vedados:


V – a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes."

VI – a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa."

III — CONCLUSÃO

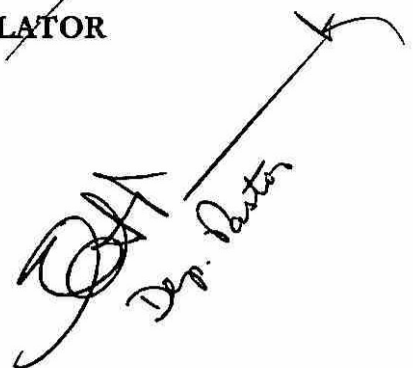
Assim, chamada esta relatoria a se manifestar no projeto de lei em epígrafe, conforme preceitua o artigo 33-C do Regimento Interno, nosso **parecer é favorável.**

Sala de Reunião das Comissões, 28 de outubro de 2013.


DEP. NEREU MOURA
PRESIDENTE


Prof. Leonardo


DEP. ELIO RUSCH
RELATOR


Dep. Pastor



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI 545/13

Súmula: Altera a Lei nº 8.927, de 1988, que dispõe sobre o imposto sobre transmissão *causa mortis* e doação de quaisquer bens ou direitos – ITCMD, e dá outras providências.

***A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:***

Art. 1º O artigo 10 da Lei nº 8.927, de 28 de dezembro de 1988, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10. O pagamento do imposto, nas transmissões “causa mortis”, realizar-se-á:

- I - antes de lavrado o respectivo instrumento, nas transmissões por escritura pública;
- II - dentro de trinta dias da data em que transitar em julgado a sentença homologatória do cálculo ou da partilha amigável.”

Art. 2º Fica acrescentado o art. 10-A na Lei nº 8.927, de 1988, com a seguinte redação:

“Art. 10-A. Os créditos tributários declarados, referentes ao ITCMD, poderão ser pagos em até vinte parcelas, conforme disciplinado em instrução da Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA.

§ 1º O pedido de parcelamento implica reconhecimento incondicional do crédito tributário, tendo a concessão resultante caráter decisório.

§ 2º Os juros de mora serão calculados até o mês da celebração do respectivo termo de acordo e, a partir daí, nova contagem até o mês do efetivo pagamento de cada parcela.

§ 3º Tratando-se de crédito tributário ajuizado, o parcelamento será autorizado desde que haja bens em garantia ou fiança suficientes para liquidação do débito.

§ 4º Rescindido o parcelamento, o crédito tributário remanescente será inscrito em dívida ativa.

§ 5º Da inscrição em dívida ativa mencionada no § 4º, o contribuinte será notificado mediante publicação de edital no Diário Oficial do Poder Executivo Estadual.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

§ 6º O encaminhamento das certidões de dívida ativa para propositura da respectiva ação executiva far-se-á independentemente de nova intimação ou notificação do sujeito passivo, além da prevista no § 5º.

§ 7º Nas transmissões por via judicial, o parcelamento só poderá ser efetuado após a sentença homologatória do cálculo ou da partilha amigável.

§ 8º Nas transmissões por escritura pública, para efeitos de parcelamento, será considerada como data do vencimento do imposto a data da Declaração do ITCMD.

§ 9º Nas doações por outros atos, o parcelamento somente poderá ocorrer após comprovada a sua efetivação."

Art. 3º O art. 11 da Lei nº 8.927, de 1988, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 11. Aplicam-se ao ITCMD, e respectivas multas, os critérios e coeficientes estabelecidos na Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996:

I - de atualização monetária, inclusive para fins de restituição de indébito;

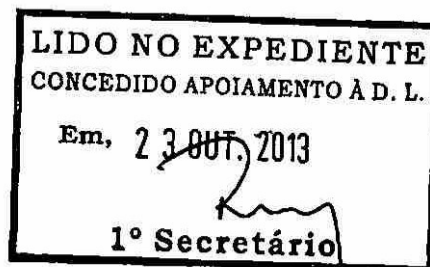
II - de cobrança de juros de mora."

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Palácio do Governo, em 23 de outubro de 2013.



CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

MENSAGEM
Nº 132 /2013

Curitiba, em 23 de outubro de 2013.

Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em 23/10/2013

Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva alterar os dispositivos que especifica, da Lei nº 8.927, de 28 de dezembro de 1988, que dispõe sobre o imposto sobre transmissão *causa mortis* e doação de quaisquer bens ou direitos - ITCMD.

A Lei Federal nº 11.441, de 04 de janeiro de 2007, alterou o Código de Processo Civil (Lei Federal nº 5.669, de 11 de janeiro de 1973) para possibilitar a realização de inventário, partilha, separação consensual e divórcio consensual por via administrativa, possibilidade que não existia quando da edição da Lei nº 8.927, de 1988.

Até então, todas as transmissões por *causa mortis* obrigatoriamente ocorriam por via judicial, com a data de exigência do imposto fixada conforme Súmula 114 do Supremo Tribunal Federal ("O imposto de transmissão *causa mortis* não é exigível antes da homologação do cálculo.").

A alteração ora proposta no art. 10 da Lei nº 8.927, de 1988, objetiva acrescentar prazo de pagamento para as transmissões realizadas pela via administrativa, uma vez que, para essas, não existe homologação judicial do cálculo do imposto.

A redação do parágrafo único do art. 10, então em vigor, trata apenas do parcelamento do imposto devido na transmissão *causa mortis*, ficando indefinida e sob constante questionamento a possibilidade de parcelamento do imposto nos casos de transmissão *inter vivos*. Por essa razão e para não restar dúvidas sobre o alcance do benefício do parcelamento ao referido imposto, retira-se sua previsão do art. 10 passando-a para o art. 10-A ora proposto.

Excelentíssimo senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 12.027.594-1

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530 909 | Curitiba | Paraná | Brasil
Fone: [41] 3350 2800 | Fax: [41] 3254 7345 | www.pr.gov.br

1456 23/10/2013 009173 IMP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

A redação proposta ao § 7º do art. 10-A ("nas transmissões por via judicial, o parcelamento só poderá ser efetuado após a sentença homologatória do cálculo ou da partilha amigável;") visa evitar problemas relativamente à rescisão de TAP - Termos de Acordo de Parcelamentos não cumpridos, uma vez que, de acordo com a legislação vigente, nessa hipótese, o crédito tributário deve, obrigatoriamente, ser lançado em auto de infração, o qual somente pode ser lavrado após o vencimento do imposto, que no caso dos processos judiciais, se dá dentro de 30 dias da data em que transitar em julgado a sentença homologatória do cálculo ou da partilha amigável.

Ainda, em relação às alterações propostas para o art. 10-A, define-se, para efeitos do parcelamento nas transmissões *causa mortis* por via administrativa, como data de vencimento do imposto a data da Declaração do ITCMD.

Assim, determinando-se como exigível o imposto na data da Declaração do ITCMD, com a qual ocorre o reconhecimento da dívida, a Receita Estadual, ao homologar esse pedido e concordar ou não com os valores atribuídos, estará realizando a avaliação, em consonância com a Súmula 113 do Supremo Tribunal Federal ("O imposto de transmissão *causa mortis* é calculado sobre o valor dos bens na data da avaliação.").

Determina, ainda, que nas doações por outros atos, o parcelamento somente poderá ocorrer após comprovada a sua efetivação, visando, em ambos os casos, evitar situações em que, após deferido o parcelamento, não ocorra o fato gerador (não seja lavrada a escritura pública e efetivada a doação).

Quanto ao art. 11 do anexo Anteprojeto de Lei adota-se a redação do art. 61 da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, a qual determina aplicação, ao ITCMD, dos coeficientes, inclusive para fins de restituição de indébito e dos critérios de cobrança de juros de mora previstos para o ICMS.

Por fim, com fulcro nas disposições do art. 66, § 1º da Constituição Estadual e do art. 198 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, solicito "REGIME DE URGÊNCIA" para a tramitação e votação da presente Mensagem Governamental.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHIA
Governador do Estado



SECRETARIA DE

ESTADO DE GOVERNO

Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato

Página para impressão

Lei 8927 - 28 de Dezembro de 1988

Alterado Compilado Original Publicado no Diário Oficial nº. 2924 de 28 de Dezembro de 1988**Súmula:** Imposto sobre a transmissão "causa mortis" e doação de quaisquer bens ou direitos.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**CAPÍTULO I
FATO GERADOR**

Art. 1º. O imposto, de competência dos Estados, sobre a transmissão de bens e direitos pela via sucessória ou por doação, tem como fato gerador:

I - a transmissão "causa mortis" ou por doação de direitos e da propriedade, posse ou domínio de quaisquer bens ou direitos;

II - a transmissão, por uma das modalidades previstas no inciso anterior, de direitos reais sobre quaisquer bens inclusive os de garantia;

III - a cessão, a desistência ou a renúncia por ato gratuito, de direitos relativos às transmissões referidas nos incisos I e II.

Art. 2º. O imposto não incidirá na renúncia à herança ou legado, desde que praticada antes de qualquer ato no processo de inventário ou arrolamento que implique em aceitação da herança.

Art. 3º. Para efeito desta lei equipara-se à doação qualquer ato ou fato não oneroso que importe ou resolva Transmissão de quaisquer bens ou direitos, tais como a renúncia, a desistência e a cessão.

**CAPÍTULO II
ISENÇÕES**

Art. 4º. É dispensado o pagamento do imposto quando ocorrer:

I - a aquisição, por transmissão "causa mortis", do imóvel destinado exclusivamente a moradia do cônjuge supérstite ou herdeiro desde que outro não possua;

II - a aquisição, por transmissão "causa mortis" de imóvel rural com área não superior a vinte e cinco hectares, de cuja exploração do solo depende o sustento da família do herdeiro ou do cônjuge supérstite a que tenha cabido partilha desde que outro não possua;

III - a doação de imóvel com o objetivo de implantar o programa da reforma agrária instituído pelo governo;

IV - a doação de aparelhos, móveis e utensílios de uso doméstico e de vestuário e sua transmissão "causa mortis".

V - a doação de bens imóveis para construção de moradia vinculada a programa de habitação popular ou para instalação de projeto industrial.

(Incluído pela Lei 10064 de 17/07/1992)

**CAPÍTULO III
SUJEITO PASSIVO**

Art. 5º. O sujeito passivo da obrigação tributária é:

I - nas transmissões "causa mortis" o herdeiro ou legatário;

II - nas transmissões "por doação" o adquirente dos bens ou direitos;



CAPÍTULO IV DA RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA

Art. 6º. São solidariamente responsáveis pelo imposto devido pelo contribuinte:

I - os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles, ou perante eles, em razão de seu ofício;

II - a empresa, instituições financeiras e bancárias e todo aquele a quem caiba a responsabilidade do registro ou a prática de ato que implique na transmissão de bem móvel ou imóvel e respectivos direitos e ações.

III - o doador na inadimplência do donatário;

IV - qualquer pessoa física ou jurídica que detenha a posse do bem transmitido na forma desta lei.

CAPÍTULO V LOCAL DE PAGAMENTO

Art. 7º. O imposto é pago.

I - No local da situação do bem, tratando-se de imóveis e de direitos a eles relativos, inclusive, respectivas ações;

II - Tratando-se de bens móveis, direitos, títulos e créditos e respectivas ações, onde tiver domicílio:

a) o doador ou onde se processar o inventário ou arrolamento;

b) o donatário, na hipótese em que o doador tenha domicílio ou residência no exterior;

c) o herdeiro ou legatário, quando o inventário ou arrolamento tiver sido processado no exterior;

d) o herdeiro ou legatário se o "de cujos" possua bens, era residente ou domiciliado no exterior, ainda que o inventário ou arrolamento tenha sido processado no país.

CAPÍTULO VI ÉPOCA, FORMA E PRAZO DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO

Art. 8º. O imposto é pago na época, prazo e forma disciplinada em Instrução da Secretaria da Fazenda, ressalvados os casos especificamente disciplinados nos artigos seguintes deste Capítulo.

Art. 9º. O pagamento do imposto, nas transmissões por ato entre vivos, realizar-se-á:

I - nas transmissões por escritura pública, ou procuração em causa própria, antes de lavrado o respectivo instrumento;

II - nas transmissões por instrumento particular, mediante a apresentação deste à repartição fiscal, dentro de 30 dias;

III - nas aquisições por escrituras ou instrumento particular lavrados fora do Estado ou em virtude de adjudicação, ou de qualquer sentença judicial, dentro de 60 dias do ato ou contrato, cujo instrumento deverá ser apresentado à Secretaria da Fazenda para cálculo do imposto devido;

IV - nas aquisições de terras devolutas, ou direitos a elas relativos, 60 dias após assinado o respectivo título que será apresentado a Secretaria da Fazenda para cálculo do imposto;

V - na incorporação de bens ao patrimônio de empresa, até 30 dias, da celebração do ato ou contrato;

VI - nas transmissões não documentadas, no momento da tradição.

Art. 10. Nas transmissões "causa mortis", o pagamento do imposto realizar-se-á dentro de 30 dias da data em que transitar em julgado a sentença homologatória do cálculo ou da partilha amigável. 30
pág.

Parágrafo único. Quando o débito total do imposto, nas transmissões "causa mortis", exceda a 25 (vinte e cinco) OTNs, ou não excedendo essa quantia, se os beneficiários forem menores, poderá o Secretário da Fazenda permitir o recolhimento em prestações mensais nunca superior a 20 (vinte), na forma da regulamentação específica.

Art. 11. Aplica-se ao imposto de transmissão "causa mortis" e doação de quaisquer bens ou direitos e respectivas multas, a atualização monetária e o juro de mora, não capitalizável, de 1% (um por cento) ao mês ou sua fração.

Parágrafo único. Serão observados em relação ao imposto de que trata esta lei os mesmos coeficientes e critérios utilizados para a cobrança dos juros de mora e a atualização monetária do imposto a que se refere o inciso I alínea "b" do Artigo 155 da Constituição da República Federativa do Brasil.

CAPÍTULO VII ALÍQUOTAS

Art. 12. A alíquota do imposto é 4% para qualquer transmissão.

CAPÍTULO VIII BASE DE CÁLCULO

Art. 13. A base de cálculo do imposto e o valor venal dos bens ou direitos ou o valor do título ou crédito, transmitidos ou doados, apurados mediante avaliação procedida pela Fazenda Pública Estadual.

§ 1º. A base de cálculo terá o seu valor revisto ou atualizado, sempre que a Fazenda do Estado constatar alteração no valor venal dos bens ou direitos transmitidos, ou vício na avaliação anteriormente realizada.

§ 2º. Em substituição do critério previsto no parágrafo anterior a base de cálculo poderá ser momentaneamente atualizada na ocasião do pagamento do imposto, em substituição ao critério corrente de estipulação do valor venal por nova avaliação.

Art. 14. Nas doações com reserva do usufruto ou na sua instituição gratuita a favor de terceiro, o valor dos direitos reais do usufruto, uso ou habitação, vitalício ou temporários, será igual à metade do valor do total do bem, correspondendo o valor restante à sua propriedade separada daqueles direitos.

§ 1º. À cessão e à extinção de usufruto aplicam-se as normas relativas à sua instituição.

§ 2º. Quando houver pluralidade de usufrutuários e proprietários, o valor do imposto será proporcional a parte conferida a cada usufrutuário ou ao proprietário.

CAPÍTULO IX AVALIAÇÃO

Art. 15. Pode a Fazenda Pública deixar de aceitar o valor declarado pela parte nas transmissões de propriedade de bens ou de direitos.

Art. 16. Se o valor estipulado pela autoridade fiscal não fôr aceito pela parte, poderá esta requerer no prazo de 15 dias a avaliação contraditória, observadas as prescrições dos parágrafos seguintes:

§ 1º. A avaliação contraditória deverá ser precedida de requerimento, no qual constará o valor da avaliação feita pela autoridade fiscal e o valor atribuído pela parte consubstanciado em laudo expedido por perito juridicamente capaz e habilitado para tal fim.

§ 2º. Formalizando o processo os valores serão submetidos a apreciação do representante da Fazenda Pública da jurisdição para que decida no prazo de cinco dias, que poderá optar por um ou outro, ou promover a conciliação dos valores conflitantes.

§ 3º. Em se tratando de bens que exijam conhecimentos técnicos, para garantia da avaliação, o perito signatário do laudo deverá preencher as condições indispensáveis.

Art. 17. Os procedimentos administrativos de que trata este capítulo interromperão a fluência do prazo regulamentar de pagamento do tributo, reiniciando-se sua contagem a partir da ciência do contribuinte da decisão de que trata o parágrafo 2º do artigo anterior.

CAPÍTULO X PENALIDADES

~~**Art. 18.** Nas aquisições "causa mortis" ou por ato entre vivos, o contribuinte ou responsável que não recolher o imposto nos prazos normais, fica sujeito a multa 20% (vinte por cento) do imposto devido.~~

Art. 18. Nas aquisições "causa mortis" ou por ato entre vivos, o contribuinte ou responsável que não recolher o imposto nos prazos normais, fica sujeito à multa de 10% (dez por cento) do imposto devido.

(Redação dada pela Lei 11580 de 14/11/1996)

~~**§ 1º.** Se houver sonegação de bens, direitos ou valores, o adquirente ficará sujeito à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor ocultado à tributação, acumulativamente com a prevista no "caput".~~

§ 1º. A multa prevista no "caput" será reduzida, do 1º ao 30º dia seguinte ao em que tenha expirado o prazo do pagamento, para 0,33% (trinta e três décimos por cento) do valor do imposto, por dia de atraso.

(Redação dada pela Lei 11580 de 14/11/1996)

~~**§ 2º.** A multa a que se refere o parágrafo anterior será reduzida em 50% (cinquenta por cento) quando o infrator se prontificar a pagá-la, juntamente com o imposto devido, desistindo de qualquer reclamação ou recurso.~~

§ 2º. Se houver sonegação de bens, direitos ou valores, o adquirente ficará sujeito à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor ocultado à tributação, acumulativamente com a prevista no "caput".

(Redação dada pela Lei 11580 de 14/11/1996)

§ 3º. A multa a que se refere o parágrafo anterior será reduzida em 50% (cinquenta por cento) quando o infrator se prontificar a pagá-la, juntamente com o imposto devido, desistindo de qualquer reclamação ou recurso.

(Incluído pela Lei 11580 de 14/11/1996)

~~**§ 3º.** As multas deste artigo poderão ser impostas proporcionalmente aos infratores, ou integralmente a qualquer deles.~~

§ 4º. As multas deste artigo poderão ser impostas proporcionalmente aos infratores, ou integralmente a qualquer deles.

(Renumerado pela Lei 11580 de 14/11/1996)

Art. 19. A Fazenda, por seu representante, como credora da herança pelos tributos não pagos, poderá requerer a ação de sonegados de acordo com os artigos 1.782 e 1.784 do Código Civil, se outros interessados não o fizerem.

CAPÍTULO XI DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 20. O procedimento relativo ao lançamento de ofício, observará, no que couber, o rito do processo administrativo fiscal de instrução contraditória previsto na lei Orgânica do Imposto de que trata o art. 155, inciso I, alínea "b" da Constituição Federal.

Art. 21. À Secretaria de Estado da Fazenda compete:

a) resolver os casos omissos e regulamentar esta lei através de instrução;

b) manter órgão que terá por incumbência específica responder a consultas sobre o imposto de que trata esta Lei na forma da regulamentação específica.

§ 1º. As respostas às consultas servirão como orientação geral aos órgãos da Secretaria da Fazenda, não sendo passível de multa aos contribuintes que praticarem atos baseados nas respectivas respostas não ilidindo, todavia a parcela do crédito tributário relativo ao imposto,



constituído e exigível em decorrência das disposições desta Lei.

Art. 22. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 1º de março de 1989, ficando revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 28 de dezembro de 1988.

Ary Veloso Queiroz
Governador do Estado, em exercício

Luiz Carlos Jorge Haully
Secretário de Estado da Fazenda

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado



© 2013 - Secretaria de Estado de Governo (SEEG)
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



CELEPAR

SECRETARIA DE
ESTADO DE
GOVERNO

[topo](#)





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Liderança do Governo



PARECER AO PROJETO DE LEI 545/2013

Projeto de Lei nº 545/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 132/2013

Súmula: Altera a Lei nº 8.927, de 1988, que dispõe sobre o imposto sobre transmissão *causa mortis* e doação de quaisquer bens ou direitos – ITCMD, e dá outras providências.

EMENTA: TRIBUTÁRIO. ALTERA DISPOSITIVOS NA LEI Nº 8.927/88. ITCMD. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. ART. 155, INCISO I DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTS. 65, 66 E 87 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. CONSTITUCIONAL. APROVAÇÃO.

RELATÓRIO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 132/2013, visa alterar e acrescentar dispositivos na Lei nº 8.927, de 1988, a fim de adequar a redação da referida Lei às normas processuais advindas da Lei Federal nº 11.441, de 04 de Janeiro de 2007, que possibilitou a efetivação de inventário, partilha, separação consensual e divórcio consensual por via Administrativa. Ademais, visa incluir o Artigo 10-A na referida Lei, o qual versará sobre a possibilidade de parcelamento do ITCMD.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-Aº, I do Regimento Interno da



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Liderança do Governo



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ademais, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Liderança do Governo



A Constituição Do Estado Do Paraná estabelece que são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta, criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado, bem como da organização e funcionamento da administração estadual, nos termos dos artigos 66 e 87:

Art. 66 – Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

(...)

IV – criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 87 – Compete privativamente ao Governador:

(...)

VI – Dispor sobre a organização e funcionamento da administração estadual na forma da lei.

Importante ressaltar que em relação à referida matéria, a Constituição Federal dá plena autonomia e reveste de legitimidade ao Poder Executivo para legislar sobre a matéria ora analisada, pois assim dispõe em seu art. 155:

Art. 155 – Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir imposto sobre:

I - transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Liderança do Governo



Cumpre observar, que a Constituição da República através dos preceitos acerca de referido artigo, abre margem ao contido no presente Projeto de Lei, tendo em vista que dá legitimidade e competência ao Estado para legislar sobre o ITCMD.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o Projeto de Lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

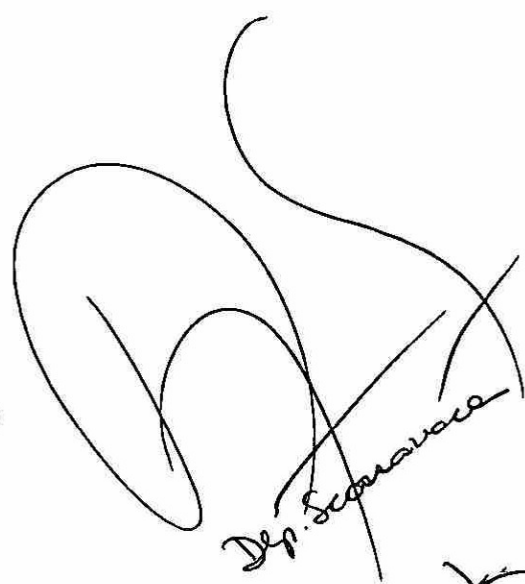
CONCLUSÃO

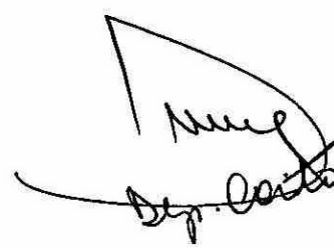
Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

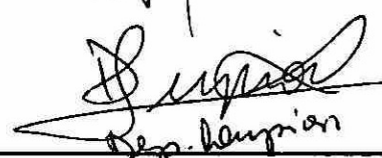

DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
RELATOR


Dep. Carlos

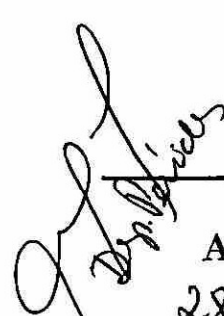

Dep. Severina


Dep. Costa


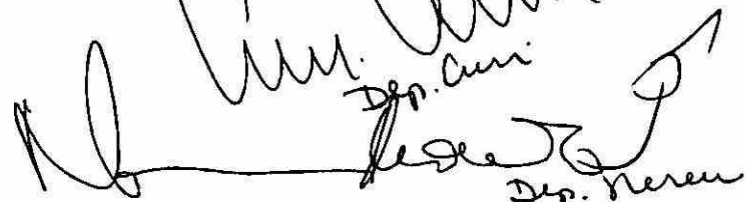

Dep. Tadini


Dep. Laurian


Dep. Dantas


Dep. Pires

APROVADO
28/10/19
REGIME DE URGÊNCIA


Dep. Auri

Dep. Neres



PROJETO DE LEI 546/13

Súmula: Acrescenta § 5º ao art. 36 da Lei nº 11.580, de 1996, que dispõe sobre o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação – ICMS.

***A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:***

Art. 1º Fica acrescentado o § 5º ao art. 36 da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, com a seguinte redação:

“§ 5º Poderá ser concedido desconto pelo recolhimento antecipado do imposto vincendo, cujos fatos geradores já ocorreram, mediante aplicação, sobre o imposto apurado, de percentual de desconto não superior aos índices exigidos pelo fisco para a cobrança de encargos de inadimplência, nos termos estabelecidos pelo Poder Executivo.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 23 de outubro de 2013.



CARLOS ALBERTO RICH
Governador do Estado



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

MENSAGEM
Nº 133 /2013

Curitiba, em 23 de outubro de 2013.

Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente .

II – À DL para providências.

Em, _____

Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva incluir o § 5º ao art. 36 da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, que dispõe sobre o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação – ICMS.

A presente proposição tem por escopo incluir, na referida Lei, dispositivo que autorize a concessão de desconto pelo pagamento antecipado do citado imposto vincendo, cujos fatos geradores já ocorreram, nos termos estabelecidos pelo Poder Executivo.

Tal alteração encontra suporte no parágrafo único do art. 160 do CTN - Código Tributário Nacional (Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), o qual dispõe que "A legislação tributária pode conceder desconto pela antecipação do pagamento, nas condições que estabeleça", sendo entendimento pacífico, na doutrina e na jurisprudência, pela possibilidade desse desconto pelo pagamento antecipado do tributo ("ex vi" TRF 3ª Região. AMS 95.03.003747-6/sp. Rel. Des. Federal Baptista Pereira. 3ª Turma. Decisão 16/12/98. DJ 1º/3/00, p.407).

Considerando se tratar de isenção em caráter geral, uma vez que atinge tão somente o imposto vincendo apurado, cujos fatos geradores já ocorreram, e não se dirige a um grupo determinado de contribuintes, a presente proposição não encontra restrições na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a qual aponta, para os seus fins, as hipóteses de renúncia de receita, no § 1º do art. 14 ("A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.").

Excelentíssimo senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 12.028.183-6

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530 909 | Curitiba | Paraná | Brasil
Fone: [41] 3350 2800 | Fax: [41] 3254 7345 | www.pr.gov.br



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

A antecipação que se propõe não é aquela vedada pelo inciso I do art. 37 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Federal nº 101, de 2000), não se tratando de renúncia fiscal, mas de ajuste financeiro em razão da antecipação do pagamento do imposto, uma vez que não atinge o tributo já vencido, esse sim considerado no orçamento, mas tão somente o imposto vincendo.

Também não se trata de remissão de crédito tributário, pois, conforme disposto no art. 172 do Código Tributário Nacional, essa atinge todo o crédito tributário, e não somente o imposto.

Vale destacar que outras unidades federadas, a exemplo dos Estados de Santa Catarina e Minas Gerais, já implementam disposições semelhantes em sua legislação.

Por fim, com fulcro nas disposições do art. 66, § 1º da Constituição Estadual e do art. 198 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, solicito **"REGIME DE URGÊNCIA"** para a tramitação e votação da presente Mensagem Governamental.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

SECRETARIA DE

ESTADO DE GOVERNO

Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato

Página para impressão

Lei 11580 - 14 de Novembro de 1996

Alterado Compilado Original

Publicado no Diário Oficial nº. 4885 de 14 de Novembro de 1996

(vide Lei 14260, de 22/12/2003) (vide Lei 14260, de 22/12/2003)

Súmula: Dispõe sobre o ICMS, com base no art. 155, inc. II, §§ 2º e 3º, da Constituição Federal e na Lei Complementar nº. 87, de 13 de setembro de 1996 e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º. Esta Lei dispõe quanto ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior - ICMS, instituído pela Lei nº. 8.933, de 26 de janeiro de 1989, com base no art. 155, inc. II, §§ 2º e 3º, da Constituição Federal e na Lei Complementar nº. 87, de 13 de setembro de 1996.

**CAPÍTULO I
DA INCIDÊNCIA****Art. 2º.** O imposto incide sobre:**I** - operações relativas à circulação de mercadorias, inclusive o fornecimento de alimentação e bebidas em bares, restaurantes e estabelecimentos similares;**II** - prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, por qualquer via, de pessoas, bens, mercadorias ou valores;**III** - prestações onerosas de serviços de comunicação, por qualquer meio, inclusive a geração, a emissão, a recepção, a transmissão, a retransmissão, a repetição e a ampliação de comunicação de qualquer natureza;**IV** - fornecimento de mercadorias com prestação de serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios;**V** - o fornecimento de mercadorias com prestação de serviços sujeitos ao imposto sobre serviços, de competência tributária dos Municípios, quando a lei complementar aplicável expressamente o sujeitar à incidência do imposto estadual.**VI** - a entrada no estabelecimento de contribuinte, de mercadoria ou bem oriundos de outras unidades da Federação, destinados ao uso ou consumo ou ao ativo permanente.
(Incluído pela Lei 15342 de 22/12/2006)**§ 1º.** O imposto incide também:~~**I** - sobre a entrada de mercadoria importada do exterior, por pessoa física ou jurídica, ainda quando se tratar de bem destinado a consumo ou ativo permanente do estabelecimento;~~**I** - sobre a entrada de mercadoria ou bem importados do exterior, por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja contribuinte habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade (Lei Complementar nº 114/02);



IV - endereço completo;

V - identificação de proprietários, sócios e responsáveis;

VI - código de atividade econômica, definido pela Secretaria da Fazenda;

VI - VI - código de atividade econômica;
(Redação dada pela Lei 17630 de 22/07/2013)

VII - outros que a legislação determinar.

§ 2º. Para os efeitos deste artigo e em relação à alteração ou à paralisação temporária, poderá a Fazenda Estadual exigir garantias dos créditos pendentes.

CAPÍTULO X

DA EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

SEÇÃO I

DAS MODALIDADES DE EXTINÇÃO

Art. 35. O crédito tributário extingue-se pelo pagamento, podendo, ainda, ser extinto pelas demais modalidades previstas no Código Tributário Nacional, nas condições e sob as garantias a serem capituladas em cada caso por ato do Poder Executivo.

☐ § 1º. Os créditos tributários poderão, mediante autorização do Governador do Estado, ser liquidados:

I - por compensação, com créditos líquidos, certos e vencidos do sujeito passivo contra a Fazenda Estadual;

II - por dação em pagamento, de bens livres de quaisquer ônus.

§ 2º. A liquidação dar-se-á nas condições e garantias a serem estipuladas em cada caso.

~~§ 3º. O pagamento em repartição fazendária será efetuado em moeda nacional ou cheque administrativo.~~

§ 3º. O pagamento será realizado exclusivamente nos agentes arrecadadores autorizados.”;
(Redação dada pela Lei 17630 de 22/07/2013)

§ 4º. Quando o valor do crédito tributário for constituído de imposto e acréscimos, o pagamento de parte do valor total, ainda que atribuído pelo contribuinte a uma só dessas rubricas, será imputado proporcionalmente a todas elas, ressalvado o disposto no inciso XV do art. 56.

SEÇÃO II

DOS PRAZOS DE PAGAMENTO

☐

Art. 36. Por ocasião da ocorrência do fato gerador, a Fazenda Pública poderá exigir o pagamento do crédito tributário correspondente.

§ 1º. O Poder Executivo poderá:

I - ampliar o prazo mencionado neste artigo até o máximo de 180 (cento e oitenta) dias, desde que atualizado monetariamente a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia após o período de apuração do imposto;

II - antecipar ou postergar o pagamento, nos casos de substituição tributária.

§ 2º. Os prazos serão contínuos, excluindo-se na sua contagem o dia do início e incluindo-se o do vencimento.

§ 3º. Os prazos referidos nesta Lei só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição onde deva ser realizado o pagamento ou praticado o ato.

§ 4º. Para atender projetos de desenvolvimento industrial ou atividades de interesse do Estado, de preservação ambiental e proteção à natureza, ou ainda visando evitar prejuízos à economia paranaense, o Governador do Estado, *ad referendum* da Assembléia Legislativa poderá autorizar que o pagamento do imposto ocorra em data posterior ao prazo fixado no inciso I do § 1º deste artigo, desde que sujeito à atualização monetária plena.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Liderança do Governo



PARECER AO PROJETO DE LEI 546/2013

Projeto de Lei nº 546/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 133/2013

Acrescenta § 5º ao art. 36 da Lei nº 11.580, de 1996, que dispõe sobre o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS.

EMENTA: TRIBUTÁRIO. ACRESCENTA DISPOSITIVO NA LEI Nº 11.580/96. ICMS. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. ART. 155, INCISO II DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTS. 65, 66 E 87 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. CONSTITUCIONAL. APROVAÇÃO.

RELATÓRIO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 133/2013, acrescentar o § 5º ao artigo 36, da Lei 11.580, de 1996, a qual versa sobre o tributo ICMS, a fim de instituir a possibilidade de concessão de desconto no recolhimento antecipado do imposto vincendo, cujo fato gerador já tenha ocorrido.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Liderança do Governo



legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Liderança do Governo



A Constituição Do Estado Do Paraná estabelece que são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado, bem como da organização e funcionamento da administração estadual, nos termos dos artigos 66 e 87:

Art. 66 – Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

(...)

IV – criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 87 – Compete privativamente ao Governador:

(...)

VI – Dispor sobre a organização e funcionamento da administração estadual na forma da lei.

Importante ressaltar que o ICMS é um imposto de competência estadual, conforme art. 155, II, da Constituição Federal:

Art. 155 – Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir imposto sobre:

(...)

II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;

Ademais, o presente Projeto de Lei não viola a Lei Complementar nº. 101/00, tendo em vista que se trata de isenção em caráter geral, não se caracterizando a renúncia de receita.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Liderança do Governo



Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o Projeto de Lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.


Sala das Comissões, 28 de outubro de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
RELATOR


Dep. Carlos


Dep. Ceito


Dep. Kampion


Dep. Sacramento


Dep. Turini


APROVADO
Dep. 28/10/13


Dep. Nereu


Dep. Auri

REGIME DE URGÊNCIA


Dep. Pastor

PROJETO DE LEI 552/13

Súmula: Extingue a Secretaria de Estado do Esporte e a Secretaria de Estado do Turismo e cria a Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo e transforma a Coordenação de Controle Interno, incluindo as competências da Corregedoria e da Ouvidoria Geral, em Controladoria Geral do Estado e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica extinta a Secretaria de Estado do Turismo, criada pela Lei nº 13.986, de 30 de dezembro de 2002, e a Secretaria de Estado do Esporte, criada pela Lei nº 17.014, de 16 de dezembro de 2011.

Art. 2º Fica criada, na estrutura organizacional básica do Poder Executivo, a Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo - SEET, tendo por finalidade:

- I. O planejamento, a organização, o acompanhamento e a manutenção das políticas e diretrizes do Governo do Estado para o esporte, lazer e qualidade de vida;
- II. O incentivo, o apoio e a orientação para a realização de atividades e eventos recreativos e esportivos, profissionais e amadores, quer no âmbito da Administração Estadual ou da iniciativa privada;
- III. O cumprimento da legislação esportiva;
- IV. As atividades relativas à definição, à proposição e à implantação da política de governo na área do turismo, em todas as suas modalidades de promoção;
- V. A normatização, a fiscalização, a promoção e o incentivo ao turismo, como fator de desenvolvimento econômico e social;
- VI. A articulação com órgãos e entidades federais, estaduais, municipais e internacionais do âmbito de sua área de atuação;

VII. O estímulo e a elaboração de estudos e pesquisas sobre assuntos relacionados à sua esfera de competência;

VIII. O desempenho de outras atividades correlatas.

Art. 3º Incumbe à Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo coordenar as ações que envolvem a estratégia relativa a eventos esportivos e afins, de âmbito regional, nacional e internacional, funcionando como órgão centralizador das informações no âmbito do Estado do Paraná, de acordo com a regulamentação definida em decreto do Chefe do Poder Executivo Estadual.

Art. 4º O Instituto Paranaense de Ciência do Esporte – IPCE, a Paraná Turismo e o Centro de Convenções de Curitiba, autarquias estaduais, passam a vincular-se à Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo.

Art. 5º Fica extinta a Coordenação de Controle Interno, instituída pela Lei nº 15.524, de 05 de junho de 2007.

Art. 6º Fica criada, na estrutura organizacional básica do Poder Executivo, a Controladoria Geral do Estado – CGE, vinculada diretamente ao Governador do Estado, tendo por finalidade:

- I. O planejamento, a coordenação, o controle e a avaliação das atividades de controle interno do Poder Executivo Estadual;
- II. O estímulo à obediência as normas legais, diretrizes administrativas, instruções normativas, regulamento, estatutos e regimentos;
- III. O acompanhamento sobre a observância pelos Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual dos limites legais e constitucionais de aplicação com gastos em áreas afins;
- IV. A realização de inspeções e auditorias nos sistemas contábil, financeiro, orçamentário, patrimonial, de pessoal e demais sistemas;
- V. A fiscalização quanto ao cumprimento dos princípios e das normas que norteiam a conduta da Administração Pública, especialmente em relação à legalidade, impessoalidade, economicidade, publicidade e à moralidade administrativa e, também na defesa dos direitos e interesses individuais e coletivos contra atos e omissões cometidos pela Administração Pública Estadual;
- VI. A investigação de fatos tidos como irregularidades no âmbito do Poder Executivo Estadual, respeitada a legislação das carreiras regidas por leis especiais;

VII. O recebimento e a apuração de reclamações ou denúncias fundamentadas que lhe forem dirigidas, em especial à lesão ou ameaça de lesão ao patrimônio público estadual, velando por seu integral atendimento e resolução, inclusive às consultas e aos requerimentos formulados pelo Poder Legislativo, Poder Judiciário e Ministério Público do Estado, recomendando, quando constatada omissão da autoridade competente, a instauração de sindicâncias, procedimentos e processos administrativos pertinentes aos Órgãos e Entidades respectivos;

VIII. O desempenho de outras atividades correlatas.

§ 1º A Controladoria Geral do Estado encaminhará à Procuradoria Geral do Estado os casos que configurem improbidade administrativa e todos quantos recomendem a indisponibilidade de bens, o ressarcimento ao erário e outras providências a cargo daquele Órgão, bem como provocará, sempre que necessária, a atuação do Tribunal de Contas do Estado, e, quando houver indícios de responsabilidade penal, do Ministério Público do Estado, inclusive quanto a representações ou denúncias que se afigurarem manifestamente caluniosas.

§ 2º O assessoramento e a consultoria jurídica à Controladoria Geral do Estado serão prestados pela Procuradoria Geral do Estado - PGE.

Art. 7º Ficam transferidos para a Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo os seguintes cargos de provimento em comissão:

I – da extinta Secretaria de Estado do Esporte:

- a) um cargo de Secretário de Estado;
- b) um cargo de Diretor Geral de Secretaria de Estado, símbolo DAS-1;
- c) três cargos de Assessor Técnico, símbolo DAS-2;
- d) três cargos de Chefe de Coordenadoria, símbolo DAS-2;
- e) um cargo de Assessor Técnico, símbolo DAS-3;
- f) um cargo de Assessor Técnico, símbolo DAS-4;
- g) sete cargos de Assessor Técnico, símbolo DAS-5;
- h) um cargo de Chefe de Gabinete, símbolo DAS-5;
- i) sete cargos de Assistente Técnico, símbolo 1-C;
- j) doze cargos de Chefe de Escritório Regional, símbolo 1-C; e
- k) nove cargos de Assistente, símbolo 2-C.

II – da Secretaria de Estado de Governo:

- a) um cargo de Assessor, símbolo DAS-5;
- b) um cargo de Assistente, símbolo 1-C;



- c) três cargos de Assessor Administrativo, símbolo 1-C, alterando-se a denominação para Assistente, mantida a mesma simbologia;
- d) um cargo de Assistente, símbolo 3-C;
- e) um cargo de Assistente, símbolo 4-C;
- f) um cargo de Assistente, símbolo 5-C; e
- g) um cargo de Assistente, símbolo 15-C.

III – da extinta Secretaria de Estado do Turismo:

- a) um cargo de Assessor, símbolo DAS-5;
- b) dois cargos de Coordenador, símbolo DAS-5;
- c) um cargo de Assistente, símbolo 1-C;
- d) um cargo de Assistente, símbolo 2-C; e
- e) um cargo de Assistente, símbolo 6-C.

IV – fica transformado um cargo de Secretário de Estado da extinta Secretaria de Estado do Turismo, em dois cargos de Chefe de Coordenadoria, símbolo DAS-1.

Art. 8º Ficam transferidos da Secretaria de Estado de Governo para a Controladoria Geral do Estado, os seguintes cargos de provimento em comissão:

- I - dois cargos de Assessor, símbolo DAS-3;
- II - sete cargos de Assessor, símbolo DAS-4;
- III - cinco cargos de Assessor, símbolo DAS-5;
- IV - três cargos de Assistente, símbolo 1-C;
- V - dois cargos de Assessor Administrativo, símbolo 1-C, alterando-se a denominação para Assistente, mantida a mesma simbologia;
- VI - um cargo de Assessor, símbolo 1-C, alterando-se a denominação para Assistente, mantida a mesma simbologia;
- VII - dois cargos de Assistente, símbolo 2-C;
- VIII - dois cargos de Assistente, símbolo 8-C;
- IX - um cargo de Assistente, símbolo 10-C; e
- X - um cargo de Assistente, símbolo 14-C.

Art. 9º Ficam transferidos para a Controladoria Geral do Estado, da extinta Secretaria de Estado do Turismo, os seguintes cargos de provimento em comissão:

- I - um cargo de Diretor Geral de Secretaria de Estado, símbolo DAS-1, alterando-se a denominação para Diretor Geral de Controladoria; e
- II - um cargo de Chefe de Gabinete, símbolo DAS-5.

Art. 10. Fica extinto o cargo de Secretário de Controle Interno, símbolo AE-1, da Governadoria e criado o cargo de Controlador Geral do Estado, na simbologia A-1.

§ 1º O Controlador Geral do Estado, nomeado pelo Governador do Estado, será escolhido por essa autoridade dentre pessoas de notório saber e reputação ilibada.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

§ 2º São asseguradas ao Controlador Geral do Estado as prerrogativas, representação, remuneração e impedimentos de Secretário de Estado.

Art. 11. O artigo 1º e seu parágrafo único, da Lei nº 12.215, de 10 de julho de 1998, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º O serviço social autônomo, sem fins lucrativos, ECOPARANÁ, pessoa jurídica de direito privado, de interesse coletivo, passa a denominar-se PARANÁ PROJETOS, tendo como finalidade a promoção, a elaboração e o gerenciamento de projetos, visando à implementação do desenvolvimento integrado do desenvolvimento do território paranaense, segundo princípios de sustentabilidade local e regional.

Parágrafo único. O detalhamento da estrutura organizacional do PARANÁ PROJETOS e de suas atribuições será estabelecido no Estatuto da entidade, sendo declarada como entidade de interesse social e utilidade pública, para todos os efeitos legais, inclusive tributários.”

Art. 12. O artigo 2º da Lei nº 12.215, de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º No cumprimento de suas finalidades o PARANÁ PROJETOS tem os seguintes objetivos:

I - elaborar projetos inovadores segundo parâmetros de sustentabilidade e interatividade da ação governamental, que viabilizem o desenvolvimento estadual integrado, observadas as diretrizes governamentais para a área;

II - desenvolver estudos e elaborar projetos técnicos voltados à implantação de iniciativas e ações planejadas, visando à redução das desigualdades locais e regionais em relação aos referenciais de desenvolvimento sustentável desejados pelo Governo do Estado;

III - fornecer o apoio e orientação especializada aos órgãos e entidades governamentais no desempenho de suas atividades relacionadas ao estudo e a elaboração de projetos;

IV - buscar, de forma permanente, recursos técnicos inovadores a serem aplicados na realização de suas atividades;

V - firmar convênios, acordos ou ajustes com os municípios bem como com pessoas física ou jurídicas, para prestar serviços relacionados à elaboração e implementação de projetos públicos que viabilizem o desenvolvimento local e regional.”

Art. 13. O art. artigo 3º da Lei nº 12.215, de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º O PARANÁ PROJETOS se vincula, por cooperação, à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL, que terá a incumbência de supervisionar a sua gestão e administração, observadas as orientações normativas que emitir e, em conformidade com o Contrato de Gestão que o Estado subscrever na forma da Lei.”

Art. 14. O artigo 5º da Lei nº 12.215, de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º O Conselho de Administração do PARANÁ PROJETOS será composto por dez membros, não remunerados, nomeados pelo Governador do Estado, sendo presidido pelo Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral.”

Art. 15. Fica incluído o parágrafo único no artigo 5º da Lei nº 12.215, de 1998, com a seguinte redação:

“Parágrafo único. A composição, as atribuições e o funcionamento do Conselho de Administração do PARANÁ PROJETOS serão estabelecidos em seu Estatuto.”

Art. 16. O artigo 7º da Lei nº 12.215, de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º A Diretoria Executiva é o órgão executivo do PARANÁ PROJETOS, cabendo-lhe implementar as determinações e orientações do Conselho de Administração e será composta por três membros, sendo um Superintendente e dois diretores auxiliares, nomeados pelo Governador do Estado, com as atribuições definidas no seu Estatuto.”

Art. 17. O *caput* do artigo 9º e seus parágrafos da Lei nº 12.215, de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º Fica o Poder Executivo autorizado a firmar Contrato de Gestão com o PARANÁ PROJETOS.

§1º O Contrato de Gestão para os efeitos desta Lei é o instrumento técnico-jurídico, formal, de direito civil, celebrado entre o Governo do Estado, com a interveniência da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral e o PARANÁ PROJETOS, por intermédio de seus representantes legais.

§ 2º O Contrato de Gestão, elaborado de comum acordo com a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, órgão supervisor, e o



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

PARANÁ PROJETOS, discriminará as atribuições, responsabilidades e obrigações do Poder Público e da entidade, com vistas à formação de parceria entre as partes para o fomento e execução das atividades relacionadas no artigo 2º desta Lei.

§ 3º O Contrato de Gestão será firmado em até cento e oitenta dias após a publicação desta Lei.

§ 4º Na elaboração do Contrato de Gestão, deve ser assegurada a plena autonomia técnica, administrativa e financeira da entidade, com a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade e economicidade e, também, o seguinte:

I – fixar, de modo objetivo, as metas a serem atingidas, a execução e os prazos inerentes aos planos, programas, projetos e atividades a cargo da entidade, bem como os critérios objetivos de avaliação de desempenho;

II – permitir à Diretoria Executiva contratar, administrar e dispensar recursos humanos para todas as atividades da entidade, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, de forma a assegurar a preservação dos mais elevados e rigorosos padrões técnicos de seus planos, programas, projetos e atividades, bem como de seus produtos e serviços;

III – permitir à Diretoria Executiva estabelecer processo de compra de materiais e serviços, mediante procedimentos licitatórios simplificados;

IV – fixar as condições de remuneração e de repasse de receitas financeiras da entidade.

§ 5º O PARANÁ PROJETOS fará publicar, no prazo máximo de noventa dias contados da assinatura do Contrato de Gestão, regulamento próprio contendo os procedimentos que adotará para contratação de obras e serviços, bem como compras com emprego de recursos provenientes do Poder Público.

§ 6º O Contrato de Gestão, que terá prazo de vinte anos, poderá ser modificado no curso de sua execução, de comum acordo entre as partes que o subscreverem, para incorporar ajustamentos aconselhados pela supervisão."

Art. 18. Os *caputs* dos artigos 4º, 8º, 10, 12, 14, 15 e 17 da Lei 12.215 de 10 de julho de 1998, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º A direção superior da PARANÁ PROJETOS é constituída, respectivamente:



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Art. 8º O Conselho de Administração aprovará, por proposta do Superintendente da PARANÁ PROJETOS, o Estatuto da entidade, que será submetido à deliberação do Governador, para homologação, mediante ato próprio.

Art. 10. A PARANÁ PROJETOS, fica declarada como entidade de interesse social e utilidade pública para todos os efeitos legais, inclusive tributários.

Art. 12. A Administração Pública Estadual direta, autárquica e fundacional fica dispensada de processos licitatórios para celebrar contratos de prestação de serviços com a PARANÁ PROJETOS, para atividades contempladas no Contrato de Gestão.

Art. 14. Constituem receitas da PARANÁ PROJETOS:

Art. 15. As ações da PARANÁ PROJETOS, compreendendo todas as atividades técnicas e administrativas atinentes aos programas, planos, projetos, produtos e serviços sob sua responsabilidade, serão exercidas e por empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT ou por terceiros, pessoas físicas ou jurídicas observada a legislação pertinente.

Art. 17. Em caso de extinção da PARANÁ PROJETOS, os seus bens e direitos reverterão ao patrimônio do Estado do Paraná e/ou dos municípios, na proporção dos recursos e bens por estes alocados."

Art. 19. O inciso I do art. 6º, o *caput* e § 1º do art. 13 e o *caput* e inciso III do art. 16, da Lei 12.215, de 1998 que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º (...):

I - definir objetivos, diretrizes e metas de atuação da PARANÁ PROJETOS, atendendo à finalidade e objetivos para a qual foi instituída, expressos nos artigos 1º e 2º desta lei;

Art. 13. As contas da PARANÁ PROJETOS serão julgadas pela Assembleia Legislativa, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.

§ 1º. A PARANÁ PROJETOS, encaminhará, anualmente, para a Assembleia Legislativa, até 31 de março de cada ano, a prestação de contas dos recursos públicos aplicados, inclusive os repassados pelo contrato de gestão a que se refere o art. 9º.

Art. 16. O patrimônio da PARANÁ PROJETOS será constituído:

(...)

III - por quaisquer outros bens e direitos que vierem a se incorporar à PARANÁ PROJETOS."



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Art. 20. As ações em execução pelo serviço social autônomo ECOPARANÁ permanecem sendo executados pelo PARANÁ PROJETOS, até a efetivação do contrato de gestão com a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral.

Art. 21. Fica a cargo da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência proceder à readequação e os ajustes necessários decorrentes dos dispositivos desta Lei, no que se refere à movimentação de servidores e à carga patrimonial.

Art. 22. Os contratos, acordos, convênios, termos de ajustes e outros compromissos de natureza jurídica, em execução pela Secretaria de Estado do Esporte e pela Secretaria de Estado do Turismo, terão sua continuidade sob a responsabilidade da Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo.

Art. 23. Caberá ao Chefe do Poder Executivo Estadual, através da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, a responsabilidade pela reformulação e implantação de todos os atos organizacionais dos Órgãos e Entidades, necessários à implantação dos dispositivos desta Lei.

Art. 24. Tendo em vista a necessidade de não haver solução de continuidade das atividades exercidas pelos órgãos e entidades citadas nesta Lei, sua execução orçamentária-financeira no exercício de 2013 será realizado de acordo com a estrutura estabelecida na Lei Estadual nº 17.398, de 17 de dezembro de 2012.

Art. 25. O Chefe do Poder Executivo Estadual fica autorizado a alterar a denominação dos cargos de provimento em comissão citados nesta Lei, para possibilitar a implementação dos seus dispositivos.

Art. 26. Ficam revogados o artigo 6º e seu parágrafo único e o parágrafo único do artigo 7º, da Lei nº 12.215, de 1998.

Art. 27. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 28 de outubro de 2013.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

MENSAGEM
Nº 145/2013

Curitiba, em 28 de outubro de 2013.

Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em 28/10/2013

Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva extinguir a Secretaria de Estado do Esporte e a Secretaria de Estado do Turismo, para criar uma única Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo – SEET, bem como transformar a Coordenação de Controle Interno em Controladoria Geral do Estado, e adotar outras providências.

O presente Anteprojeto de Lei está inserido no contexto maior de iniciativas de otimização da gestão pública e de racionalização de gastos, iniciativas contidas no princípio constitucional da eficiência administrativa previsto no artigo 37, *caput*, da Constituição da República Federativa do Brasil.

Assim, a nova Pasta englobará atribuições de funções atualmente exercidas por três Secretarias de Estado, o que permitirá significativa economia de recursos públicos na perspectiva de otimização das atividades, mantendo apenas a estrutura organizacional e de pessoal da extinta Secretaria de Estado do Esporte, portanto, sem implicar na criação de novos cargos públicos.

Além desta proposta, o Anteprojeto de Lei também cria a Controladoria Geral do Estado, resultante da extinção da Coordenação de Controle Interno e da função de Secretário Especial de Corregedoria e de Ouvidoria Geral, as quais serão formalizadas via decreto governamental, o que também resultará em otimização na gestão pública dada à correlação das atividades desempenhadas nas duas áreas.

Tal previsão está disposta no inciso V do art. 6º do anteprojeto ora proposto, no sentido de atribuir à Controladoria Geral do Estado – CGE, dentre outras funções, a de fiscalizar o cumprimento dos princípios e das normas que norteiam a conduta da Administração Pública, bem como na defesa dos direitos e interesses individuais e coletivos contra atos e omissões cometidos pela Administração Pública Estadual.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 13.000.005-3

Vale destacar que também haverá a manutenção da estrutura administrativa e de pessoal da Coordenação de Controle Interno e do Secretário Especial, sem aumento de despesas.

Certo de que o presente Anteprojeto de Lei receberá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

**PARANÁ**GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador**VETO Nº 21/2013**
PARCIAL
Senhor Presidente,

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 191/2013-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 958/2011, por considerar a parte vetada inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

O Projeto de Lei nº 958/2011, de autoria parlamentar, objetiva Disciplinar a identificação dos profissionais de educação física contratados por estabelecimentos que exerçam atividades ligadas às áreas de atividades físicas e do desporto, conforme critérios estabelecidos pelos arts. 2º, I, II, III e 3º da Lei Federal nº 9.696, de 1998 e da Resolução nº 52, de 2002 do Conselho Federal de Educação Física – CONFEF, tendo o veto parcial apostado incidido sobre as disposições do art. 6º.

O não acolhimento ao referido artigo decorre de razões de inconstitucionalidade por vício de iniciativa, pois, no caso em exame, embora a matéria de fundo possa também ser de iniciativa legislativa de membro do Poder Legislativo, a disposição prevista no dispositivo ora vetado cria atribuições ao Governo do Estado, através de órgão competente (Secretaria de Estado do Esporte), violando o contido no inciso IV do art. 66 da Constituição Estadual. Vejamos:

“Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

...

IV – criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.”

Esses são os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto a apreciação dessa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICH
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

I – À DAP para leitura no expediente.
II – À DL para providências.
Em 07/10/2013

Presidente



Lei nº. 17.699



Data 02 de outubro de 2013

Súmula Disciplina a identificação dos profissionais de educação física contratados por estabelecimentos que exerçam atividades ligadas às áreas de atividades físicas e do desporto, conforme critérios estabelecidos pelos arts. 2º, I, II, III e 3º da Lei Federal nº 9.696, de 1998 e da Resolução nº 52, de 2002 do Conselho Federal de Educação Física - CONFEF.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Ficam disciplinados, obrigatoriamente, todos os estabelecimentos que exerçam atividades ligadas às áreas de atividades físicas e do desporto a fixarem quadro informativo contendo: nome, função que exerce e número do registro junto ao Conselho Regional de Educação Física - CREF dos profissionais responsáveis pelas modalidades ali desenvolvidas, em conformidade com os arts. 2º, I, II e III e 3º da Lei Federal nº 9.696, de 1º de setembro de 1998 e da Resolução nº 52, de 10 de dezembro de 2002, do Conselho Federal de Educação Física - CONFEF.

§ 1º A fixação e exposição do determinado pelo *caput* deste artigo deverão ser feitas em local visível ao público, bem como conter o número do telefone do estabelecimento e do Conselho Regional de Educação Física da 9ª Região – Estado do Paraná - CREF9/PR.

§ 2º As dimensões do quadro informativo não serão inferiores a um metro de comprimento, por oitenta centímetros de altura, ou oitenta centímetros de comprimento por um metro de altura.

§ 3º As informações constantes do quadro informativo, nome do profissional, função que exerce e número do registro no Conselho Regional de Educação Física - CREF devem estar prestadas de forma clara, com letras e números legíveis e em tamanho que permita a fácil leitura e entendimento dos cidadãos.

Art. 2º São considerados estabelecimentos ligados às áreas da atividade física e do desporto:

- I – academias de atividades físicas e desportivas;
- II – clubes desportivos, recreativos e de lazer;
- III – escolas de iniciação desportiva;

IV – outros estabelecimentos que ministrem, ou venham a ministrar, atividades físicas e desportivas, ou similares, em funcionamento no Estado do Paraná.

Art. 3º Não estarão sujeitos à obrigatoriedade tratada pelo art. 1º da presente Lei os estabelecimentos mencionados no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 14.035, de 20 de março de 2003, desde que não tenham firmado convênio de livre e espontânea vontade com o Sistema CONFEF/CREFs.

Art. 4º As despesas decorrentes da confecção, fixação e manutenção da atualização das informações dos quadros informativos dos quais trata o art. 1º correrão por conta dos respectivos estabelecimentos.

Art. 5º Sem prejuízo de outras sanções cíveis e penais cabíveis, as pessoas físicas e jurídicas que descumprirem o disposto nesta Lei ficam sujeitas a multas e outras implicações dispostas em regulamento.

Art. 6º ...Vetado...

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 02 de outubro de 2013.



Carlos Alberto Richa
Governador do Estado

Evandro Rogério Roman
Secretário de Estado do Esporte

Cezar Silvestri
Secretário de Estado de Governo

Reinhold Stephanes
Chefe da Casa Civil

Rasca Rodrigues
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Projeto de Lei nº 958/2011 **(Autoria do Deputado Rasca Rodrigues)**

Disciplina a identificação dos profissionais de educação física contratados por estabelecimentos que exerçam atividades ligadas às áreas de atividades físicas e do desporto, conforme critérios estabelecidos pelos arts. 2º, I, II, III e 3º da Lei Federal nº 9.696, de 1998 e da Resolução nº 52, de 2002 do Conselho Federal de Educação Física - CONFEF.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º Ficam disciplinados, obrigatoriamente, todos os estabelecimentos que exerçam atividades ligadas às áreas de atividades físicas e do desporto a fixarem quadro informativo contendo: nome, função que exerce e número do registro junto ao Conselho Regional de Educação Física - CREF dos profissionais responsáveis pelas modalidades ali desenvolvidas, em conformidade com os arts. 2º, I, II e III e 3º da Lei Federal nº 9.696, de 1º de setembro de 1998 e da Resolução nº 52, de 10 de dezembro de 2002, do Conselho Federal de Educação Física - CONFEF.

§ 1º A fixação e exposição do determinado pelo *caput* deste artigo deverão ser feitas em local visível ao público, bem como conter o número do telefone do estabelecimento e do Conselho Regional de Educação Física da 9ª Região – Estado do Paraná - CREF9/PR.

§ 2º As dimensões do quadro informativo não serão inferiores a um metro de comprimento, por oitenta centímetros de altura, ou oitenta centímetros de comprimento por um metro de altura.

§ 3º As informações constantes do quadro informativo, nome do profissional, função que exerce e número do registro no Conselho Regional de Educação Física - CREF devem estar prestadas de forma clara, com letras e números legíveis e em tamanho que permita a fácil leitura e entendimento dos cidadãos.

Art. 2º São considerados estabelecimentos ligados às áreas da atividade física e do desporto:

I – academias de atividades físicas e desportivas;

II – clubes desportivos, recreativos e de lazer;

III – escolas de iniciação desportiva;

IV – outros estabelecimentos que ministrem, ou venham a ministrar, atividades físicas e desportivas, ou similares, em funcionamento no Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Projeto de Lei nº 958/2011

fls.2.



Art. 3º Não estarão sujeitos à obrigatoriedade tratada pelo art. 1º da presente Lei os estabelecimentos mencionados no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 14.035, de 20 de março de 2003, desde que não tenham firmado convênio de livre e espontânea vontade com o Sistema CONFEF/CREFs.

Art. 4º As despesas decorrentes da confecção, fixação e manutenção da atualização das informações dos quadros informativos dos quais trata o art. 1º correrão por conta dos respectivos estabelecimentos.

Art. 5º Sem prejuízo de outras sanções cíveis e penais cabíveis, as pessoas físicas e jurídicas que descumprirem o disposto nesta Lei ficam sujeitas a multas e outras implicações dispostas em regulamento.

Art. 6º O Governo do Estado, através de órgão competente, elaborará em conjunto com o Conselho Regional de Educação Física da 9ª Região – Estado do Paraná (CREF9/PR) normas reguladoras e fiscalizadoras à aplicação desta Lei, em prazo não superior a noventa dias.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 10 de setembro de 2013.


Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente


Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
1º Secretário


Deputado ADEMIR BIER
2º Secretário



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

fls.3.

Projeto de Lei nº 958/2011



JUSTIFICATIVA

A partir da regulamentação da profissão, através da Lei Federal nº 9.696, de 1º de setembro de 1998, ficaram estabelecidas todas as competências do graduado em educação física, podendo o mesmo atuar de maneira ampla, com o *“direito de trabalhar em tudo o que se refere à cultura física e esportes.”*¹

Porém, é necessário lembrar que, desde fevereiro de 2004, a nova concepção e a proposta de organização para a formação de professores da educação básica atingiram substancialmente a tradição da formação do profissional de educação física, ganhando, com a determinação da nova legislação, terminalidade e integralidade, constituindo projetos específicos e exigindo a definição de currículos próprios para a licenciatura e para o bacharelado, diferenciando-os da antiga formação.

Essa nova realidade trouxe diferentes assuntos e expressões que vêm sendo defendidos e utilizados com o propósito de definir o atual objeto de estudo e de intervenção acadêmico-profissional. Dentre os termos e expressões, destaca-se: o exercício físico, a atividade física, o movimento humano, a atividade recreativa, dentre outros.

A Resolução CONFEF nº 46, de 18 de fevereiro de 2002, em seu art. 1º, trata das disposições de intervenção do profissional, suas respectivas competências e define os seus campos de atuação profissional:

“Art. 1º O Profissional de Educação Física é especialista em atividades físicas, nas suas diversas manifestações – ginásticas, exercícios físicos, desportos, jogos, lutas, capoeira, artes marciais, danças, atividades rítmicas, expressivas e acrobáticas, musculação, lazer, recreação, reabilitação, ergonomia, relaxamento corporal, ioga, exercícios compensatórios à atividade laboral e do cotidiano e outras práticas corporais, tendo como propósito prestar serviços que favoreçam o desenvolvimento da educação e da saúde, contribuindo para a capacitação e/ou restabelecimento de níveis adequados de desempenho e condicionamento fisiocorporal dos seus beneficiários, visando à consecução do bem-estar e da qualidade de vida, da consciência, da expressão e estética do movimento, da prevenção de doenças, de acidentes, de problemas posturais, da compensação de distúrbios funcionais, contribuindo ainda, para consecução da autonomia, da autoestima, da cooperação, da solidariedade, da integração, da cidadania, das relações sociais e a preservação do meio ambiente, observados os preceitos de responsabilidade, segurança, qualidade técnica e ética no atendimento individual e coletivo”.

¹ PEREIRA, C. M. Instituições de Direito Civil. Vol. III Educação Física. Forense 1976, p 120.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Projeto de Lei nº 958/2011

fls.4.



Hoje a profissão de educação física é um dos instrumentos disponíveis à sociedade no que tange à qualidade de vida, possibilitando o resgate do movimento, esquecido diante do conforto tecnológico existente na vida contemporânea num mundo regido por controles remotos, telefones sem fio, automóveis, computadores e internet, que acabaram por deixar o ser humano cada vez mais acomodado.

Ressalta-se, ainda, que praticar uma atividade sem a orientação profissional adequada pode trazer danos sérios e até irreversíveis à saúde. Grande parte da população possui hábitos sedentários, o que aumenta consideravelmente as possibilidades de problemas cardiovasculares, lesões musculares, problemas articulares, dentre outros.

Segundo Dantas:

“a busca pela aptidão física para a saúde começou a partir da década de 60, quando correr virou moda, mesmo que de forma desorientada e os prejuízos para a saúde eram ignorados. Todos corriam, sedentários, atletas, doentes sem que houvesse uma avaliação prévia das condições de saúde de cada indivíduo.”

Outro fator a ser observado é que, nesses casos, poucas pessoas fazem um exercício em que se possa ter a certeza de que os resultados serão benéficamente satisfatórios, pois geralmente a prática é de forma indiscriminada em detrimento ao exercício físico. A presença do profissional habilitado é essencial na detecção dos problemas existentes, na formulação da maneira correta da execução da atividade e na projeção dos resultados pretendidos, respeitados os princípios da individualidade.

Nahas descreve a atividade física como sendo “todas as formas de movimentação corporal, com gasto energético acima dos níveis em repouso. Inclui: exercícios físicos e esportes, deslocamentos, atividades laborais, afazeres domésticos e outras atividades físicas no lazer.”

Diante dos fatos, vê-se que é necessária a aproximação do profissional da educação física à população, possibilitando a criação de uma imagem mais verdadeira da profissão. O CONFEF, juntamente com os Conselhos Regionais de Educação Física - CREFs, vem realizando um trabalho extraordinário na tentativa de mudar essa realidade, apresentando resultados significativos, mas pode-se fazer mais.

Sendo competência do Estado legislar sobre a matéria, nos termos do art. 24, IX, da Carta Magna, e do art. 13, IX, da Constituição do Estado, apresenta-se a presente propositura solicitando o apoio dos Nobres Pares.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 21/2013

PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 21/2013

AUTOR: PODER EXECUTIVO

SÚMULA: Veta Parcialmente o Projeto de Lei nº 958/2011, de autoria do Deputado Rasca Rodrigues, que disciplina a identificação dos profissionais de educação física contratados por estabelecimentos que exerçam atividades físicas e do desporto, conforme critérios estabelecidos pelos artigos, 2º, I, II, III e 3º da Lei Federal nº 9.696, de 1988 e de Resolução nº 52 de 2002 do Conselho Federal de Educação Física- CONFEF.

EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CF. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O projeto de lei nº 958/2011, de autoria do Deputado Rasca Rodrigues, que disciplina a identificação dos profissionais de educação física contratados por estabelecimentos que exerçam atividades físicas e do desporto, conforme critérios estabelecidos pelos artigos, 2º, I, II, III, e 3º da Lei Federal nº 9.696, de 1998 e de Resolução nº 52 de 2002 do Conselho



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Federal de Educação Física- CONFEF, tendo sido parcialmente vetado pelo Senhor Governador do Estado, pelo uso das atribuições previstas no artigo 71, § 1º da Constituição Federal Brasileira.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 958/2011 foi enviado à sanção e recebido pelo Poder Executivo em data



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



de **12 de Setembro de 2013**, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 21 /2013, foi exarada em data de **02 de Outubro de 2013**, sendo desta maneira tempestivo.

Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi aposto tempestivamente, respeitando o prazo legal.

CONCLUSÃO

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 15 de Outubro de 2013.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEP. CAIO QUINTANA
RELATOR

APROVADO

15.10.2013

Praça Nossa Senhora da Saleta s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

Dep. Pastor

Dep. Nereu

Dep. Curi

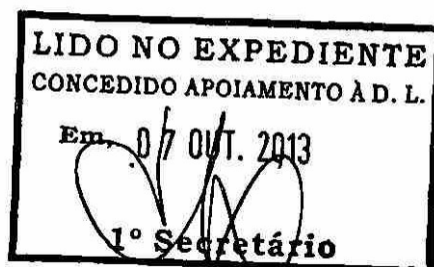
Dep. Turini

Dep. Triciao

Dep. Tadeu

Dep. Loupion

Dep. Seconares

**PARANÁ**GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador**VETO Nº 22/2013****TOTAL**

Senhor Presidente,

I - À DAP para leitura no expediente.

II - À DL para providências.

Em 07/10/2013

Presidente

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 196/2013-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 263/2013, por considerar considerá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

O Projeto de Lei nº 263/2013, de autoria parlamentar, objetiva denominar de Felizardo Meneguetti a Ponte sobre o Rio Ivaí, localizada na PR-323 entre os Municípios de Doutor Camargo e Jussara.

O não acolhimento ao Projeto de Lei em exame decorre do fato de suas disposições contrariar a norma nacional contida no art. 1º da Lei Federal nº 6.454, de 24 de outubro de 1977, alterado pela Lei Federal nº 12.781, de 2013, que *"proíbe, em todo o território nacional, atribuir nome de pessoa viva ou que tenha se notabilizado pela defesa ou exploração de mão de obra escrava, em qualquer modalidade, a bem público, de qualquer natureza, pertencente à União ou às pessoas jurídicas da administração indireta"*, uma vez que o homenageado na presente proposta, segundo a assessoria do próprio Deputado Autor do Projeto de Lei, encontra-se vivo.

Esses são os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICHÁ

Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot.nº 12.055.241-4

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530 909 | Curitiba | Paraná | Brasil
Fone: [41] 3350 2800 | Fax: [41] 3254 7345 | www.pr.gov.br



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Projeto de Lei nº 263/2013 (Autoria do Deputado Dr. Batista)



CASA CIVIL
N.J.A.
FLS. 14
RUB.

Denomina Felizardo Meneguetti a Ponte sobre o Rio Ivaí, localizada na PR-323 entre os Municípios de Doutor Camargo e Jussara.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º Fica denominada de Felizardo Meneguetti a Ponte sobre o Rio Ivaí, localizada na PR-323 entre os Municípios de Doutor Camargo e Jussara.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 11 de setembro de 2013.

Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente

Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
1º Secretário

Deputado ADEMIR BIER
2º Secretário



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 22/2013

PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 22/2013

AUTOR: PODER EXECUTIVO

SÚMULA: Veta o Projeto de Lei nº 263/2013, de autoria do Deputado Dr. Batista, que denomina Felizardo Meneguetti a Ponte sobre o Rio Ivaí, Localizada na PR- 323 entre os Municípios de Doutor Camargo e Jussara.

EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CF. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O projeto de lei nº 263/2013, de autoria do Deputado Dr. Batista, que denomina Felizardo Meneguetti a Ponte sobre o Rio Ivaí, localizada na PR- 323 entre os Municípios de Doutor Camargo e Jussara, tendo sido vetado pelo Senhor Governador do Estado, pelo uso das atribuições previstas no artigo 71, §1º da Constituição Federal Brasileira.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 263/2013 foi enviado à sanção e recebido pelo Poder Executivo em data de **13 de Setembro de 2013**, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



nº 22 /2013, foi exarada em data de 02 de Outubro de 2013, sendo desta maneira tempestivo.

Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi aposto tempestivamente, respeitando o prazo legal.

CONCLUSÃO

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 15 de Outubro de 2013.

Natália
Dep. Terno
Dep. Traiano
APROVADO
15.10.2013
Dep. Quinteiro

Nelson Justus
DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE
Fernando Scanavacca
DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

Dep. Ruyton
Dep. Tasso
Dep. Amorim
Dep. Pastor



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

REQUERIMENTO

15:13 28/10/2013 009299 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

(COMISSÃO GERAL)

DESPACHO

I - RECEBIDO

II - PROTOCOLE-SE

III - DECORRIDO PRAZO REGIMENTAL DE 24H, INCLUIR NA SESSÃO

PLENÁRIA PARA DELIBERAÇÃO

IV - À DAP PARA PROVIDÊNCIAS

SALA DAS SESSÕES DATA

PRESIDENTE

28 OUT. 2013

Requer a Transformação das Sessões Plenárias de 29 de outubro, próxima terça-feira, em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação dos Projetos de Lei 383, 461, 545 e 546, todos do ano de 2013, com diminuição de interstício.

Senhor Presidente,

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, **requerem**, com fundamento no art. 107 e no art. 174, § 2º do Regimento Interno desta Casa, após ouvido o Douto Plenário, a transformação das Sessões Plenárias, Ordinária e Extraordinárias, de 29 de outubro, próxima terça-feira, em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação dos Projetos de Lei 383, 461, 545 e 546, todos do ano de 2013.

Sala das Sessões, 28 de outubro de 2013.

Deputado **Ademar Traiano**
Líder do Governo

Carli (14)

Accorsi (15)

Dulio (2)

Buker (3)

Tercilio (4)

Gilson Resner (8)

Abelino (7)

SCANAVACA (6)

Belinati (9)

EVANDRO (11)

Lupion (12)

Jonat (10)

FRANCO (16)

MARGA (17)

Pr. Edson Praczyk (13)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

REQUERIMENTO

(COMISSÃO GERAL)
DESPACHO

I - RECEBIDO

II - PROTOCOLE-SE

III - DECORRIDO PRAZO REGIMENTAL DE 24H, INCLUIR NA SESSÃO

PLENÁRIA PARA DELIBERAÇÃO

IV - À DAP PARA PROVIDÊNCIAS

SALA DAS SESSÕES DATA

PRESIDENTE

28 OUT. 2013

Requer a Transformação das Sessões Plenárias de 29 de outubro, próxima terça-feira, em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação dos Projetos de Lei 460 e 562, ambos do ano de 2013, com diminuição de interstício.

Senhor Presidente,

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, **requerem**, com fundamento no art. 107 e no art. 174, § 2º do Regimento Interno desta Casa, após ouvido o Douto Plenário, a transformação das Sessões Plenárias, Ordinária e Extraordinárias, de 29 de outubro, próxima terça-feira, em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação dos Projetos de Lei 460 e 562, ambos do ano de 2013.

Sala das Sessões, 28 de outubro de 2013.

Deputado **Ademar Traiano**
Líder do Governo

15341 28/10/2013 009316 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Handwritten signatures and initials of 14 deputies, each with a circled number (1-14) indicating their order of signature. The signatures are written over the printed text of the request and the date. The names of the deputies are: 1. Ademar Traiano, 2. [illegible], 3. [illegible], 4. [illegible], 5. [illegible], 6. [illegible], 7. [illegible], 8. [illegible], 9. [illegible], 10. [illegible], 11. [illegible], 12. [illegible], 13. [illegible], 14. [illegible].